

Plural



Revista da Associação dos Professores da UFSC - SSIND - Nº 9 - Ano 6 - jan/jun 1997

ISSN 0103-9717

R\$ 10,00

***© Fim do Ensino
Público e Gratuito***

Apresentação

Graças à dedicação de vários colaboradores, aos quais eu agradeço, a APUFSC coloca a disposição dos nossos professores, da comunidade universitária e da sociedade, um novo número de **Plural**. Através dela, vários autores, na maioria pertencentes à Academia, expressam sua visão sobre o conhecimento social, político e econômico. A perseguição que a Universidade sofre hoje, nos países de economia periférica e comple-

mentar, é tratada de forma abrangente. É mostrado o instrumental de conteúdo político desse fato, indicando os que mandam e os que obedecem.

Os trinta anos sem Che Guevara são tratados de forma enfática, mostrando a falta que ele faz à América Latina, a qual sofre uma guerra não declarada que suga suas reservas naturais e financeiras.

A visão sobre o século XX se junta à farra do boi e a crítica à literatura, acrescidos do debate

de idéias sobre diferentes fatos.

Em um país como o Brasil, carente de publicações sindicais e, sobre sindicalismo, fico feliz em anunciar esse fato. Principalmente nesse momento em que o Governo e a classe dominante avançam contra os direitos dos trabalhadores, duramente conquistados na Constituição de 88.

Tenham boa leitura.

Milton Divino Muniz
Presidente da Apufsc-SSind

Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina SSind/ANDES - SN Gestão 96/98

EXPEDIENTE

Presidente:
Milton Divino Muniz

Vice-Presidente:
Magaly Mendonça

Secretário Geral:
Albertina Dutra Silva

1º Secretário:
João Eduardo Basto Lupi

2º Secretário:
Carlos Soares

Tesoureiro Geral:
Vera Maria R. Nogueira

1º Tesoureiro:
Edna Maciel Fiod

2º Tesoureiro:
Regina Carvalho

Diretor de Divulgação e Imprensa:
Valmir José Oleias

Vice-Diretor de Divulgação e Imprensa:
Ary Cesar Minella

Diretor de Promoções Culturais e Científicas:
José Alvim

Vice-Dir. de Promoções Culturais e Científicas:
Ana Brancher

Diretor de Promoções Sociais:
Américo Ishida

Diretor de Relações Institucionais:
Clair Castilhos

Diretor de Política Sindical:
Idaleto Aued

Diretor de Assuntos dos Aposentados:
Corália Piacentini

Comissão Editorial:
José Gonçalves Medeiros, Carmen Aidê Hermes, Danilo Wilhelm Filho, Elenor Kunz, Elizabeth Junchem Machado Leal, James Petras, Luiz Carlos P. Machado, Luiz Fernando Scheibe, Raimundo Campos Caruso, Raul Guenther, Ubaldo Cesar Balthazar, Walter Carlos Costa

Jornalista Responsável:
Rosângela Bion de Assis (MTb/SC 00390 JP)

Edição
José Gonçalves Medeiros

Revisão
Comissão Editorial

Capa:
Hélio Devigili Júnior
Stephan Antonelli

Editoração Eletrônica:
Rosângela Bion de Assis

Fotolito e Impressão:
Ind. e Editora Gráfica Agnus Ltda

Correspondência:
Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Universitário - Florianópolis - SC
CEP 88040-900
Fone:(048) 231-9425 - Fax (048) 234-2844

e-mail: APUFSC@MBOX1.UFSC.BR
HTTP://WWW.UFSC.BR/APUFSC/INDEX.HTML

O material publicado é de responsabilidade dos autores

04 A autonomia não pode ser o caminho para a privatização

Nessa transcrição da palestra do reitor, Newton Lima Neto, são analisados os mecanismos de implantação das diretrizes do Banco Mundial

15 O projeto do Banco Mundial, o governo FHC e a privatização das universidades federais

Os professores da Universidade Federal da Bahia, Graça Druck e Luiz Filgueiras, realizam nesse texto uma detalhada análise do projeto do BIRD para o ensino superior.

28 O desmonte da universidade pública no Chile

Ao entrevistar o professor da Universidade do Chile, Rodrigo Baño, o editor de Plural, José Gonçalves Medeiros mostra, de forma didática, o atual quadro da educação naquele país, onde o ensino superior foi totalmente privatizado

33 O ensino superior: as lições derivadas da experiência

Neste texto, o Banco Mundial explicita seu projeto para as Universidades públicas dos países em desenvolvimento.

45 A cooperação e a autonomia no uso da Hipernet

Este artigo é um resumo da tese de doutorado, defendida pela professora Edla Maria Faust Ramos sobre as formas de estimular o aprendizado na área da informática.

51 Literatura

Nesta edição, o professor Raimundo Caruso faz um balanço do Concretismo publicando haicais, trechos de "um dos livros mais cultos e criativos das últimas décadas", Catatau, e a opinião de Gilberto Mello Kujawski sobre a poesia concreta.

60 Che Cuevara, herói e mártir

No ano em que se comemora os 30 anos do assassinato de Che Guevara, Plural publica um emocionante artigo, de autoria do professor Luiz Carlos Pinheiro Machado, falando da vida do guerrilheiro que deixou um exemplo de obstinação, coragem e solidariedade.

81

Entrevista

Derrota eleitoral, intervenção e dilemas do sandinismo

Mariléa e Raimundo Caruso entrevistaram a ex-prisioneira política, ex-combatente da FSLN - Frente Sandinista de Libertação Nacional e hoje deputada da Assembléia Nacional da Nicarágua, Mônica Baltodano.

86**O estrangeiro: em torno da farra do boi**

O professor do Departamento de Antropologia da UFSC, Rafael José de Menezes Bastos situa a Farra do Boi como um ritual que "não pode ser adequadamente compreendido com as categorias da vida comum".

90**A farra vista pelo boi...**

Ainda sobre o tema Farra do Boi, o professor do Departamento de Zootecnia, Luiz Carlos Pinheiro Machado defende que não se deve confundir respeito às tradições com atos de barbárie.

93

Resenha

Che: o comandante vive!

O professor Waldir Rampinelli fala da biografia de Ernesto de La Serna publicada pelo jornalista norte-americano John Lee Anderson.

97

Resenha

"O longo séc. XX" veio para ficar...

A professora do Departamento de Zootecnia, Maria Odete dos Santos, comenta a vigorosa obra de Giovanni Arrighi que trata dos vários ciclos da história desde o século XV.

102**Espaço PLURAL**

Nesta edição, Plural inaugura essa nova seção dedicada à publicação de correspondência dos leitores.

109**Índice remissivo por assunto e por autor**

A autonomia e a privatização do ensino superior

A autonomia universitária está sendo utilizada como caminho para a privatização das universidades públicas brasileiras, de acordo com diretrizes do Banco Mundial já implementadas em outros países como o Chile e a Argentina.

Este alerta foi feito pelo Prof. Newton Lima Neto, em palestra proferida na UFSC, em setembro de 1996. Nesta palestra, o Reitor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) analisou os mecanismos legais que vem sendo utilizados pelo governo para implantar no Brasil as diretrizes do Banco Mundial que, condicionando os financiamentos do Banco ao país constituem-se, de fato, em exigências.

Uma análise semelhante da repercussão das exigências do Banco Mundial foi elaborada pelos Professores Graça Druck e Luiz Filgueiras, da Universidade Federal da Bahia, com o título "O projeto do Banco Mundial, o governo FHC e a privatização das universidades federais".

Na sua palestra, o Reitor da UFSCar chamou atenção também para o desastre no ensino superior provocado pelo cumprimento destas exigências em países vizinhos, onde já não há mais carreira universitária, o regime de dedicação exclusiva foi abandonado, os programas de pós graduação estão desestruturados, a pesquisa praticamente inexistente.

Em visita à Florianópolis, o Professor Rodrigo Baño, da Universidade do Chile concedeu uma entrevista na qual relata a situação atual do ensino superior no seu país, acrescentando elementos valiosos à análise do Reitor da UFSCar.

Com base na sua experiência na administração da UFSCar, onde foi também Vice-Reitor na gestão anterior, e na sua vivência como dirigente nacional dos Reitores (foi Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES), o Prof. Newton Lima Neto mostrou ainda a impossibilidade da manutenção de um ensino superior de qualidade nas universidades públicas brasileiras com base em recursos privados.

Com o objetivo de contribuir na discussão desta questão crucial para a universidade brasileira, encontram-se ainda publicados, a seguir, uma transcrição e análise da palestra do Prof. Newton Lima Neto, realizada pelo Prof. Raul Guenther, a análise dos Professores Graça Druck e Luiz Filgueiras, o conteúdo da entrevista do Professor Rodrigo Baño, organizado e classificado de forma didática pelo professor José Gonçalves Medeiros, editor da Plural e, para possibilitar uma leitura das exigências do Banco Mundial, na sua forma original, o resumo (integrante do próprio livro) da publicação do Banco Mundial de 1995, intitulado "La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia".

A autonomia não pode ser o caminho para a privatização**

* Reitor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

** o conteúdo da palestra foi transcrito e organizado pelo professor Raul Guenther

O alerta que o Reitor da Universidade Federal de São Carlos fez na UFSC, em setembro de 1996, apoiado pelos órgãos superiores daquela instituição, e baseado em parecer do Colégio de Procuradores Gerais das Universidades Brasileiras é atual.

A gravidade do alerta vem não só do seu conteúdo que mostra a face atual do empenho governamental em retirar sua responsabilidade para com a manutenção das universidades públicas, como também é preciso considerar sua fonte.

Quem chama atenção para o desastre que pode ocorrer com o ensino superior público de qualidade no Brasil é um pesquisador em Engenharia Química, dirigente da sua universidade durante duas gestões, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior - ANDIFES, fundador e Presidente da ANDES, e Presidente da ADUFSCar. Participou, portanto, ativamente de todo o processo universitário nos últimos anos.

A discussão da Autonomia Universitária tem hoje uma importância crucial, porque o projeto do governo, em exame no Congresso Nacional, uma vez aprovado, significará uma nova Reforma no ensino superior brasileiro.

As modificações na autonomia financeira, na autonomia administrativa tem a envergadura de uma reforma estrutural, que se pretende introduzir ao lado de pequenas reformas que já vem sendo implementadas. O exemplo mais recente é a intervenção na autonomia política da universidade modificando a escolha dos dirigentes nas instituições de ensino superior.

Não há exagero ao afirmarmos que estamos jogando com o futuro das universidades brasileiras. Um futuro que já pode ser vislumbrado, porque os resultados catastróficos destas reformas já pode ser observado na catástrofe que aconteceu no ensino superior de países vizinhos, onde reformas semelhantes foram implementadas.

Neste texto, vou tratar cinco pontos. Primeiro, um pouco da história da autonomia e, sobretudo, como ela vem se desenvolvendo a partir da década passada. Em seguida, vou tentar mostrar o contexto político dentro do qual o governo está encaminhando sua proposta de autonomia universitária. Em terceiro lugar, vou mostrar os instrumentos que o governo tem à sua disposição para realizar a reforma. Em quarto lugar, tentarei visualizar a conjuntura mundial em que a reforma é proposta, em especial a linha de atuação do Banco Mundial, na questão da autonomia universitária. E, por fim, as consequências sobre a universidade pública.

Autonomia universitária - história recente

A autonomia universitária é um princípio milenar que acompanha a história das universidades do mundo. Ele existe para que a universi-

dade possa exercer sua função como instituição, cujos objetivos são a produção do conhecimento, a formação de recursos humanos, a sistematização e disseminação do conhecimento.

Para exercer este papel, a universidade deve ser o mais independente possível do governo. Esta é a condição para que ela possa ser crítica e assim servir à sociedade no que diz respeito à produção do saber, do conhecimento, e na discussão das questões relativas ao seu tempo. A função da universidade exige que ela tenha independência em relação ao Estado, aos partidos, e às entidades mantenedoras (no caso das universidades particulares). Só assim ela pode exercer o livre pensar.

A luta pela autonomia nasceu com a criação da universidade enquanto instituição. Por isso, pode-se dizer que ela tem quase um milênio, se nos referirmos à universidade de Bolonha, cuja fundação foi há cerca de 900 anos.

No Brasil, o sistema universitário é muito recente. A primeira universidade foi criada há cerca de 80 anos, mas a idade média das universidades brasileiras gira em torno de 40 anos.

Aqui, o princípio universal da autonomia veio à tona pela primeira vez, com muita ênfase durante a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) na década de 50.

Depois, a luta pela autonomia da universidade brasileira ganhou muito ímpeto dentro da luta pela democratização do Brasil, durante o enfrentamento que a sociedade brasileira travou com o regime militar. Tinha-se um entendimento claro de que a manutenção da autonomia já conquistada e sua ampliação era uma condição essencial para a redemocratização do Brasil.

No âmbito da universidade, o enfrentamento com o regime militar foi inicialmente liderado pelo

"A função da universidade exige que ela tenha independência em relação ao Estado, aos partidos, e às entidades mantenedoras (no caso das universidades particulares). Só assim ela pode exercer o livre pensar."

movimento estudantil e, no final dos anos 70, passou a contar com a participação do Movimento Docente, a partir do momento em que os professores de todo o país passaram a organizar-se em Associações Docentes (ADs).

Com base nestas organizações locais, o Movimento Docente criou uma entidade nacional (ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) que, em 1981, elaborou coletivamente um documento intitulado "Proposta da ANDES e das ADs para a Universidade Brasileira". Esta proposta foi discutida no Congresso Nacional, no Conselho Federal de Educação e com diversas entidades da sociedade, tendo recebido o apoio formal da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Na Proposta da ANDES, além da defesa da gratuidade, da criticidade, da produção do conhecimento com qualidade e da responsabilidade do Estado com a manutenção do Ensino Superior, a autonomia é ressaltada como uma das cinco questões fundamentais para o Movimento Docente.

✓ Nesta mesma época, os servidores das universidades se reorganizaram e também criaram uma entidade nacional: a FASUBRA - Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras. Os servidores também trabalharam a temática da autonomia universitária, apoiando as idéias fundamentais da Proposta da ANDES.

No que diz respeito aos Reitores, até a década de 80, a autonomia mereceu tratamento meramente retórico. Até porque havia uma dependência absoluta dos Reitores e de seu Conselho Nacional, ao governo comandado pelo regime militar, que nomeava os dirigentes das instituições universitárias a seu gosto.

A escolha dos reitores através de

processos democráticos, uma conquista da comunidade universitária na luta pela autonomia política, que possibilitou o engajamento dos reitores na continuidade das lutas pela autonomia.

Em 1988, a autonomia universitária passa a ser o ponto central, que une estudantes, professores, servidores, alguns reitores e diversos intelectuais, quando o capítulo da educação é discutido durante a elaboração da Constituição Brasileira.

Este somatório de forças resultou numa importante vitória quando o princípio da autonomia foi fixado no artigo 207 da Constituição. Uma vez estabelecido na Constituição, julgávamos que ele estava autogerenciado, devendo ser implantado a partir de então. Iniciou-se aí a tentativa dos que lutaram pela autonomia de concretizá-la no dia a dia das intuições de ensino superior.

O que se viu, foi exatamente o contrário. O governo vem promovendo uma absurda centralização de poderes, eliminando cada vez mais a participação da comunidade e dos reitores. O controle se estendeu até à folha de pagamento, que passou a ser executada exclusivamente pelo governo federal.

A nível legislativo, a proposta de autonomia da comunidade universitária tomou forma no Projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, elaborado na Câmara dos Deputados (LDB da Câmara). Este projeto é o fruto de cinco anos de uma discussão, que contou com a participação de diversas entidades da sociedade civil, e teve como um de seus atores principais o chamado Fórum em Defesa da Escola Pública e Gratuita, formado desde a Constituinte.

Construiu-se, assim, um capítulo para a LDB que, à luz da Constituição de 88, consagra os princípios de liberdade científico-pedagógica, gestão patrimonial, financeira e administrativa.

Este capítulo da LDB serviu de esteio fundamental para a construção de um documento chamado Agenda Autonomia 94, elaborado durante o governo Itamar Franco, sendo Murilo Hingel o Ministro da Educação.

A Agenda Autonomia 94 é o resultado de consenso elaborado pela ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior), representando os Reitores, pela UNE, pela FASUBRA, pela ANDES e pelo Ministério da Educação. Esta Agenda consagra os princípios fundamentais da autonomia, incluídos na Constituição e na LDB da Câmara.

Lamentavelmente a LDB da Câmara não foi votada no Senado, apesar de ter sido aprovada pela Câmara. Já, na Câmara, o projeto havia sido bombardeado durante o Governo Collor, através do Ministro José Goldemberg. No Governo Itamar Franco, o projeto recebeu o apoio do Ministro Murilo Hingel que trabalhou pela aceleração da sua tramitação, resultando em sua aprovação em 1993.

Infelizmente, não houve condição da Comunidade Universitária e a sociedade conseguirem fazer com que ele pudesse ser aprovado também pelo Senado, ainda em 1994. Porque, ainda como resquício da era Collor/Goldemberg, tramitava no Senado o Projeto Darcy Ribeiro que, no que diz respeito à autonomia, se contrapunha frontalmente com a LDB da Câmara. Assim, para a nossa desgraça e da educação desse país, a LDB da Câmara não foi votada no Governo Itamar Franco.

Com o governo Fernando Henrique Cardoso, as coisas mudam completamente de figura. Como Presidente da ANDIFES, levei a LDB da Câmara ao Ministro da Educação, Paulo Renato, mostrando qual era a posição sobre a autonomia construída coletivamente, inclusive com o Ministério da Educação. Para nossa insatisfação, o Ministro disse

que não concordava com a LDB da Câmara e que estava apoiando o Projeto Darcy Ribeiro. Ou seja, a Agenda Autonomia 94 foi rejeitada.

Com essa derrota da sociedade, começa uma nova página da história da autonomia. Porque o projeto do governo (ou seja o Projeto Darcy Ribeiro) é inconstitucional e para ser implementado precisa de uma reforma da Constituição.

O contexto político - a reforma do Estado

Vamos discutir agora o contexto político, dentro do qual o projeto do governo é colocado com tanta avidez pelo Ministério da Educação. Que diretrizes ele tem? O que fundamenta sua apresentação?

Nosso país vive um momento de estabilidade econômica desde o final da gestão do Ministro Fernando Henrique Cardoso (da Economia), continuando no seu governo. A pedra de toque de toda a gestão federal é o controle, a todo custo, do processo inflacionário.

Não vamos analisar aqui a que preço isso está acontecendo. O fato é que está acontecendo. E um dos cânones fundamentais da política econômica vigente é a diminuição do tamanho do aparelho do Estado através da Reforma Administrativa. Este é o ângulo estrutural do controle do déficit público.

Conjunturalmente, isso vem sendo conseguido com um arrocho salarial sem precedentes (já estamos há 32 meses sem qualquer reajuste salarial), um controle impressionante dos gastos de custeio e investimento (absolutamente centralizados nos Ministérios da área econômica), e uma ação sem precedentes para dificultar o provimento de pessoal nos cargos que são desocupados por aposentadoria, por falecimento ou exoneração.

O Ministério da Reforma Administrativa (MARE) vem tomando um conjunto de medidas para retirar conquistas importantes dos servido-

res federais. São, no entanto, medidas conjunturais.

Estruturalmente, o governo enceta a maior Reforma Administrativa de que se tem notícia recentemente. É uma proposta que já está em discussão no Congresso Nacional e que abre espaço para a privatização completa do ensino superior brasileiro, retirando-o do âmbito do serviço público.

A Reforma do Estado (e, dentro dela a Reforma Administrativa) é condição *sine qua non* para que o Banco Mundial passe a conceder empréstimos ao Brasil, conforme disse o Ministro da Reforma Administrativa, Bresser Pereira, no Senado Federal.

Para países como o nosso, o Fundo Monetário Internacional (FMI) propõem um processo de reformas com o objetivo de reestruturar o Estado e diminuir seu tamanho. Esta reestruturação tem como pano de fundo a privatização das instituições que compõem o Estado, que devem passar a funcionar segundo a lógica privada. É essa lógica do FMI, que faz o governo tentar acabar com a estabilidade dos servidores públicos, buscar diminuir os direitos previdenciários, tentar diminuir o contingente de servidores públicos. E a condição *sine qua non* do Banco Mundial explica o empenho do governo.

Para reestruturar o Estado e diminuir seu tamanho, de acordo com o que propõem o FMI, a Reforma Administrativa do governo prevê uma seleção, separando o "núcleo do aparelho estatal" das outras instituições do Estado. Nestas instituições, fora do núcleo do aparelho estatal, estão incluídos museus, institutos de pesquisa, hospitais e universidades. De acordo com o Ministro Bresser Pereira, estas organizações precisam ter mais flexibilidade para que elas possam auto gerenciar-se e auto financiar-se.

Pretende-se que estas instituições, fora do núcleo do aparelho estatal, assumam uma nova forma

jurídica chamada de "Organização Social". Assim, transformadas em organizações sociais, as instituições federais de ensino superior terão mais flexibilidade para autogerenciar-se e autofinanciar-se.

Com isso, estarão criadas as condições para o governo retirar progressivamente sua responsabilidade com a manutenção do ensino superior.

Retirando progressivamente o ensino superior do âmbito do serviço público, o governo diminui o tamanho do aparelho do Estado, cumprindo as exigências internacionais.

Os instrumentos do governo

Se a diretriz básica é o enxugamento e a diminuição dos recursos para o serviço público, é preciso examinar os instrumentos que o governo dispõe para introduzir uma reforma de cunho economicista na universidade pública brasileira.

O primeiro instrumento é a Reforma Administrativa encaminhada ao Congresso Nacional, na forma de Proposta de Emenda Constitucional, tendo recebido o número 173. É a PEC 173.

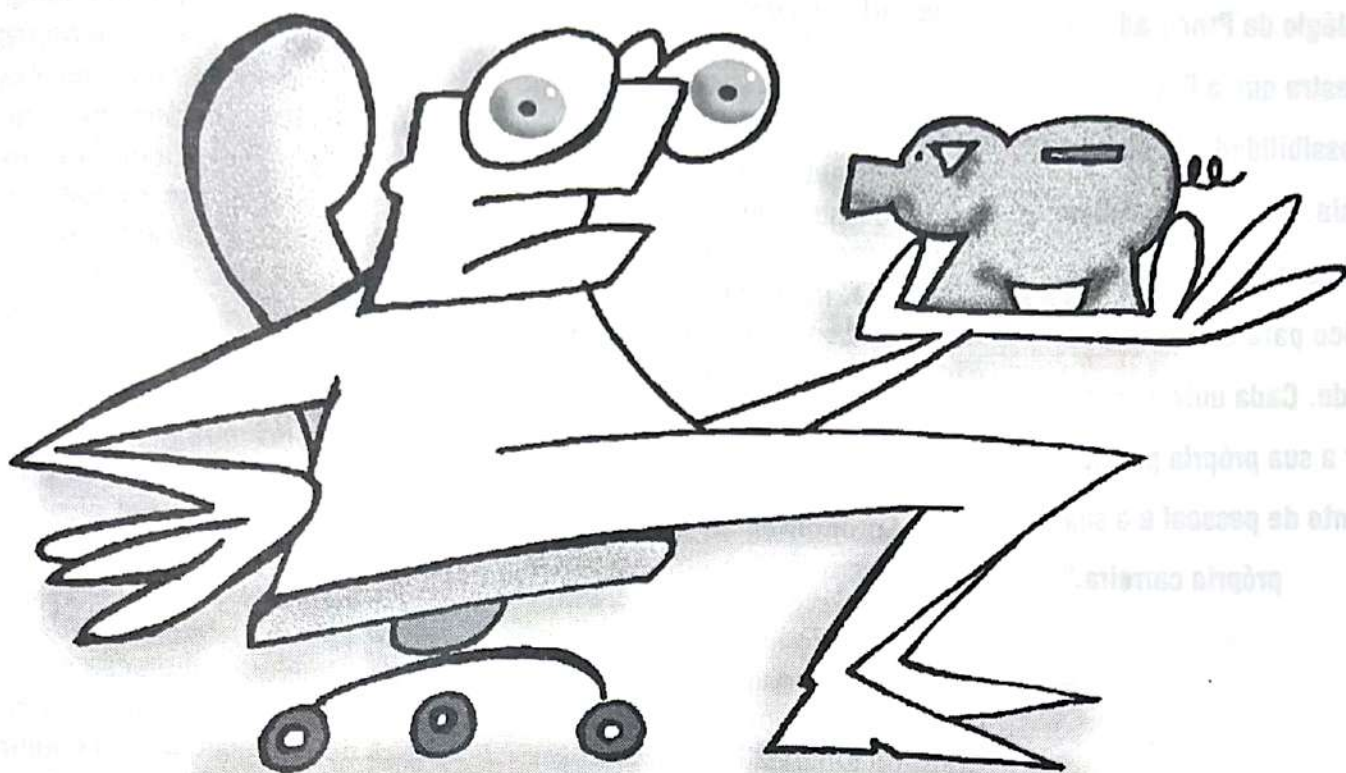
O segundo mecanismo, com o qual o governo federal opera para fazer as modificações que pretende, é o Projeto Darcy Ribeiro para a LDB.

E o terceiro instrumento é a proposta de modificação do artigo 207 da Constituição, que é a nossa lei universal da autonomia. Ela está contida na Proposta de Emenda Constitucional número 223, a PEC 223.

Passamos agora a examinar cada um destes instrumentos.

A Reforma Administrativa

A Reforma Administrativa (PEC 173) empacou no Congresso porque o seu relator, Deputado Moreira Franco, resolveu encerrar com o fim da estabilidade para os servidores públicos. Mas resolvido isso, sua tramitação deve prosseguir.



Nesta PEC 173, estão a quebra da estabilidade, a quebra da aposentadoria integral, que também está no projeto da previdência, o fim do regime jurídico único. E mais, a PEC 173 prevê a possibilidade de cada instituição ser livre para se tornar uma Organização Social.

Na justificativa que faz das Organizações Sociais, o Ministro Bresser Pereira não mede palavras ao dizer que ... "as universidades precisam funcionar através de contratos de gestão com o Estado que, no começo, as financiará na mesma base do que hoje recebem, mas com o tempo serão estimuladas como organizações livres do aparelho estatal a buscar ainda mais recursos externos e, sobretudo, terem direito ao endividamento".

Hoje, as universidades estão proibidas de contrair empréstimos. Só poderão fazer empréstimos bancários, como suas congêneres chilenas, se deixarem de ser entidades do serviço público e passarem a ser organizações sociais.

As universidades funcionariam como o Hospital Sarah Kubischek, em Brasília, que recebe uma dotação anual. Ele não é um órgão público. É um órgão privado, mas re-

cebe uma dotação de recursos públicos, numa operação ilegal segundo diversos autores. Opera como quer, com total liberdade, fora da legislação que determina condicionantes no uso dos recursos públicos. Como está fora do serviço público, presta contas só no final do ano. Esta seria a idéia de autonomia suprema.

No projeto do Ministro Bresser Pereira, as universidades teriam uma dotação consignada pelo Congresso Nacional no início do ano, e a liberdade total para utilizar esses recursos. Parece uma receita fantástica, mas cuidado com o açúcar na pílula de veneno! Esta fórmula é um caminho para uma diminuição gradativa dos recursos como tem acontecido no Chile. Assim, as universidades podem acabar cada ano com menos recursos do que no ano anterior e, assim, ir progressivamente endividando-se (daí o direito ao endividamento) até estarem inviabilizadas.

O Projeto Darcy Ribeiro

O Projeto Darcy Ribeiro para a LDB, segundo mecanismo com o qual o governo federal opera para fazer a reforma economicista da

"No projeto do Ministro Bresser Pereira, as universidades teriam uma dotação consignada pelo Congresso Nacional no início do ano, e a liberdade total para utilizar esses recursos. Parece uma receita fantástica, mas cuidado com o açúcar na pílula de veneno!"

"... o Colégio de Procuradores demonstra que a PEC - MEC significa a possibilidade de quebra da isonomia, do regime jurídico único, da garantia de concurso público para o acesso e da estabilidade. Cada universidade passaria a ter a sua própria política de pagamento de pessoal e a sua própria carreira."

universidade, confere uma autonomia tão ampla à universidade que necessita de uma reforma constitucional.

Este Projeto permite que as universidades se comportem como entidades fora do serviço público, e possibilita, inclusive, o estabelecimento de contratos de trabalho precários, fora do regime jurídico único.

A modificação constitucional da Autonomia

A terceira forma jurídica, através da qual o governo busca introduzir uma reforma de carácter economicista na universidade brasileira, está na Proposta de Emenda Constitucional 223 (PEC 223).

Este instrumento é novo e nasceu para fazer a modificação da criação do fundo de valorização do magistério e da autonomia universitária. A redação original da PEC 223 teve uma oposição muito grande, ao ponto do relator separar os dois assuntos. O fundo de valorização do magistério foi encaminhado e a autonomia ficou aguardando uma nova redação do Ministério da Educação.

Na primeira versão, o Ministério da Educação havia colocado um apêndice no texto do artigo 207 da constituição.

Atualmente, o texto do artigo 207 diz "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Termina com um ponto. O Ministério quis incluir "...nos termos da lei". Com isso, a autonomia deixaria de ser uma garantia constitucional e passaria a ter apenas o status de lei.

A ANDIFES foi unanimemente contrária a esta alteração constitucional. Da mesma forma que os Conselhos Universitários das universidades estaduais paulistas. Por razões diversas, também as universi-

dades particulares foram contra.

Face a esta oposição, o Ministério resolveu encaminhar a alteração constitucional de outra maneira. A nova Proposta de Emenda Constitucional, doravante denominada PEC - MEC, diz respeito somente ao Sistema Federal de Ensino Superior e compreende um conjunto de modificações, cujo objetivo é dar viabilidade constitucional ao Projeto Darcy Ribeiro para a LDB.

A ANDIFES solicitou uma análise desta PEC - MEC ao Colégio de Procuradores Gerais das Universidades Brasileiras, que elaborou um documento, concluindo ser "desnecessária qualquer alteração no artigo 207 da Constituição Federal, para a implantação de um conjunto normativo regulador da autonomia da universidade".

O documento do Colégio de Procuradores é bastante completo, analisando diversos aspectos. Vale destacar o que segue.

De acordo com a PEC - MEC, o parágrafo primeiro do artigo 207 da Constituição passaria a ter a seguinte redação: "As Universidades Públicas Federais são entidades administrativas autônomas de regime especial, sendo-lhes assegurado todo um conjunto de prerrogativas."

Sobre esta modificação diz o Colégio de Procuradores: "Tal redação retira das Universidades, a natureza de Autarquia ou Fundação Pública, embora as mantenha na administração indireta. Não sendo Autarquia ou Fundação Pública, não poderão ter Regime Jurídico Único e Plano de Carreira, conforme previsto nos artigos 39 e 40 da Constituição Federal."

Com esta redação do parágrafo primeiro, segundo o Colégio de Procuradores, seria permitido que fossem criadas entidades de economia mista, semelhantes à Petrobrás, por exemplo, regidas pela CLT. Assim o servidor das universidades ficaria excluído da lei 1112, e a aposentadoria poderia passar para a Previdência Geral, com comple-

mentação através do fundo de manutenção, previsto no parágrafo segundo da PEC - MEC.

Em suma, o Colégio de Procuradores conclui que "a redação do parágrafo 1, da PEC - MEC, não garante que as universidades permaneçam como pessoas jurídicas de direito público, permitindo que uma legislação infraconstitucional possa torná-las pessoas jurídicas de direito privado."

Analisando os aspectos de contratação, dispensa de pessoal e o estabelecimento da remuneração dos servidores das universidades, o Colégio de Procuradores demonstra que a PEC - MEC significa a possibilidade de quebra da isonomia, do regime jurídico único, da garantia de concurso público para o acesso e da estabilidade. Cada universidade passaria a ter a sua própria política de pagamento de pessoal e a sua própria carreira.

A PEC - MEC é a emenda constitucional que viabiliza a LDB Darcy Ribeiro. A universidade perde a personalidade de direito público. Com isso, fica aberto o caminho para a transformação das atuais autarquias e fundações em organizações sociais.

A conjuntura mundial

Num depoimento recente no Senado Federal, o Ministro Bresser Pereira disse que "ou se faz a Reforma do Estado Brasileiro, ou o BIRD não dará mais financiamentos para o Brasil."

Pode-se denominar isto de muitas maneiras, mas o fato é que nós estamos condicionados por uma exigência externa de reformar o Estado.

Em que sentido deve ir a Reforma? Qual a reforma proposta (ou imposta) para nós na área da educação? E, em particular, qual a Reforma exigida para a universidade?

A resposta a estas questões pode ser encontrada no documento do Banco Mundial intitulado "La enseñanza superior: las lecciones de-

rivadas de la experiencia", publicado em 1995.

Neste documento, analisam-se as experiências de ensino superior em diversos países chamados periféricos, ao capitalismo internacional, da Ásia, África e América Latina, dentre eles o Brasil. Com base nesta análise, são propostas reformas ("derivadas da experiência") e estratégias de como implantá-las.

As "lições derivadas da experiência" do Banco Mundial tomam, como ponto de partida, a realidade fiscal da maioria dos países em desenvolvimento, concluindo que o melhoramento na qualidade e o aumento das matrículas no ensino superior deve dar-se com pouco ou nenhum gasto público.

Em vista disso, os incentivos financeiros devem ser para estimular o desenvolvimento de instituições privadas, nas quais "o custo para aumentar o número de matrículas é menor do que nas instituições públicas."

As "lições" do Banco Mundial mostram também que uma maior autonomia é a chave para o êxito da Reforma do ensino superior público, especialmente para diversificar a fonte dos recursos para a sua manutenção e utilizar os recursos, de uma forma mais eficiente.

Ainda no que diz respeito à autonomia, as "lições" ressaltam que a experiência recente indica que instituições autônomas respondem melhor aos incentivos para melhorar a qualidade e aumentar a eficiência. Isto é conseguido se a instituição tem liberdade para contratar e despedir pessoal docente e técnico administrativo e fixar salários, por exemplo.

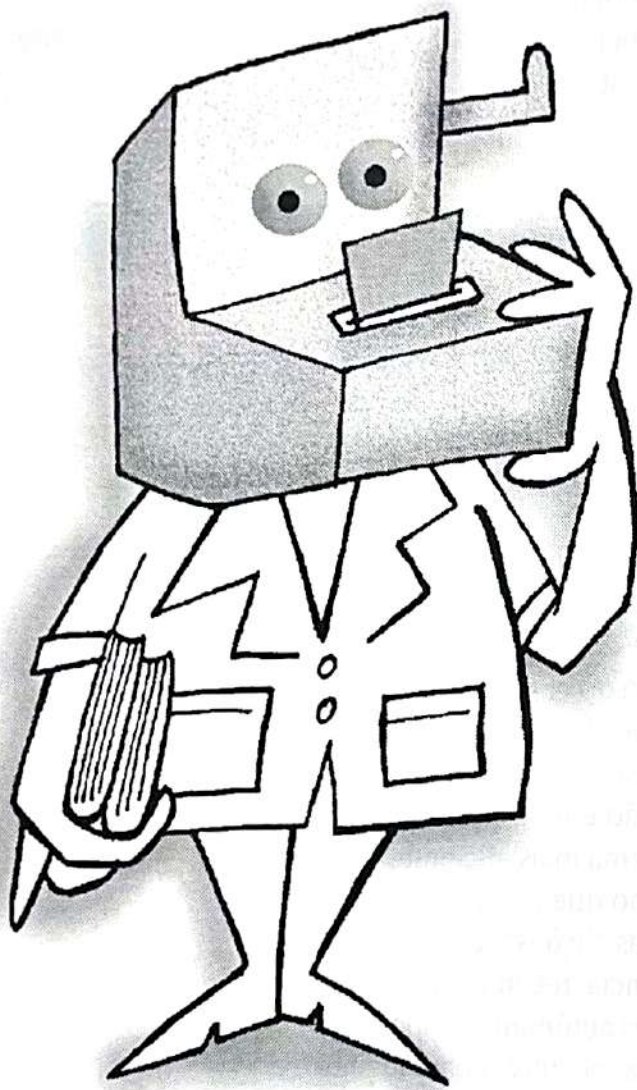
Os recursos devem ser repassados em somas globais e estarem sujeitos a poucas restrições quanto à transferência de um item para outro.

As "lições derivadas da experiência" elegem o Chile como exemplo a ser seguido pelos países em desenvolvimento. E o que aconteceu no Chile?

"As "lições" do Banco Mundial mostram também que uma maior autonomia é a chave para o êxito da Reforma do ensino superior público, especialmente para diversificar a fonte dos recursos para a sua manutenção e utilizar os recursos, de uma forma mais eficiente."

No Chile, apenas 30% da verba pública destinada ao ensino superior é destinada às universidades públicas. O restante financia as instituições privadas. Portanto, o governo financia as universidades particulares e públicas sem qualquer diferenciação. As universidades públicas são, então, obrigadas a buscar e disputar recursos através de uma série de mecanismos, dentre os quais a cobrança de mensalidades dos alunos.

Além disso, as universidades públi-



"No Chile, apenas 30% da verba pública destinada ao ensino superior é destinada às universidades públicas. O restante financia as instituições privadas."

cas são forçadas a serem "eficientes" na administração dos recursos. Assim, a maioria dos professores são contratados por hora-aula, a produção de conhecimento é praticamente nula e os salários são muito pequenos. Como na Argentina, quase não há mais professores em dedicação exclusiva e os programas de mestrado e doutorado não tem estruturação.

E porque a experiência do Chile, da Argentina e também da Colômbia ainda não aconteceu no Brasil?

Em primeiro lugar, porque houve um grande movimento de resistência. Mas este é apenas um dos aspectos. Há outro, que pouco é levado em conta.

Há uma diferença fundamental entre o regime militar brasileiro e os que tomaram o poder nos demais países da América do Sul nas décadas de 60 e 70. O regime militar brasileiro tinha uma veia nacionalista e não entreguista que outros não tinham.

Dentro dessa veia nacionalista, concentraram uma parte importante da economia em empresas estatais e entenderam o papel estratégico do ensino superior. Ao ponto de criarem um conjunto de novas universidades públicas e um programa de pós graduação, hoje reconhecido mundialmente. Isso foi construído naquela época e possibilitou a luta pela qualidade do trabalho universitário, que está fundamentalmente nas universidades públicas.

Doutra parte, o movimento organizado nas universidades, que não aconteceu na mesma dimensão no Chile, na Argentina e em outros países, ajudou as universidades públicas e gratuitas brasileiras a se sustentar, ter o padrão de respeitabilidade que tem hoje, caracterizando-se como um grande centro de qualificação e excelência.

Resistimos a todos os projetos de privatização que vieram após a década de 80. Será que resistiremos a mais este? Se não resistirmos, vamos ser a Argentina ou o Chile de amanhã: programas de pós graduação destruídos, professores contratados por hora aula, produção do conhecimento praticamente nulo. Nos outros países, isso começou com os governos militares e foi ampliado nos governos pós militares, dentro de uma visão neoliberal que ainda não havia atingido o Brasil. O Brasil está atrasado nesta façanha internacional.

As consequências

A posição clara, inequívoca e unânime dos dois Conselhos Superiores da Universidade Federal de São Car-

los foi contra esta reforma constitucional que abre caminho para a reforma economicista da universidade.

E porque? Porque lá, compreendendo os detalhes desse processo, vimos que se trata de um problema de sobrevivência.

Para nós, é fácil explicar porque uma Universidade pequeninha no interior de São Paulo, até a um tempo a única federal do estado conseguiu, em 25 anos de vida, uma notoriedade muito grande no país.

Somos hoje um corpo docente com 61% de Doutores e 34% de Mestres, a despeito da defecção por aposentadoria de mais de 50 professores nos últimos anos. Temos como política a dedicação exclusiva (98%).

Reside nestes dois fatores, o segredo do sucesso institucional, conseguido apesar das restrições na autonomia.

Deve ficar claro, que é muito difícil administrar uma universidade com todo um conjunto de restrições, com um sipoal de normas que vem a toda hora do MARE, do MEC, da SAF, do Ministério da Fazenda. Isso dá vontade de querer autonomia, para poder ter liberdade e flexibilidade ao administrar.

Mas o preço desta autonomia não pode ser a perda da qualidade do ensino, da produção do saber, e do carácter público da universidade.

Não podemos aceitar a autonomia das "organizações sociais" do Ministro Bresser, nem a quebra das garantias constitucionais, que viabilizam juridicamente a LDB do Senador Darcy Ribeiro.

De nada nos adianta uma dotação global de recursos insuficiente. Porque hoje, os recursos são destinados por rubricas: uma parte vem para pagamento de pessoal, e outra para custeio e capital. A verba destinada ao pagamento do pessoal só pode ser gasta neste item. De mesma forma que a verba para custeio e capital. Não é permitido pas-

sar recursos de um item (rubrica) para outro.

Pela proposta do governo a dotação será global, ou seja, a verba será uma só, cabendo à universidade decidir sobre sua destinação.

Se a dotação global for cada vez menor, uma primeira tentação pode ser a contratação de professores sem dedicação exclusiva, em vinte horas, por exemplo. Ou, dada a necessidade de construir um prédio, comprar um ônibus, começar a contratar provisoriamente alguns professores com quatro horas semanais? Ou, quem sabe, utilizar os bons estudantes para ministrar as aulas sob a responsabilidade de alguém? Isso traz economia.

Para que fazer um programa de capacitação, se isto significa que alguém vai ter que dar mais aulas, porque a universidade precisa economizar recursos da dotação global.

Poderá haver uma tendência clara na direção do que aconteceu aqui, ao lado, com nossos irmãos da América Latina, ou seja, a degradação da instituição universitária por absoluta falta de recursos.

E é preciso ficar claro: a busca de recursos no setor produtivo é uma ilusão. Vamos ver o que acontece na Universidade Federal de São Carlos.

Nossa universidade tem mais de 200 convênios com o setor produtivo. Em termos de recursos, estes 200 convênios representam 1,5% do orçamento global.

É uma bobagem imaginar que, num país como o nosso, a indústria vai financiar o ensino superior público. Toda vez que a gente vai conversar com um industrial acerca de um projeto, ele não quer pagar nem os custos dos gastos da instituição. Seu argumento é que já paga muito imposto.

Ficar imaginando que o sistema universitário superior brasileiro que compreende 52 instituições, 400 mil estudantes, programas de pós-graduação, Hospitais Universitários,

"... é muito difícil administrar uma universidade com todo um conjunto de restrições, com um sipoal de normas que vem a toda hora do MARE, do MEC, da SAF, do Ministério da Fazenda. Isso dá vontade de querer autonomia, para poder ter liberdade e flexibilidade ao administrar."

Mas, o preço desta autonomia, não pode ser a perda da qualidade do ensino, da produção do saber, e do carácter público da universidade."

vai conseguir sobreviver à luz do financiamento partilhado é absurdo.

Como o governo está dizendo, para todo mundo, que 5 bilhões de dólares anuais para o sistema federal de ensino superior é muito dinheiro, nós estamos entendendo que vai acontecer uma redução gradativa ao longo do tempo.

O governo tem comparado também o custo dos alunos do sistema federal, aos preços das faculdades Objetivo de São Paulo, que são faculdades onde só se dá aula, enquanto as universidades federais produzem conhecimento, pós-graduação.

É uma campanha difamatória contra a universidade, promovida pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Reforma Administrativa. Com que objetivo?

O objetivo é preparar o terreno para uma reforma de carácter economicista, visando a redução dos gastos com a educação para atender as exigências dos órgãos financeiros internacionais. Daí a manipulação vergonhosa dos dados.

Vejamos: o MEC diz que os 5 bilhões de dólares anuais destinados ao sistema federal de ensino superior representam 60% dos seus gastos. É verdade. Isso, no entanto, dá a entender que 60% dos recursos para a educação são destinados ao ensino superior. Não é verdade.

Acontece que uma parte dos recursos destinados à educação são repassados diretamente aos estados, sem passar pelo MEC. E estes recursos são destinados prioritariamente ao primeiro e segundo graus.

Então vamos fazer a conta. O volume de recursos que o país destina à educação corresponde

a 4% do seu PIB, de 640 bilhões de dólares, ou seja 25 bilhões. Deste total 5 bilhões são destinados ao ensino superior, ou seja 16,17%.

Ou seja, o Brasil investe menos de 0,8% do seu PIB no ensino superior, e esta é a origem das dificuldades orçamentárias, das dificuldades com a manutenção, das dificuldades com a reposição de livros para as bibliotecas, do sucateamento dos laboratórios, dos baixos salários.

Em São Carlos, os Conselhos Superiores da universidade tomaram posição contrária a esta reforma, que visa reduzir ainda mais os gastos com a educação para atender as exigências dos órgãos financeiros internacionais.

Queremos autonomia sim, a mais ampla possível. Faz parte da natureza do sistema universitário. É próprio das universidades em todo o mundo. Queremos liberdade, responsabilidade. Mas queremos qualidade, e para isso queremos financiamento. E para isso queremos que o governo não perca sua responsabilidade constitucional. Não podemos permitir que o governo se desincumba desta responsabilidade, através da reforma do Estado (PEC 173), nem através da emenda que modifica a autonomia universitária.

"... o Brasil investe menos de 0,8% do seu PIB no ensino superior, e esta é a origem das dificuldades orçamentárias, das dificuldades com a manutenção, das dificuldades com a reposição de livros para as bibliotecas, do sucateamento dos laboratórios, dos baixos salários."

O projeto do Banco Mundial, o governo FHC e a privatização das universidades federais**

* * Artigo originalmente publicado em Caderno do CEAS, Salvador, Setembro/Outubro, 1996, n. 165, p. 28-42

O presente texto tem por objeto a análise do documento do BIRD, a partir da identificação de seus principais pressupostos e de suas medidas mais amplas sugeridas. Procurou-se evidenciar o centro de sua argumentação mais geral, de caráter essencialmente produtivista, financeiro e privatizante. O objetivo é o de chamar a atenção para o fato de que este projeto já vem sendo implantado parcialmente no Brasil, bem como tem inspirado as propostas de mudanças do atual governo para o ensino superior

* Professora Doutora do Departamento de Sociologia da FFCH e pesquisadora do CRH/UFBA; e Professor Doutor do Departamento de Economia Aplicada da FCE da UFBA

Nota dos autores autorizando a publicação em Plural:

"Assim que recebemos sua solicitação para publicação do artigo de Graça Druck e Luiz Filgueiras, prontamente enviamos um e-mail. Logo em seguida, o CEAS entrou em recesso, retornando somente esta semana. Para nossa surpresa, encontramos em e-mail acusando o não recebimento de nossa resposta, pois o endereço estava errado. Por isso estamos enviando esse fax para autorizar a republicação do artigo "O projeto do Banco Mundial, o governo FHC e a Privatização das Universidades", citando a fonte.

Atenciosamente,
Equipe Editorial do CEAS"

"... trata-se de um projeto global para a reforma do ensino superior nos países subdesenvolvidos, a partir da constatação de que o mesmo já vem sendo implantado, de forma parcial e fragmentada, pelos mais diversos governos ao longo das duas últimas décadas."

Durante a greve das Universidades Públicas Federais, veio ao conhecimento da comunidade universitária da UFBA, por iniciativa do seu Reitor, um estudo produzido pelo Banco Mundial (BIRD) e apresentado na Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (AN-DIFES), consubstanciado no documento intitulado *"O Ensino Superior: as lições derivadas da experiência."*

Com dados e informações até o ano de 1993, esse estudo foi divulgado numa primeira versão em inglês, em 1994 e, numa segunda, em 1995, em espanhol. Segundo o mesmo, suas conclusões e recomendações resultaram de reuniões com a participação de representantes de governos de países desenvolvidos e "em desenvolvimento"; membros de associações creditícias e de ensino superior; e de técnicos em educação do BIRD.

O objetivo último do documento é o de orientar as ações do BIRD (apoio, financiamentos, empréstimos etc.) com relação aos países "em desenvolvimento", tendo por condição a adoção de uma série de medidas de política educacional para o ensino superior e que, se assumidas em sua totalidade, determinariam a implantação de uma estrutura de ensino superior tida como ideal por essa instituição.

O método de construção deste "tipo ideal" tem por base a identificação das mais diversas experiências espalhadas pelos continentes Asiático, Africano e Latino-Americano, que são recuperadas, de forma pontual, como exemplos de um ensino superior eficiente, equânime e com flexibilidade para o atendimento às demandas do mercado, numa época de grandes e rápidas mudanças tecnológicas e organizacionais. Entre todos os países citados, o Chile é aquele que, atualmente, segundo o BIRD, mais se aproxima do modelo proposto.

Em suma, trata-se de um proje-

to global para a reforma do ensino superior nos países subdesenvolvidos, a partir da constatação de que o mesmo já vem sendo implantado, de forma parcial e fragmentada, pelos mais diversos governos ao longo das duas últimas décadas.

A proposta do Banco Mundial

O documento parte da constatação de que a educação superior depende, consideravelmente, do financiamento estatal em todos os países, inclusive os desenvolvidos. Por isso, quando surge uma crise fiscal detona-se também, como decorrência, uma crise deste nível de ensino. Essa, por sua vez, é maior nos países "em desenvolvimento" porque nesses, os ajustes fiscais têm sido mais drásticos, com a adoção de "Planos de Estabilização."

Por outro lado, como a demanda/oferta de vagas nas Universidades têm crescido, nas últimas décadas, em todos os países, principalmente naqueles "em desenvolvimento" - em função dos subsídios dados pelos governos e, em alguns casos, da garantia de emprego público aos graduados, o gasto por aluno tem diminuído, em razão da impossibilidade dos recursos fiscais crescerem na mesma proporção. A consequência tem sido o rebaixamento das condições materiais de ensino e pesquisa, bem como a deterioração das remunerações dos professores, comprometendo-se assim a qualidade geral do ensino superior.

Adicionalmente, segundo o BIRD, esse quadro agrava-se mais ainda pelo uso ineficiente dos recursos: uma baixa relação estudantes/docente, serviços subutilizados, duplicação de programas, elevadas taxas de desistência e repetição, e um elevado montante de recursos destinados a gastos não diretamente educacionais - como moradia e restaurante.

Nessas condições, ainda de acordo com o BIRD, de crise fis-

cal, escassez e má aplicação de recursos públicos e crescimento da demanda por vagas, o ensino superior torna-se mais ainda regressivo socialmente, uma vez que os seus alunos pertencem aos estratos sociais de renda mais alta da sociedade. Dessa forma, a oposição entre ensino superior (que, segundo o BIRD, tem maior prioridade e recebe mais recursos dos governos) e ensino básico evidencia-se de forma cabal, tornando-se mais do que nunca injustificável, econômica e socialmente, que a parcela mais privilegiada da população seja subsidiada por todo o restante da sociedade. Aqui, o Brasil é dado como exemplo de injustiça: 23% dos recursos da educação vão para o ensino universitário, que representa apenas 2% da população estudantil.

Assim, tendo por pressupostos a existência de escassez de recursos públicos, decorrente da crise fiscal; a afirmação de que os estudantes das Universidades são, em sua maioria, provenientes das classes mais abastadas das sociedades do "Terceiro Mundo"; a importância da educação básica nas novas circunstâncias econômicas e sociais criadas pela "Terceira Revolução Tecnológica"; e, por fim, a necessidade de respostas rápidas às novas e mutáveis demandas dos mercados de produtos e de trabalho; o BIRD sistematiza sua proposta em quatro pontos, a seguir discriminados e detalhados.

1- Maior diversificação dos tipos de instituições: segundo o BIRD, os sistemas de ensino superior existentes nos países "em desenvolvimento" podem ser classificados, no que se refere a sua estrutura e organização, em três tipos - sendo o último considerado o mais desejável:

a) sistema estatal não diferenciado (só universidades estatais)

b) sistema estatal diferenciado (universidades mais instituições não universitárias)

c) sistema estatal e privado diferenciado

A escolha do terceiro tipo como a meta a ser alcançada tem por justificativa, além da existência da crise fiscal e do crescimento da demanda anteriormente mencionados, a circunstância de que o mesmo permite uma melhor adequação da pesquisa à produção (mercado de produtos) e do ensino ao mercado de trabalho. Neste ponto, o Brasil é citado como exemplo para os outros países, como paradigma de diferenciação de instituições e fomento à oferta privada: "O Brasil tem 21 universidades federais (Sic), 13 universidades estaduais, 5 universidades municipais e 61 universidades privadas, além de um grande número de instituições não universitárias públicas e privadas" (BIRD, 1995: 33-34).

Desse modo, o BIRD propõe o incentivo às instituições privadas, através de uma regulamentação apropriada: "os governos devem atuar de forma a estimular as instituições privadas como, por exemplo, não controlar os preços das mensalidades ou estabelecer subsídios do Estado a essas instituições, justificando que estes últimos são menos onerosos para os cofres públicos do que fazer novos investimentos nas universidades públicas. A criação de empréstimos/bolsas aos estudantes carentes", para que os mesmos possam escolher onde se matricular é também uma das possibilidades citadas de estímulo ao ensino privado.

Adicionalmente, para atender às demandas do mercado de trabalho, deve-se aumentar o número de instituições não universitárias, que promovam ensino de ciclo curto/breve e o ensino a longa distância. Como exemplo da complementaridade entre cursos "tradicionais" e aqueles mais "práticos", o documento afirma que "no campo do ensino de engenharia, surgiu uma nova distinção entre "engenharia científica" e "engenharia

aplicada". Os que estão no primeiro campo se dedicam a tarefas mais analíticas e abstratas, enquanto que os postos que ocupam os que pertencem ao segundo grupo se concentram nos processos de produção" (op.cit.: 35). A principal vantagem das instituições não-universitárias seriam seus custos menores e o fato de atenderem, de forma mais flexível, às necessidades do mercado de trabalho, como por exemplo, o SENAI, o SENAC etc, no Brasil.

2. Diversificação das fontes de financiamento das instituições públicas de ensino superior. A obtenção de recursos não-oficiais deve se dar através de três tipos de iniciativas: a) o ensino pago, b) doações de ex-alunos e de empresas e c) incentivos a atividades universitárias que gerem renda.

No primeiro caso, a medida principal é a cobrança de matrículas e mensalidades, de tal forma que a mesma possibilite a obtenção de 25% a 30% do total de recursos gasto por estudante. Adicionalmente, propõe-se a eliminação de subsídios para a alimentação e moradia estudantil, dando como exemplo a experiência africana de Botswana e Ghana, que privatizaram seus respectivos restaurantes universitários.

Buscando legitimar esta proposição, o BIRD afirma que — "Nos países com grande número de instituições privadas de ensino superior, como o Brasil e as Filipinas, existem provas cabais de que as famílias de classe média estão dispostas e em condições de pagar o custo completo da educação superior em instituições privadas, inclusive em instituições caras e de alta qualidade" (op. cit.: 50).

Por sua vez, as doações de ex-alunos e da iniciativa privada devem ser estimuladas através de incentivos tributários, como no caso dos EUA e, por fim, devem ser desenvolvidas atividades que gerem renda nas instituições pú-

blicas, tais como: cursos de curta duração, serviços de consultorias e pesquisas encomendadas pelas indústrias.

Em suma, segundo o BIRD, "A eliminação dos subsídios não relacionados com a instrução, a adoção (ou o aumento) de taxas de matrícula, a obtenção de doações e a realização de atividades que gerem renda proporcionarão às instituições uma base financeira mais diversificada e estável. Um, meta que poderia ser estabelecida é de as instituições estatais de nível superior gerarem renda suficiente para financiar aproximadamente 30% de suas necessidades totais de recursos para gastos ordinários através destas fontes não governamentais." (op.cit.: 49)

Fazem parte ainda da proposta, a destinação de fundos financeiros oficiais como contrapartida do governo aos recursos obtidos pelas universidades de fontes privadas externas; e o apoio financeiro aos estudantes necessitados: bolsas de estudo e empréstimos (com taxas de juros reais, cobrança eficiente e pagamento escalonado vinculado à renda).

3- Redefinição da função do Estado no que concerne ao ensino superior: embora reconheça que, em maior ou menor grau, o Estado deverá, em todos os países do mundo, continuar prestando apoio ao ensino superior, o BIRD aponta para uma mudança radical no relacionamento dos governos com as universidades.

Neste ponto, a questão central é a da autonomia e financiamento das instituições públicas, através da descentralização da administração e gerenciamento eficiente dos recursos, com liberdade para as mesmas de cobrança de matrículas e mensalidades; contratação de professores e determinação dos seus salários (reconhecidamente aviltados); definição do número de vagas oferecidas etc; tudo isso de acordo com as tendências aponta-

das pelo mercado, em geral, e o mercado de trabalho, em particular. Consoante com essa perspectiva, deve-se introduzir a participação de representantes dos setores produtivos privados no interior dos Conselhos Universitários.

A autonomia universitária, compreendida desta forma, é condição indispensável para a implementação de todo o "modelo" proposto, principalmente no que concerne à busca de fontes privadas de financiamento. Nas palavras do próprio BIRD, *"As instituições não podem reagir aos incentivos para melhorar a qualidade e a eficiência sem que tenha controle sobre seus recursos e procedimentos"* (op. cit.: 11). Adicionalmente, tanto as instituições públicas, quanto as instituições privadas devem ter condições de igualdade, no que se refere ao tratamento a ser dado pelo Estado, inclusive quanto às verbas oficiais destinadas ao ensino superior.

4- Adoção de políticas de qualidade e equidade: Na ótica do BIRD, a melhoria da qualidade e o aumento das matrículas no ensino superior podem ser obtidos com pouco ou nenhum aumento do gasto público. Dessa maneira, se conseguiria avançar numa maior equidade em termos de custo/benefício entre os diversos níveis de en-

sino (superior x básico), uma vez que um número maior de estudantes teria acesso ao ensino superior sem aumentar os recursos orçamentários.

Neste ponto, são tratadas as questões referentes à avaliação do desempenho das universidades, criação de centros de excelência e adaptabilidade do ensino, pesquisa e extensão aos ditames do mercado. De acordo com o BIRD, *"No contexto das estratégias de crescimento econômico baseadas em inovações tecnológicas, assume importância fundamental que as instituições com programas avançados de ensino e investigação contem com a orientação de representantes dos setores produtivos. A participação de representantes do setor privado nos conselhos da administração das instituições de nível terciário, públicas ou privadas, contribui para assegurar a pertinência dos programas acadêmicos"* (op.cit.:12).

No que se refere à qualidade do ensino universitário, o documento reconhece a necessidade de pessoal docente bem qualificado e motivado, de condições de trabalho melhoradas, inclusive com a formação de redes informatizadas, e propõe como um "fator determinante de desempenho acadêmico", um sistema de avaliação e supervi-

"... a questão central é a da autonomia e financiamento das instituições públicas, através da descentralização da administração e gerenciamento eficiente dos recursos, com liberdade para as mesmas de cobrança de matrículas e mensalidades; contratação de professores e determinação dos seus salários (reconhecidamente aviltados); definição do número de vagas oferecidas etc; tudo isso de acordo com as tendências apontadas pelo mercado, em geral, e o mercado de trabalho, em particular."



"... o BIRD compreende que a aplicação dessas reformas não será uma tarefa fácil, em nenhum país.

A razão, segundo o mesmo, reside no fato de que os interesses atingidos seriam de parcelas da população economicamente privilegiadas, com grande capacidade de organização e representação política."

são do ensino e da pesquisa que seja eficaz e permanente. Sugere, inclusive, que este sistema de avaliação deveria contar com a participação de associações profissionais e de um organismo fiscalizador do governo.

No entanto, o BIRD afirma que, dada a limitação de recursos humanos e financeiros nos países menores e de baixa renda, uma forma eficaz de racionalização de custos seria estabelecer programas de ensino e pesquisa organizados sobre uma base regional. Isto significaria criar centros regionais num plano continental, onde cada país participaria com programas nacionais de centros de excelência, tendo como exemplos a Universidade do Pacífico Sul ou a Universidade das Índias Ocidentais.

Por fim, é importante destacar que o BIRD compreende que a aplicação dessas reformas não será uma tarefa fácil, em nenhum país. A razão, segundo o mesmo, reside no fato de que os interesses atingidos seriam de parcelas da população economicamente privilegiadas, com grande capacidade de organização e representação política. Em especial, destaca a possibilidade do surgimento de revoltas estudantis e, eventualmente, até mesmo a desestabilização dos governos. Por isso, recomenda a estes últimos muita cautela na implementação das reformas: "Nos países cujos sistemas de governo são débeis, os estudantes ressentidos - e isto ocorrerá se reduzem os subsídios e os privilégios - podem representar uma ameaça à estabilidade política. Portanto, os governos devem proceder com muita cautela ao implantar reformas que talvez afetem as famílias mais poderosas que podem desestabilizar os regimes políticos"(op.cit.:5).

Análise da proposta

A crítica ao "modelo de ensino superior", proposto pelo BIRD, está aqui organizada em quatro

pontos. Inicialmente coloca-se em questão os dois pressupostos essenciais em que o mesmo se apoia, qual seja, a existência da crise fiscal e a idéia de que os estudantes das universidades públicas são oriundos, principalmente, das camadas mais ricas da população. A seguir, procura-se evidenciar a concepção econômica, política e ideológica desse "Projeto", explicitando-se suas conexões com a atual fase por que passa o desenvolvimento capitalista no plano mundial. Posteriormente, chama-se atenção para uma "armadilha" que deve ser transposta na análise do documento, qual seja: não se deve considerar aspectos mais específicos da proposta sem localizá-los no interior do seu conjunto, sob pena da discussão deslocar-se para a identificação dos seus aspectos positivos e negativos, perdendo-se, assim, o sentido global do projeto - como por exemplo, a idéia de que é necessário fortalecer o ensino básico. Por fim, considera-se a realidade concreta das universidades brasileiras e da política do governo FHC para o ensino superior, e indica-se algumas possíveis consequências, para as universidades federais, em particular aquelas situadas nas regiões mais pobres do país, caso a concepção e o projeto do BIRD sejam adotados em sua totalidade.

1- Crise fiscal e estudantes ricos. Antes de tudo, é preciso afirmar que a crise fiscal dos países capitalistas periféricos não decorreu, e nem decorre atualmente, de uma política de grandes gastos públicos em educação, saúde, moradia, sem sustentação na arrecadação de impostos.

Essa crise se explicitou a partir da segunda metade dos anos 80, como subproduto da crise da dívida externa e de seu pagamento, propiciado pelos planos de estabilização propostos pelo FMI (irmão gêmeo do BIRD) e adotados invariavelmente por estes países. Por-

tanto, essa crise, que se agrava nos anos 90 na esteira dos "novos" planos de estabilização, baseados no "Consenso de Washington" - calcados na abertura indiscriminada da economia, na valorização do câmbio e em elevadas taxas de juros para atrair os capitais especulativos -, decorre da forma subordinada como esses países se articulam na ordem econômica internacional e das políticas econômicas recomendadas pela "comunidade financeira internacional."

Em novembro de 1991, ainda durante o "Governo Collor", a dívida interna mobiliária era de R\$ 11 bilhões; desde essa época, até agora, 44 empresas estatais foram privatizadas com o intuito de pagá-la, resultando em uma receita de R\$ 13 bilhões - entre "títulos podres" e dinheiro -. No entanto, essa dívida saltou para R\$ 127 bilhões atualmente. No início do Governo FHC, iniciado em janeiro de 1994, essa dívida era da ordem de R\$ 62 bilhões; o que significa que a mesma dobrou em menos de 18 meses, como subproduto dos mecanismos que sustentam o "Plano Real."

Adicionalmente, é preciso deixar claro que se apoiar na existência da crise fiscal, qualquer que seja sua origem, como argumento e suposto inquestionável para justificar a diminuição ou insuficiência de recursos para a educação, em particular o ensino superior, significa passar ao largo de uma verdade óbvia, qual seja: as prioridades na gestão e alocação dos recursos orçamentários de qualquer governo se definem politicamente, com ou sem crise fiscal. Sobre isto, alguns exemplos, entre muitos, da administração de recursos públicos do atual governo são elucidativos: a criação de um programa de sustentação de fusões bancárias (PROER), que acaba, no fim do processo, por aumentar a dívida pública; a não cobrança das dívidas de grandes proprietários rurais e usineiros com

o Banco do Brasil; a implementação do SIVAM, mesmo após o notório escândalo em seu processo de licitação e concorrência; e a absorção pela União da dívida do município de São Paulo, como fruto de um processo de barganha de votos na Câmara dos Deputados para a aprovação da Reforma da Previdência. Isto tudo, sem mencionar a distribuição fisiológica de verbas na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional e outros absurdos praticados por governos anteriores.

Por fim, do ponto de vista tributário, é conhecida a existência de uma grande evasão fiscal, através da sonegação e outros mecanismos, bem como a resistência das classes abastadas da sociedade brasileira em pagar impostos. A futura discussão e aprovação no Congresso Nacional sobre a Reforma Tributária explicitará, de forma cabal, todas essas circunstâncias.

No que se refere à vulgarização crescente da idéia básica, contida no documento do BIRD, de que os estudantes das universidades públicas são oriundos de famílias ricas, pesquisa realizada pelo Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, em 1994, e já razoavelmente divulgada e conhecida, sobre a situação sócio-econômica desses estudantes, desmistifica de forma irrefutável essa inverdade, pelo menos no que se refere ao Brasil.

A conclusão dessa pesquisa, que faz parte de um estudo da demanda para um programa de "Bolsa de Permanência", é a seguinte: "1- 24,58% dos estudantes das IFES situam-se em camadas de baixo nível social e necessitam de apoio financeiro para cursarem a universidade e se dedicarem à sua formação profissional. A falta de programas de apoio pode ser motivo de evasão escolar e repetência. Este grupo é prioritário na distribuição de bolsas. 2- 48,95% dos estudantes das IFES pertencem a famílias

"... se apoiar na existência da crise fiscal, qualquer que seja sua origem, como argumento e suposto inquestionável para justificar a diminuição ou insuficiência de recursos para a educação, em particular o ensino superior, significa passar ao largo de uma verdade óbvia, qual seja: as prioridades na gestão e alocação dos recursos orçamentários de qualquer governo se definem politicamente, com ou sem crise fiscal."

FRANK



"... a Universidade precisa se submeter às novas regras determinadas pela competitividade e, portanto, tem que se subordinar aos ditames do mercado. "

com renda per capita entre 1 e 2 salários mínimos, o que caracteriza uma população de poder aquisitivo inelástico, incapaz de enfrentar encargos que não sejam os de manutenção. Pelas limitações financeiras e patrimoniais, os estudantes que integram esse grupo são clientes potenciais dos programas de apoio, no caso de cursarem carreiras dispendiosas, especialmente nas situações de limite com o gru-

po anterior. 3- 26,47% dos estudantes das IFES pertencem a famílias com elevada condição sócio-econômica." (Avaliação do Levantamento Amostral sobre o Perfil dos Estudantes das IFES - Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e comunitários: 1994). No caso particular da UFBA, os percentuais acima são, respectivamente, de 30%, 50% e 20%.

2- A "flexibilização" da universidade como contra-face da "flexibilização" do mercado de trabalho. A diversificação dos tipos de instituição de ensino superior, a busca de fontes de financiamento no setor privado e o condicionamento do aumento e do tipo de vagas de acordo com a demanda do mercado de trabalho, propostos pelo BIRD, expressam a necessidade, do ponto de vista do capital, de adaptação dos "produtos" universitários a uma nova realidade, marcada pelo acirramento da competição intercapitalista em todos os planos.

Nessa nova fase do desenvolvimento capitalista, caracterizada pelo movimento de globalização, reestruturação produtiva e financeira da acumulação, a flexibilização do trabalho tem sido aplicada como forma de obter competitividade no mercado. Trata-se de racionalizar ao máximo o uso do trabalho, reduzir custos e implementar novos padrões de gestão e organização da produção e do trabalho, que possibilitem responder às variações da demanda do mercado: produzir somente o necessário e no momento certo, substituindo o padrão rígido de produção fordista por uma produção enxuta, ágil e flexível.

Este processo tem resultado numa crescente flexibilização do mercado de trabalho, onde o trabalho tipicamente assalariado e mais qualificado (formal) tem sido substituído pelo trabalho temporário, parcial, sem proteção social e de menor qualificação. O desem-

prego e a terceirização crescentes têm demonstrado a perversidade deste processo, resultando numa quádrupla precarização: das condições de trabalho, da saúde, do emprego e da ação sindical. Empresas e fábricas cada vez mais segmentadas e coletivos de trabalho fragmentados, onde os trabalhadores são estimulados a competir entre si, disputando as poucas vagas e postos de trabalho que ainda permanecem, e também são pressionados a aderir aos novos padrões de gestão à medida que a ameaça do desemprego está sempre presente.

Dentro dessa perspectiva, no âmbito da educação, a flexibilização se traduziria, em primeiro lugar, na mesma ideologia que norteia a flexibilização do trabalho: a Universidade precisa se submeter às novas regras determinadas pela competitividade e, portanto, tem que se subordinar aos ditames do mercado. Para isso, tem que racionalizar seus recursos e se mostrar ágil no atendimento imediato das demandas do mercado, em geral, e do mercado de trabalho, em particular. Neste ponto, cabe observar que, a rigor, na atual conjuntura, dado o crescente desemprego estrutural, com a destruição de postos de trabalho, a demanda por novos profissionais, de quase todas as áreas, está saturada; o que significa dizer que, sob esta ótica produtivista, a universidade não teria mais razão de existir. Isto sem mencionar o fato de ser extremamente difícil os cursos universitários acompanharem as flutuações do mercado, que se caracteriza cada vez mais, na atual etapa do capitalismo, por uma grande instabilidade.

Na concepção do BIRD, a real autonomia universitária para a produção científica é substituída pela "autonomia para competir"; expressa de forma aberta na proposta de que "representantes dos setores produtivos" façam parte dos conselhos superiores das universi-

dades, para se garantir os tipos de cursos e seus respectivos conteúdos mais apropriados em cada conjuntura do mercado.

Essa passagem tem como instrumento essencial a proposta de autonomia financeira formulada pelo BIRD, na qual redefine-se a relação do Estado com as universidades públicas, com estas tendo que gerar recursos próprios para complementar os recursos orçamentários cada vez mais escassos e situando-se no mesmo pé de igualdade que as universidades privadas na disputa por estes recursos.

O projeto se completa com a fragmentação do sistema federal de ensino superior, à medida que cada universidade, individualmente, estará entregue à "solidão do mercado", com carreiras, níveis salariais, organização interna, cursos e programas próprios. Do ponto de vista da carreira, a generalização na contratação de professores substitutos, que deveria ser uma medida excepcional, evidencia um processo de precarização das relações de trabalho no interior da universidade, além de indicar uma evidente deliberação do governo em não autorizar a abertura de concursos públicos, mesmo com a existência comprovada de vagas, resultantes, principalmente, de aposentadorias.

3- A proposta do BIRD não pode ser tratada a partir de seus aspectos específicos. Algumas observações e constatações presentes no documento, embora nem todas desenvolvidas, são quase que consensuais, tais como: a necessidade de um processo de avaliação permanente das universidades, tanto interna quanto externamente à mesma; o quadro de deterioração das condições materiais e de trabalho das universidades públicas e o baixo nível salarial dos seus docentes e funcionários; a possibilidade de se melhorar a administração e organização interna das diversas unidades e departamentos; e a constituição de um sistema pú-

"... a real autonomia universitária para a produção científica é substituída pela 'autonomia para competir', expressa de forma aberta na proposta de que 'representantes dos setores produtivos' façam parte dos conselhos superiores das universidades, para se garantir os tipos de cursos e seus respectivos conteúdos mais apropriados em cada conjuntura do mercado."

"Deve ser dito, em alto e bom som, que a maior parte dos recursos destinados para a educação neste país é aplicada na educação básica e, apesar disso, o sistema público de ensino primário e secundário está destruído."

blico de ensino primário e secundário de excelente qualidade, inclusive como forma de permitir a toda população estudantil do país disputar, com chances semelhantes, a uma vaga nas universidades públicas. Na verdade, a dificuldade central, para solução de todas essas questões, se localiza na forma e nos meios a serem utilizados, bem como no sentido geral dessa mudanças.

A proposta de transferência de recursos do ensino superior para o ensino básico, feita a partir da identificação desonesta e grosseira de uma suposta oposição entre esses dois níveis de ensino, bem como a afirmação, anteriormente já comentada, de que a universidade pública atende fundamentalmente os ricos, são exemplos paradigmáticos da metodologia utilizada pelo estudo do BIRD. O mesmo se pode afirmar quando esta instituição procura caracterizar a injustiça do sistema educacional brasileiro, a partir da utilização de dados que indicam que 23% dos recursos são aplicados nas universidades apesar das mesmas abrigarem apenas 2% da população estudantil.

A desmistificação dessa lógica fragmentada só pode ser feita explicitando-se os fatos relevantes. O Brasil, segundo a UNESCO (Anuário Estatístico da UNESCO, 1994), tem destinado em torno de 3,76% do seu Produto Interno Bruto (PIB) para o financiamento da educação em todos os seus níveis. Isto coloca o país em 80º lugar a nível mundial, em termos de gastos educacionais. A Coreia, muita citada, pelo seu sucesso econômico e por ter conseguido universalizar o ensino básico para toda a sua população e com um valor do PIB próximo ao brasileiro, aplica percentual semelhante em educação; no entanto, sua população é um terço da população brasileira. (UFBA, Assessoria de Comunicação : Transcrição da entrevista coletiva do Reitor em 10/05/96).

Por outro lado, como todos sabem, no Brasil, de acordo com a Constituição, a União é responsável pelo ensino superior, enquanto os estados e municípios se dedicam ao ensino básico. A divisão das receitas tributárias obedece a essa circunstância. Assim é que, do total de recursos destinados a educação, apenas 25% a 30% ficam sob a administração do governo federal, enquanto 70% a 75% são geridos e aplicados pelas demais instâncias de governo. Desse modo, a idéia vulgarizada pela mídia, de que o governo federal aplica quase nada no ensino básico beneficiando as "privilegiadas" universidades, é, no mínimo, ridícula.

Como também é falaciosa a estatística apresentada pelo BIRD, como argumento para afirmar a existência de injustiça ao se destinar mais recursos para as universidades, relativamente ao total da população estudantil; elidindo completamente a natureza das mesmas, nas quais não se desenvolve apenas ensino, mas também a pesquisa, a extensão e a prestação de serviços para populações carentes. Em síntese, é evidente e notório que as atividades de ensino superior têm um custo muito mais elevado do que as desenvolvidas no ensino básico, determinado pelas distintas naturezas destes dois níveis de ensino.

Deve ser dito, em alto e bom som, que a maior parte dos recursos destinados para a educação neste país é aplicada na educação básica e, apesar disso, o sistema público de ensino primário e secundário está destruído. A prova maior dessa realidade é a fuga, nos últimos vinte anos, dos alunos de classe média para as escolas particulares; aliás, a decadência e a queda das instituições públicas são condição essencial para a proliferação das instituições privadas. A transferência dos recursos hoje aplicados, do ensino superior para

o ensino básico, será totalmente insuficiente para mudar este quadro, com o agravante de se deteriorar mais ainda as universidades públicas federais.

A conclusão é uma só, 3,76% do PIB destinados à educação no Brasil são claramente insuficientes, para dar conta das necessidades atuais, cada vez mais prementes, de universalização do ensino básico e de sustentação de um sistema de ensino superior de boa qualidade, ambos fundamentais para o processo de desenvolvimento do país. A oposição entre essas duas esferas do ensino, feita pelo documento do BIRD, só pode ser sustentada a partir da adoção do pressuposto inicial, isto é, de que a crise fiscal inviabiliza o crescimento do montante total de recursos orçamentários destinados à educação e de que estes, no âmbito do ensino superior, são excessivos. Assim mesmo, no caso do Brasil, a transferência de todos os recursos hoje destinados às universidades federais para o ensino básico, com o seu puro e simples fechamento, não resolveria o problema.

Além do mais, no caso das verbas destinadas às universidades federais, o governo computa, junto aos salários dos professores e funcionários da ativa, o valor das aposentadorias e pensões, inflando em um terço os gastos com remuneração. Além disso, incorpora como custeio das universidades os valores dos benefícios (vale transporte, vale alimentação e auxílio à escolaridade básica), que se caracterizam como salários indiretos e que são pagos a todo o funcionalismo público federal. É, desta maneira, que o governo divulga, falaciosamente, que os gastos com os salários e custeio têm crescido nos últimos dois anos. (UFBA, Assessoria de Comunicação: op.cit.)

Em suma, como é plenamente conhecido, pelo menos no meio universitário, os recursos destinados à área social em geral, e não

apenas à educação, vêm sofrendo uma violenta redução absoluta e/ou relativa, sendo claramente insuficientes, como bem demonstra o estado de calamidade em que se encontram os serviços públicos; mesmo que se reconheça a possibilidade de se melhorar, de forma significativa, a forma de aplicação dos mesmos. A tentativa atual do governo de criar um imposto destinado exclusivamente à saúde, sem mexer em suas prioridades de gasto, é uma evidência e reconhecimento deste problema. As razões apresentadas para justificar este quadro são sempre as mesmas: a necessidade de estabilização econômica exige austeridade fiscal e esta, por sua vez, exige as Reformas Constitucionais, todas elas na direção de uma maior desresponsabilização do Estado com relação aos serviços públicos, abrindo espaço para a privatização dos mesmos. É, exatamente, neste contexto que se localiza hoje a "questão universitária" para o governo FHC.

4- O Governo FHC e a Universidade Pública. Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que este projeto do Banco Mundial não se constitui numa proposta em abstrato, que está ainda por ser aplicada. A sua própria elaboração está apoiada em experiências fragmentadas, porém concretamente existentes, de cada país "em desenvolvimento."

No caso do Brasil, o processo de reforma da Universidade, no sentido de sua privatização, do ponto de vista externo, já está em curso através de várias iniciativas: na proposta de Reforma Administrativa do Governo - que não coloca as universidades no que chama de "núcleo estratégico do Estado"-, na proposta de Emenda Constitucional 233 - que sintomaticamente não explícita o caráter de sua "nova" autonomia - e no substitutivo Darcy Ribeiro da Lei de Diretrizes e Base (LDB), todos em discussão no Congresso Nacional.

No dia-a-dia da administração, este processo se manifesta também nas previsões orçamentárias para a educação, onde tem diminuído a cada ano, os recursos destinados à educação pública e às universidades federais em particular; no constrangimento imposto aos dirigentes das IFES, que reiteradamente têm resistido e denunciado as dificuldades e delongas no repasse das verbas que lhes são de direito - atualmente ainda não foi feito o último repasse do ano de 1995 -; nos salários aviltantes dos professores e servidores das Universidades Federais e nos cortes de verbas para as instituições oficiais financiadoras de pesquisas (CAPES e CNPq).

Assim, algumas das condições objetivas para implementar, até as últimas conseqüências a proposta do Banco Mundial, estão dadas. Para o BIRD, trata-se de redefinir o papel do ensino universitário e, principalmente, descaracterizar (ou desmantelar) a Universidade, como locus de reflexão de produção do conhecimento científico de forma autônoma e livre, como sempre foi o sentido do ensino acadêmico e universalizante.

Nesta medida, a proposta de substituir gradativamente as universidades, sobretudo públicas - por instituições de ensino superior não universitárias, com o objetivo de flexibilizar a educação para responder às demandas do mercado e, em especial, do mercado de trabalho, revela a ideologia que sustenta esta proposição e o seu intuito maior. Trata-se de subordinar a educação de nível superior às exigências do setor privado, deixando que a produção do conhecimento perca por completo a sua autonomia, e de transformar a maioria das Universidades Públicas Federais em escolas de 3º grau, cujo ensino tenha um perfil técnico, operacional e aplicado e, portanto, flexível e a mercê do mercado.

Dentre as fontes orçamentárias das universidades, propostas pelo

Banco Mundial para desobrigar o Estado, o financiamento de empresas privadas às atividades de pesquisa e extensão e a cobrança de cursos de curta duração e consultorias realizadas pelos professores, são medidas que já estão sendo colocadas em prática e que têm pressionado individualmente os mesmos, já que se apresentam como saídas parciais para resolver suas condições materiais, determinadas pela baixa remuneração. Sem dúvida que esta solução não só é individual, e para muito poucos, como contribui decisivamente para o desmantelamento da Universidade - enquanto locus de produção científica autônoma, à medida que ela deixa de ser um patrimônio da sociedade, sustentada por esta sociedade e passa a ser, direta e indiretamente, um patrimônio privado, fundamentalmente daqueles que podem contribuir financeiramente para o seu sustento.

Do ponto de vista regional, a perspectiva que se pode vislumbrar, a partir da implementação deste projeto, é muito mais perversa. Na região Nordeste, 70% das matrículas do ensino superior são em Universidades Públicas, enquanto em São Paulo elas representam apenas 20%. Na Bahia, as Universidades Públicas chegam a oferecer 90% dessas matrículas, apesar das facilidades legais para a implantação de universidades privadas serem as mesmas em todo o território nacional. A razão para estas discrepâncias é o tamanho diferenciado dos mercados das diversas regiões brasileiras; a renda per capita no centro-sul é da ordem de US\$ 6 mil, enquanto no Nordeste é de apenas US\$ 1,5 mil.

Desse modo, a inviabilização das universidades públicas no Nordeste significa a destruição do ensino superior nesta região, com todas as conseqüências que daí advirão em termos da formação de quadros dirigentes e profissionais para a sociedade local, no que se

refere aos serviços prestados por estas instituições às populações de baixa renda e no que concerne à extinção da atividade de pesquisa que vem sendo desenvolvida, em especial abortando da formulação de políticas de desenvolvimento regional. Como em todas as demais regiões, com exceção de algumas Universidades Concessionárias em São Paulo e Rio de Janeiro, as universidades privadas se resumem a ser escolas de 3º grau, com ausência completa de atividades de pesquisa e extensão e de cursos de pós-graduação. De acordo com Fávero ("Em Defesa da Universidade Pública"), in: *Universidade e Sociedade*, ANDES, nº 2, nov/1991, 90% da pesquisa realizada no país se concentra nas instituições e universidades públicas. Além disso, ainda no plano nacional, conforme dados da CAPES, as instituições públicas respondem por 86% das matrículas nos cursos de mestrado e por 92,7% nos cursos de doutorado.

Esta não é uma perspectiva alarmista; basta analisar os projetos do governo acima citados e já em andamento no Congresso Nacional, bem como olhar para as experiências que levaram à destruição do ensino público de 1º e 2º graus e da saúde pública - que empurrou rapidamente a "classe média" para as escolas e os planos de saúde privados. A ausência de um movimento social forte em oposição a estes processos foi decisiva para o seu desenlace. O mesmo ocorrerá, agora, com as universidades

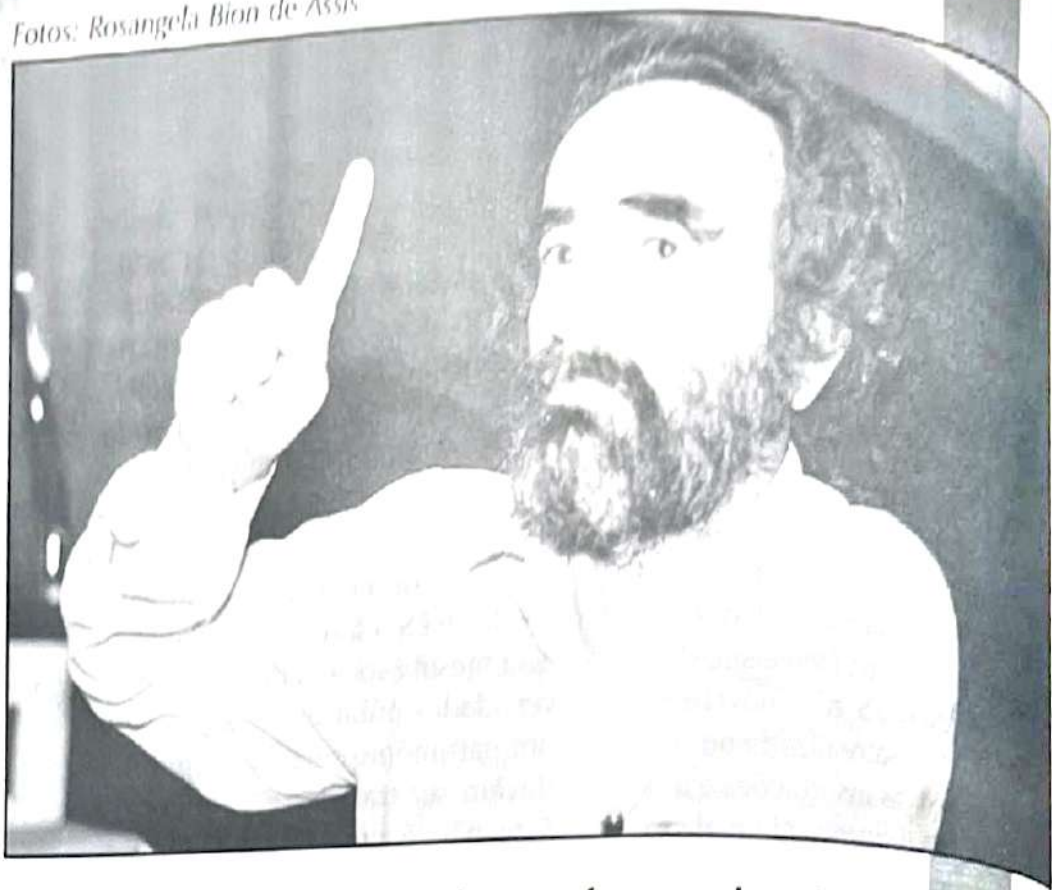
públicas brasileiras, caso os diversos segmentos da comunidade universitária não respondam à altura a esse projeto nefasto que se apresenta por fora e por dentro da própria universidade.

Da mesma forma que o Movimento Sem Terra conseguiu colocar na ordem do dia a "questão agrária", conquistando o apoio da maior parte da sociedade brasileira para a reforma agrária, inclusive com a legitimação política da ocupação de terras improdutivas, cabe aos professores, pesquisadores, funcionários, estudantes e dirigentes das IFES a tarefa de fazer ver à essa mesma sociedade que as universidades públicas brasileiras são um patrimônio social e, como tal, devem ser tratadas e defendidas. Essa não é uma tarefa fácil, nos tempos atuais. A vitória do neoliberalismo em todas as partes do mundo, até aqui, é acima de tudo ideológica, disseminando o pensamento e as práticas individualistas, fragmentando as ações e os sujeitos coletivos.

A retomada da luta social, a exemplo do movimento e da greve das Instituições Federais de Ensino Superior, em particular as Universidades Federais, tem contribuído, independentemente de seu desfecho no que se refere às conquistas materiais imediatas, para se recolocar em debate, pelo menos no interior da própria universidade, a necessidade de resistência à privatização e da construção de um projeto alternativo aos do Banco Mundial e semelhantes.

"Para o BIRD, trata-se de redefinir o papel do ensino universitário e, principalmente, descaracterizar (ou desmantelar) a Universidade, como locus de reflexão de produção do conhecimento científico de forma autônoma e livre, como sempre foi o sentido do ensino acadêmico e universalizante."

Fotos: Rosângela Bion de Assis



"Há pressão sobre os professores pelo controle da produtividade, que é imposta segundo critérios típicos de produtividade de uma empresa. Então se estabelecem coisas absurdas como um professor titular, com jornada completa, ter de publicar cinco *papers* em um ano. O critério é estritamente quantitativo, a qualidade não importa nada."

Rodrigo Baño, Professor da Universidade do Chile



O desmonte da universidade pública no Chile*

Rodrigo Baño, Professor da Universidade do Chile, esteve presente, como convidado, no II Encontro Nacional de Comportamento Político, organizado pelo Laboratório de Comportamento Político (LABCOM) do Departamento de Psicologia no 1º semestre de 1997. Naquela ocasião, o Editor da revista Plural, José Gonçalves Medeiros, em colaboração com a Profª. Dra. Bernardete Aued, realizou uma entrevista com o Professor Baño. v

*** José Gonçalves Medeiros**

Professor-doutor do Departamento de Psicologia, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Psicologia, Coordenador do Conselho Editorial e Editor de Plural, revista da Associação dos Professores da UFSC - APUFSC - Seção Sindical

Após ser traduzida para o português, o conteúdo da entrevista foi didaticamente organizado e classificado em categorias.

Rodrigo Baño é atualmente professor da Universidade do Chile. Chegou a professor titular no ano de 1968, onde permaneceu trabalhando como professor da Sociologia Jurídica na Escola de Direito. Com o golpe militar foi expulso da Universidade e permaneceu fora dela durante todo esse tempo. Permaneceu no país, juntamente com outros companheiros, fazendo análise de conjuntura e distribuindo informes aos dirigentes políticos, sociais, jovens e estudantes. Concluída a era Pinochet, foi incorporado à Universidade como professor "ad honorem", sem salário. Mais tarde foi contratado por três horas e, depois, em tempo parcial

Dedicação exclusiva

Não existe dedicação exclusiva, existe a jornada completa (tempo integral). Há um projeto de reforma para restabelecer a dedicação exclusiva, para aumentar um pouco o salário.

A proporção é de, aproximadamente, três professores de tempo parcial por um de tempo integral.

A maior parte dos professores, neste momento, são contratados por hora de aula.

Financiamento da universidade

A Universidade do Chile tinha 100 % de financiamento do Estado. Hoje, o autofinanciamento é da ordem do 60% a 70%.

A idéia básica é que a Universidade tem que autofinanciar-se. Para isso, os cursos aumentam as vagas.

A cobrança das mensalidades é uma das fontes de financiamento. E a outra parte do financiamento provém da pesquisa dirigida à empresa privada.

Os professores passam a ser diretamente interessados neste tipo de projeto, porque há um aumento indireto do salário.

Os temas de pesquisa são inteiramente pragmáticos como, por exemplo, um estudo sobre a importância da TV nos hábitos de alimentação das crianças e isso é financiado pelo governo através do Sernac (Serviço do Consumidor). Essa pesquisa se autofinancia, além do que uma quantidade vai para a Faculdade e outra quantidade vai para o Departamento. Isto tem aumentado a "ganância" dos professores por este tipo de pesquisa.

A pergunta que geralmente precede é: quanto vale? Os professores estão interessados neste tipo de pesquisa. Todas as pesquisas que se fazem neste sentido são pesquisas que não tem nenhum valor teórico, e isto está sendo feito por absolutamente todos, ou seja, vale dizer a Faculdade de Medicina dá certificados sobre medicamentos, sobre alimentos, que são utilizados como propaganda pelos serviços; a odontologia, por exemplo, certifica a qualidade de uma pasta dentífrica.

Projeto de carreira

Os professores do quadro tem estabilidade.

Há projetos na reitoria para evitar o crescimento do quadro e submeter os professores a uma avaliação permanente, de tal modo que, quando não cumprirem com os requisitos de produtividade, possam ser despedidos.

A proposta da Universidade é ter cada vez menos quadros, e muitos professores contratados por hora-aula e esse é o tipo de professor que tende a aumentar. Como no Brasil, ganham por hora aula e não recebem nada pela preparação das mesmas.

Número de universidades privadas

O número de universidades privadas gira em torno de 60. O Chile passou a ser o país que possui mais Universidades por habitantes do mundo.

Algumas conseguiram desenvolver-se, outras não e outras desapareceram, mas fundamentalmente introduziram o negócio da educação superior.

Isso transformou a educação privada, em uma espécie de boom muito forte, e se reconheceu que este é um problema de mercado, ou seja, a educação superior se direciona pelo mercado.

Educação básica

Os recursos que o Estado dispõe são direcionados prioritariamente à educação básica (primeiro grau). Os que chegam à Universidade devem pagar porque têm recursos.

Mercado de trabalho

Com o número de universidades privadas, tem se produzido uma oferta tremendamente grande de profissionais que é incapaz de ser absorvida. Por exemplo, são encontrados jornalistas em todos os lugares não fazendo jornalismo. Todos os órgãos públicos, de relações públicas do governo estão em mãos de jornalistas. Há psicólogos e advogados em igual número (para um país com 14 milhões de habitantes). Essa situação vai gerando um processo de desocupados ilustrados.

Salário dos professores

É bastante mais baixo agora, quando comparado com o salário antes do golpe militar.

Os professores, em tempo integral, recebem mais ou menos o dobro, (US\$ 1.200 dólares), do salário de um professor em tempo parcial.

Um professor titular pode receber entre US\$ 1300 a 1500 dólares.

Salário por 22 horas de trabalho: em torno de US\$ 600 dólares.

Grande número de professores da Universidade do Chile estão dando aula nas universidades privadas; "... o professor vai de manhã a esta universidade, a esta outra, a esta, àquela, e chega depois à Universidade do Chile... Em geral, em quase todos os departamentos na Universidade é difícil encontrar os professores, inclusive aqueles que têm jornada completa, porque estão todos dando voltas, ou na Universidade privada, ou organizando pesquisas privadas a particulares, ou trabalhando em consultorias...".

Bolsas de pesquisa

Há um órgão de fomento à pesquisa como o CNPq, denominado FONDECYT que financia pesquisa acadêmica e o seu desenvolvimento. Esses fundos são escassos e, além disso, os professores não têm interesse neles, porque um financiamento de uma pesquisa do FONDECYT significa um rendimento extra da ordem de US\$ 400 mensais.

Em uma pesquisa aplicada a um projeto vendido à empresa privada, o professor recebe em torno de dois mil, três quatro, cinco mil dólares.

Não há nenhum sentido, do ponto de vista econômico, ligar-se aos fundos de fomento à pesquisa públicos, sobretudo, para professores que ganham pouco. Isso vai na direção da idéia de privatização das Universidades Públicas.

Há pressão sobre os professores pelo controle da produtividade, que é imposta segundo critérios típicos de produtividade de uma empresa. Então se estabelecem coisas que são absurdas como um professor titular com uma jornada completa, ter de publicar cinco *papers* em um ano. O critério é estritamente quantitativo, não importando a qualidade. Os artigos não são revisados, sequer lidos pelos colegas do Departamento.

Pagamento de mensalidades

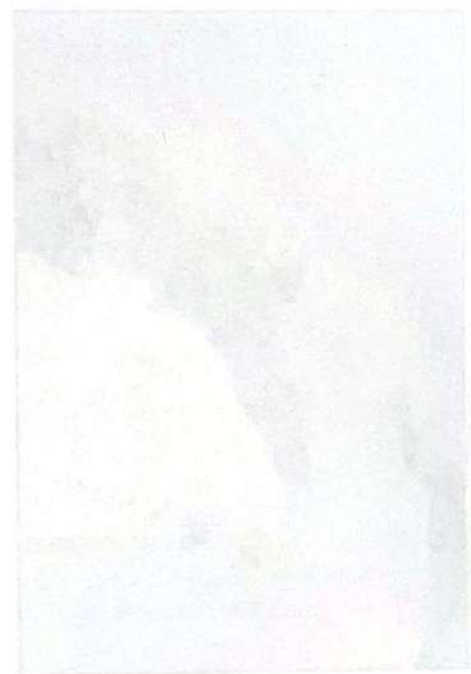
O ensino é pago nas Universidades Públicas.

Os cursos mais baratos são Sociologia e Psicologia, pois não requerem apoio de laboratórios, máquinas e outras coisas. O valor para esses cursos gira ao redor de 300 dólares. O mais caro é Medicina, pois requer mais recursos.

O número de bolsas foi ampliado para os alunos pobres e melhorou algumas condições do crédito universitário (empréstimo para pagar à Universidade).



Rodrigo Baño,
Professor da Universidade do Chile



Política de pós-graduação

Há um desenvolvimento bastante grande de mestrados e doutorados, também por razões econômicas, pois os serviços públicos e empresas privadas dão muita importância à qualificação de seu pessoal. Por isso, os empregados estão dispostos a pagar para que lhes entreguem um título que diga que têm estudos de pós-graduação, o que torna um bom negócio. Tampouco as pós-graduações são avaliadas em termos de exigências acadêmicas, mas em termos do tipo de demanda dos que têm poder de compra para a pós-graduação como, por exemplo, avaliação de projetos, projetos de desenvolvimento. O que importa é a obtenção do certificado. A pergunta é: qual é o tipo de demanda que se tem no momento.

A pós-graduação é paga e mais cara que a graduação.

Organização docente

Na Universidade não existe organização de acadêmicos. Existe uma chamada associação de acadêmicos da Universidade do Chile. A participação e a mobilização dos professores é muito baixa (em torno de 10%). Os professores não se sentem representados. Antes do golpe militar, o professor tinha todo o seu tempo voltado para a Universidade e nada mais; tudo o que nela ocorria fazia parte da vida acadêmica.

Organização estudantil e participação política dos estudantes

Os estudantes, a partir da democracia, se mostraram muito apáticos, com um desinteresse absoluto pela participação. Havia uma federação de estudantes funcionando relativamente bem, mas logo que chegou a democracia, nos anos de 89, 90 e 91, já não se conseguiu mantê-la por falta de interesse dos alunos. Nas eleições participou uma proporção tão pequena de alunos que não foi possível legitimar a direção e a federação foi dissolvida. Recentemente começou um movimento para reconstituir a federação de estudantes.

A maior parte dos estudantes pertence a algum tipo de agremiação. Todo jovem no Chile se declara pela igualdade das mulheres, pela defesa do meio ambiente e pela participação das minorias étnicas.

A federação de estudantes era definida de acordo com os interesses dos partidos políticos, ou seja, após o ingresso na Universidade, o estudante era requisitado rapidamente como militante ou simpatizante.

O movimento estudantil, de alguma maneira, tem conseguido ser expressivo em relação a alguns problemas. A primeira mobilização foi no ano passado, pela aprovação dos estatutos da Universidade (os estatutos em vigor são ainda da era Pinochet).

Os estatutos são absolutamente autoritários, não há nenhuma participação, não há eleições de ninguém.

Há um projeto de lei no parlamento em relação aos estatutos; com a mobilização conseguiu-se deter um estatuto que não lhes agradava.

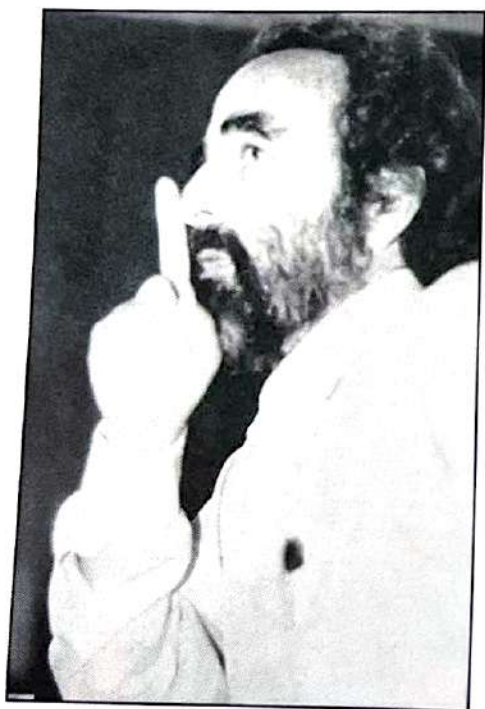
O desmonte da Universidade Pública

A Universidade do Chile ficou muito deteriorada com os governos democráticos. Conseguiu-se melhorar um pouco, com o aumento da participação no orçamento da Universidade, mas a política de governo continua, aquela que se implantou na era Pinochet.

A idéia básica é que a Universidade tem de autofinanciar-se.

Rodrigo Baño,

Professor da Universidade do Chile



O ensino superior: as lições derivadas da experiência

O ensino superior é da maior importância para o desenvolvimento econômico e social. As instituições de nível terciário têm a responsabilidade principal de proporcionar às pessoas os conhecimentos necessários para desempenhar cargos de responsabilidade nos setores público e privado. Essas instituições transmitem novos conhecimentos através da pesquisa, servem de meio para transferir, adaptar e divulgar os conhecimentos que são gerados em outros lugares, e apoiam os governos e os círculos empresariais, prestando-lhes serviços de assessoramento e consultoria. Na maioria dos países, as instituições de educação pós-secundária também desempenham importantes funções sociais, pois contribuem para dar forma à identidade nacional e servem de fórum para o debate pluralista. O desenvolvimento do ensino superior está relacionado ao desenvolvimento econômico: as taxas de matrícula são, em média, 51% nos países que pertencem à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), comparados aos 21% nos países de renda média, e 6% nos de baixa renda. As taxas de rentabilidade social, estimadas em 10% ou mais em muitos países em desenvolvimento, também indicam que os in-

vestimentos neste nível de ensino, contribuem para o aumento da produtividade no trabalho e para produzir, a longo prazo, um crescimento econômico mais elevado, sendo elementos fundamentais para aliviar a pobreza.

A crise do ensino superior

Apesar da importância evidente dos investimentos no ensino superior para o crescimento econômico e para o desenvolvimento social, o setor sofre uma crise de proporções mundiais. A educação superior depende consideravelmente do financiamento fiscal em todos os países. Em uma época de restrições fiscais generalizadas, as nações industriais e em desenvolvimento esforçam-se para resolver o problema de como manter ou melhorar a qualidade do ensino superior, ao mesmo tempo em que limitam-se os orçamentos para a educação, especialmente os gastos por aluno.

A crise alcança proporções mais graves no mundo em desenvolvimento, onde os ajustes fiscais têm sido mais drásticos, e onde é mais difícil conter as pressões para aumentar as matrículas, sobretudo levando-se em conta que as taxas de matrícula são relativamente mais baixas. O resultado tem sido uma

* Publicação do Banco Mundial, Washington, D. C.: Banco Mundial, 1995, p. 1-16

Tradução de Amílcar D'Ávila de Mello

Nota do Tradutor:

Ao longo do texto, as cifras aparecem em dólares norte-americanos, a menos que seja especificado o contrário



notável restrição nos gastos por aluno desde o final da década de 1970; por exemplo, na África ao sul do Sahara, reduziu-se de um valor médio de US\$ 6.300 em 1980 para US\$ 1.500 em 1988. Na medida que esta situação seja o resultado de uma utilização mais eficiente dos recursos, é conveniente que o gasto por aluno seja menor; no entanto, em muitos países a qualidade do ensino e da pesquisa tem se deteriorado em passo acelerado, e as instituições de nível superior funcionam em condições adversas: aperto, deterioração das instalações físicas, falta de recursos para despesas não salariais tais como livros-texto, materiais didáticos, equipamento laboratorial e serviços de manutenção. Como reflexo do lento aumento da demanda global de recursos humanos mais qualificados, o desemprego dos alunos graduados nos países em desenvolvimento elevou-se notavelmente nos anos oitenta, e segue aumentando.

Na maioria dos países em desenvolvimento, o ensino superior tem sido o setor de mais rápido crescimento do sistema educacional nos últimos 20 anos, toda vez que as matrículas cresceram em média 6,2% ao ano nos países de baixa renda e média-baixa, e 7,3% ao ano nos de renda média-alta. Este rápido cres-

cimento deveu-se aos níveis elevados de subsídios e, em alguns casos, ao emprego garantido pelo governo aos estudantes graduados. Em muitos casos, o resultado dessas políticas tem sido um crescimento das matrículas, insustentável do ponto de vista fiscal, e uma queda acentuada da qualidade. A deterioração das normas acadêmicas no nível primário e secundário, também tem afetado os resultados do ensino superior. Se bem que o rápido aumento das matrículas deu lugar a um maior acesso à educação pós-secundária aos grupos tradicionalmente menos privilegiados, dentre eles, mulheres e alunos vindos das áreas rurais; de maneira geral, o ensino superior continua sendo elitista, com a maioria dos alunos pertencendo às famílias abastadas.

Apesar das taxas de matrícula das mulheres terem aumentado mais rapidamente que a dos homens, em muitos países, as mulheres ainda estão extremamente sub-representadas no ensino superior. Embora as taxas de matrícula de homens e mulheres sejam relativamente iguais nos antigos países socialistas da Europa oriental e central, e em alguns países da América Latina (por exemplo, no Brasil),

em 1989 as mulheres representavam apenas 25% das matrículas na África, 35% na Ásia, 36% no Oriente Médio e no Norte da África, e 47% na América Latina e no Caribe.

Ao problema da diminuição dos recursos por aluno, deve-se acrescentar o seu uso ineficiente. Em muitos países em desenvolvimento, o ensino superior caracteriza-se pela baixa proporção entre alunos e corpo docente, serviços subutilizados, duplicidade de programas, elevadas taxas de abandono e repetência, e uma proporção muito elevada do orçamento destinada às despesas não educacionais, tais como moradia, alimentação, e outros serviços subsidiados para os alunos. Por exemplo, em um país latino-americano, os custos por aluno de uma universidade pública são sete vezes mais elevados que em uma universidade particular, devido às taxas de repetência e de abandono mais elevadas. Em muitos países africanos de fala francesa, mais de 50% do orçamento total destinado à educação superior, são gastos em subsídios não educacionais para os estudantes. Estes elevados subsídios aos alunos de universidades públicas constituem não apenas um investimento educacional ineficiente, como também um gesto social retrógrado, pois os alunos matriculados nas universidades provêm, de maneira desproporcional, do extremo superior da escala de renda.

Na última década, vários países da OCDE têm reagido à crise do financiamento, adotando políticas inovadoras destinadas a aumentar a eficiência do ensino superior (por exemplo, a utilização de fórmulas de financiamento nos Países Baixos), e estimulando o maior financiamento privado (como é o caso da Austrália e Irlanda). Apesar das severas pressões fiscais enfrentadas pela maioria dos países em desenvolvimento, poucos avançaram realmente na esfera da reforma do ensino superior. Contudo, a experiência de alguns países em desen-

volvimento, como o Chile, indica que é possível obter um sistema de ensino pós-secundário que funcione bem, que seja diversificado, e que cresça, inclusive quando se reduz o gasto público por aluno.

Na realidade, pode-se alegar que o ensino superior, não deveria ter mais direito a utilizar os recursos fiscais disponíveis para a educação em muitos países em desenvolvimento, particularmente naqueles que ainda não conseguiram acesso, igualdade e qualidade adequadas, nos níveis primário e secundário. Isto deve-se à prioridade que os países atribuem à obtenção da escolaridade total; a que as taxas de rentabilidade social dos investimentos na educação primária e secundária geralmente superam as do ensino superior, e ao fato de que os investimentos no nível básico também podem melhorar a igualdade, pois tendem a reduzir as disparidades de renda. É necessário, que cada país considere cuidadosamente o equilíbrio adequado na alocação de recursos entre os três setores da educação, observando as taxas de rentabilidade social relativas à cada nível, e também os aspectos complementares que existem entre o ensino primário, secundário, e superior. Além do mais, a realidade fiscal na maioria dos países em desenvolvimento indica que as melhorias de qualidade e o aumento das matrículas no ensino pós-secundário podem ser obtidas com pouco ou nenhum aumento nos gastos públicos.

Estratégias de reforma

Neste relatório são analisadas as lições derivadas das experiências para demonstrar como os países em desenvolvimento podem atingir metas de maior eficiência, qualidade e igualdade no ensino superior. Constata-se a profundidade da crise que afeta os sistemas de nível superior em todo o mundo em desenvolvimento, apesar das variações em magnitude, diversidade, divisão entre entidades públicas e privadas, e níveis

"... em um país latino-americano, os custos por aluno de uma universidade pública são sete vezes mais elevados que em uma universidade particular, devido às taxas de repetência e de abandono mais elevadas.

"... a experiência de alguns países em desenvolvimento, como o Chile, indica que é possível obter um sistema de ensino pós-secundário que funcione bem, que seja diversificado, e que cresça, inclusive quando se reduz o gasto público por aluno."

de financiamento que caracterizam esse setor nos diversos países. O exame das experiências dos países indica que há orientações-chave para a reforma:

- Estimular uma maior diferenciação entre as instituições, inclusive o desenvolvimento de instituições privadas;
- Proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento; por exemplo, a participação dos alunos nos gastos e a estreita ligação entre o financiamento fiscal e os resultados;
- Redefinir a função do governo no ensino superior;

• Adotar políticas que estejam destinadas a outorgar prioridade aos objetivos de qualidade e igualdade.

As necessidades de reforma e as condições políticas e econômicas variam consideravelmente entre as regiões, e não existe um plano que seja apropriado para todos os países. Embora as quatro orientações principais apresentadas anteriormente se constituam num marco amplo para a reforma, o ritmo da sua execução e a importância relativa das diversas opções dependerão evidentemente das circunstâncias específicas de cada país, como o nível de renda e o grau de desenvolvimento educacional (por exemplo, a cobertura do nível primário e secundário, e a existência de instituições privadas). Neste livro, aproveitam-se as lições de uma ampla variedade de experiências de diversos países, a fim de incentivar o processo de análise e a escolha de políticas nos países em desenvolvimento, empenhados em melhorar a igualdade, eficiência, e a qualidade de seus sistemas de ensino superior.

A aplicação destas reformas não será tarefa fácil em nenhum país. As características predominantes do ensino público, de nível superior no mundo em desenvolvimento, beneficiam principalmente as unidades familiares mais prósperas, que são também as que detêm um poder

político maior. Os filhos das famílias abastadas são considerados privilegiados e subsidiados pelo resto da sociedade para freqüentarem as universidades públicas, o que reforça as desigualdades econômicas e sociais. A experiência demonstra que é fácil também que não devemos esquecer a dificuldade política para implementar reformas. Nos países cujos sistemas de ensino são fracos, os alunos revoltados - e eles existirão, caso os subsídios e os privilégios forem reduzidos - podem representar uma ameaça à estabilidade política. Consequentemente, os governos devem proceder com muita cautela ao implantar reformas que talvez venham a afetar as famílias mais poderosas, as quais podem desestabilizar os regimes políticos.

Diferenciação de instituições e estímulo à oferta privada

O modelo tradicional de universidade européia de pesquisa, com a sua estrutura de programas em um único nível, tem demonstrado ser caro e pouco apropriado para o mundo em desenvolvimento. A maior diferenciação no ensino superior ou o desenvolvimento de instituições não universitárias e o estímulo aos estabelecimentos privados, podem contribuir para satisfazer a crescente demanda social de educação pós-secundária, e fazer com que os sistemas de nível terciário, sejam mais sensíveis às necessidades mutantes do mercado de trabalho. A Ásia é o continente onde os esforços de diferenciação tem sido mais extensos e mais eficazes, e o que possui mais experiência para oferecer ao resto do mundo em desenvolvimento. Os governos asiáticos gastam menos por aluno de ensino superior que outras regiões, mas obtêm uma cobertura mais elevada porque têm conseguido diminuir os custos médios e mobilizar financiamentos privados através de uma maior diferenciação.

Desenvolvimento de

"... os governos devem proceder com muita cautela ao implantar reformas que talvez venham a afetar as famílias mais poderosas, as quais podem desestabilizar os regimes políticos."

Instituições não universitárias

Nos últimos anos, a matrícula nas instituições de ensino terciário não universitárias, públicas e privadas, tem aumentado com maior rapidez que nas universidades tradicionais. Entre elas estão as politécnicas, institutos profissionais e técnicos de ciclo curto, *community colleges* (institutos públicos de estudo pós-secundário que oferecem dois anos de ensino acadêmico ou profissional), e programas de ensino à distância. Os seus custos mais baixos são atraentes para os alunos e são mais fáceis de estabelecer pelos provedores privados. Nos casos de maior sucesso, as instituições não universitárias oferecem instrução que responde de forma flexível às demandas do mercado de trabalho, e estão vinculadas aos programas universitários, mediante mecanismos apropriados de transferência, tais como sistemas de crédito e disposições relativas às equivalências.

Estímulo à oferta privada de ensino superior

As instituições privadas constituem um elemento importante de alguns dos sistemas de ensino pós-secundário mais eficientes que existem atualmente no mundo em desenvolvimento. Podem reagir de forma eficiente e flexível às mudanças da demanda, e ampliam as oportunidades educativas com pouco ou nenhum custo adicional para o Estado. Os governos podem estimular o desenvolvimento da educação terciária privada, para complementar as instituições estatais, como uma forma de controlar os custos do aumento da matrícula da educação superior, aumentar a diversidade dos programas de ensino, e ampliar a participação social no nível terciário.

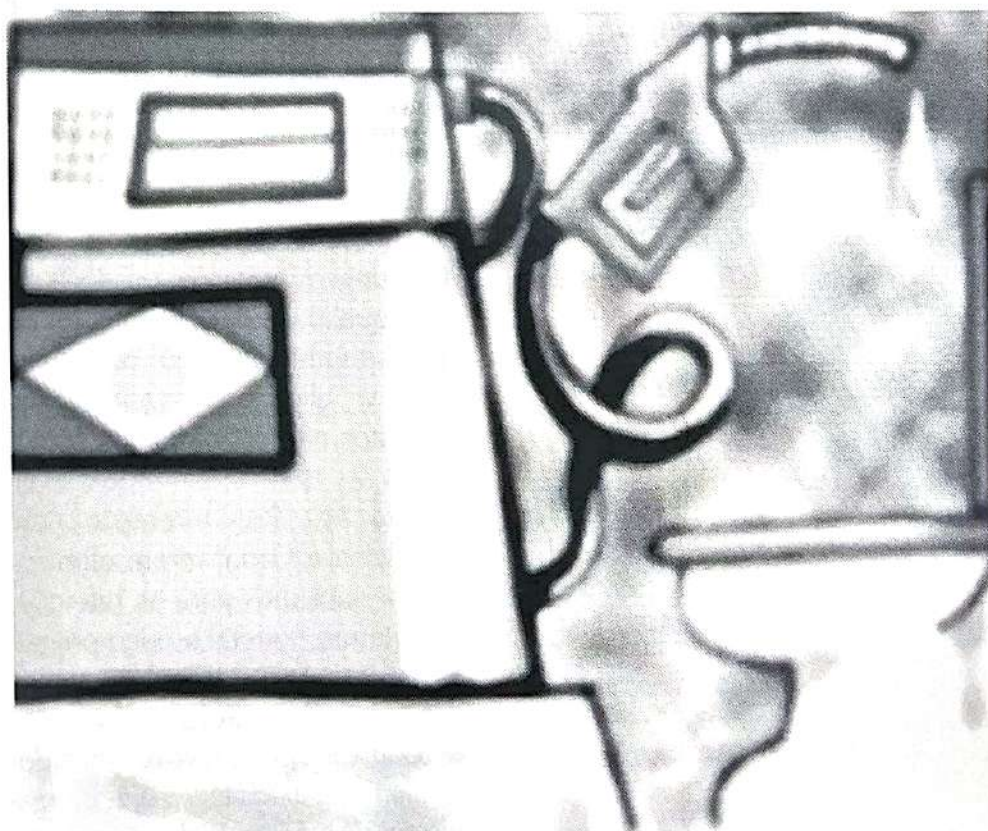
Um resultado importante, derivado dos casos bem-sucedidos é que o estímulo, por parte do governo, ao setor privado de ensino superior exige uma estrutura de políticas e regulamentos que evite os desestímulos, como o controle do preço das ma-

trículas, e que inclua mecanismos de credenciamento, fiscalização, e avaliação das instituições privadas. Alguns países têm, também, proporcionado incentivos financeiros para estimular o estabelecimento de instituições privadas, pois estes são um meio de ampliar as matrículas a um custo público mais baixo. Ao proporcionar financiamento para melhorar a qualidade das instituições públicas e privadas, com base na qualidade de suas propostas, atende-se o objetivo de estabelecer, a longo prazo, condições de igualdade para todas as instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas. A concorrência com relação aos recursos fiscais tem sido usada como estímulo para melhorar a qualidade e a eficiência no Chile, e, de maneira mais limitada, no Brasil e na República da Coreia, com procedimentos competitivos para financiar as investigações.

Diversificação do financiamento e adoção de incentivos

Na maioria dos países, as instituições públicas continuarão educando uma grande parcela de alunos, mesmo se a função do setor privado se fortaleça e a maior parte dos no-

"... o estímulo, por parte do governo, ao setor privado de ensino superior exige uma estrutura de políticas e regulamentos que evite os desestímulos, como o controle do preço das matrículas, e que inclua mecanismos de credenciamento, fiscalização, e avaliação das instituições privadas."



vos alunos matriculados se eduquem em instituições privadas. A experiência também demonstra que, para que as instituições públicas consigam mais qualidade e eficiência, os governos precisam reformar muito o financiamento, com o objetivo de: 1) mobilizar mais fundos privados para o ensino superior; 2) proporcionar apoio aos alunos qualificados que não podem cursar o ensino superior por insuficiência da renda familiar; e 3) melhorar a alocação e a utilização dos recursos fiscais entre e dentro das instituições.

Mobilização de um maior volume de financiamento privado

Participação dos alunos nas despesas. Pode-se fortalecer a base financeira do ensino público de nível superior, mediante uma maior participação dos estudantes no financiamento de seus estudos, os que podem prover rendas consideravelmente maiores ao longo de suas vidas, como resultado de terem recebido ensino superior, e que muitas vezes provém de famílias com recursos suficientes para contribuir com os custos da educação. A participação nas despesas pode ser obtida através de direitos de matrícula e da eliminação de subsídios dos custos não relacionados à instrução. Os governos podem permitir que as instituições públicas estabeleçam os seus próprios direitos de matrícula sem intervir, embora eles desempenhem uma importante função, ao facilitar aos alunos informações objetivas sobre a qualidade das instituições. Os países também podem reduzir e, inclusive, eliminar os subsídios para os gastos não relacionados com a instrução, tais como moradia e alimentação. Por exemplo, em Botswana e Gana, foram eliminados os subsídios para as refeições dos alunos; com tal serviço privatizado, tem sido possível economizar com tais medidas.

O financiamento proveniente dos ex-alunos, a ajuda externa e os organismos de crédito. As doações de ex-

alunos e da indústria privada são uma segunda fonte de recursos privados. Em alguns países, especialmente nos EUA e no Reino Unido, as contribuições dos ex-alunos representam uma importante fonte de renda, voltada ao ensino superior. Esse tipo de filantropia pode ser estimulado através de sistemas tributários adequados. O estabelecimento de fundos fiduciários com o apoio internacional da assistência externa e os empréstimos de crédito podem constituir também uma forma útil de doação, especialmente nos países pequenos com uma base econômica limitada.

Atividades que geram renda. Os governos podem estimular as instituições públicas de nível pós-secundário, a realizar atividades que gerem renda, tais como cursos de curta duração, pesquisas contratadas pela indústria, e serviços de consultoria. O primeiro passo consiste em eliminar o desestímulo que representa, em muitos países, a redução das alocações orçamentárias fiscais às instituições públicas para compensar os recursos obtidos de fontes externas. Os governos podem criar incentivos positivos, outorgando fundos de contrapartida, vinculados aos obtidos de fontes externas.

Resumindo: O maior apoio financeiro privado, para a educação superior mobilizado através da eliminação de subsídios não relacionados com a instrução, a cobrança de direitos, a obtenção de doações e a realização de atividades geradoras de renda, podem proporcionar às instituições uma base de financiamento mais diversificada e provavelmente mais estável. Uma meta poderia ser que as instituições estatais gerassem receitas que financiassem 30% dos gastos ordinários, debitados a estas fontes não governamentais. Há vários países que conseguiram este percentual, baseando-se apenas nos direitos de matrícula. Contudo, o tempo necessário para atingir essa meta varia em função das circunstâncias de cada país, e alguns países como a Coreia, Chile, e Jordânia, que já atin-

"Os governos podem estimular as instituições públicas de nível pós-secundário, a realizar atividades que gerem renda, tais como cursos de curta duração, pesquisas contratadas pela indústria, e serviços de consultoria."

giram este nível de mobilização ativa de fundos provenientes do setor privado, talvez queiram ir mais longe. Além de reduzir a sua dependência do financiamento fiscal e a sua vulnerabilidade às flutuações orçamentárias, a participação nos gastos faz com que as instituições públicas sejam mais sensíveis aos sinais do mercado. A participação dos estudantes nos gastos gera também importantes incentivos para que estes escolham os seus programas de ensino de forma cuidadosa e acabem seus estudos mais rapidamente.

Um elemento fundamental de toda política voltada ao fomento da diversificação no financiamento da educação superior, é permitir que se continue dispondo de recursos significativos para que os mesmos sejam utilizados pelas instituições que os mobilizam. As políticas que tentam desapropriar os recursos obtidos mediante os esforços das instituições para destiná-los a um órgão central são contraproducentes porque desencorajam as instituições a economizar ou gerar receita.

Apoio financeiro aos estudantes carentes

A participação nos gastos, não pode ser aplicada equitativamente sem que funcione um programa de crédito estudantil, que ajude aos que precisam obter empréstimos para a sua educação. É necessário um programa de bolsas de estudos que garanta o apoio financeiro necessário aos estudantes pobres e academicamente qualificados que não possam absorver as despesas diretas, nem indiretas (renda não percebida) do ensino superior.

Os governos podem melhorar a eficiência dos atuais planos de crédito estudantil e ampliar a sua cobertura. Até agora, a experiência com estes planos em 50 países industriais, e em desenvolvimento tem sido desencorajadora. Devido às taxas de juros subsidiadas, elevadas taxas de inadimplência e altos custos administrativos, os resultados fi-

nanceiros dos planos de crédito estudantil têm sido insatisfatórios. No entanto, as experiências da Colômbia e da província canadense de Quebec, por exemplo, demonstram que é possível preparar e administrar programas financeiramente sustentáveis.

Os planos de crédito que dependem das receitas, adotados por diversos países, podem ser mais eficientes e equitativos que os planos tradicionais, se as entidades nacionais encarregadas do imposto de renda e da previdência social forem capazes de administrar, de forma eficiente, a cobrança dos empréstimos outorgados aos alunos.

A igualdade também pode ser melhorada através de planos de subsídios voltados aos estudantes de renda mais baixa e através de programas de trabalho e estudo. Os programas de assistência financeira que são administrados por um órgão central (como nos EUA e no Reino Unido), e que permitem aos estudantes utilizar os seus planos assistenciais em quaisquer instituições que eles escolhem, têm uma importante vantagem com relação aos programas administrados por instituições separadas. Esta assistência, "baseada no estudante" ou "portátil", permite que os estudantes pobres tenham as mesmas opções que os que possuem mais recursos financeiros, e estimula a concorrência entre as instituições educacionais para oferecer programas conforme a demanda estudantil. Dessa maneira, os governos podem utilizar as forças de mercado para melhorar a qualidade e a eficiência do ensino superior.

Alocação e utilização eficiente dos recursos

Na maioria dos países, a distribuição dos recursos do estado às instituições de nível terciário baseia-se em orçamentos negociados. Este sistema não encoraja o funcionamento eficiente e a melhoria da qualidade, e torna difícil ajustar a distribuição dos recursos financeiros às cir-

"A participação nos gastos, não pode ser aplicada equitativamente sem que funcione um programa de crédito estudantil, que ajude aos que precisam obter empréstimos para a sua educação. "

"Cada vez mais, estão sendo usados outros mecanismos que vinculem o financiamento a critérios de desempenho..."

cunstâncias mutáveis. Cada vez mais, estão sendo usados outros mecanismos que vinculem o financiamento a critérios de desempenho nos países da OCDE, os quais também poderiam ser considerados nos países em desenvolvimento. O programa inovador do Chile, para canalizar fundos para as instituições públicas e privadas segundo o número de alunos de rendimento excelente que elas atraem, encoraja as instituições a melhorar a sua qualidade. Tais mecanismos de financiamento são poderosos estímulos para melhorar a qualidade, para utilizar de maneira mais eficiente os recursos, ou para as duas coisas.

Redefinição da função do governo

Os tipos de reformas analisados anteriormente implicam em mudanças profundas na relação entre o governo e os estabelecimentos de ensino superior em muitos países. Para a maioria, significa também uma considerável ampliação da função do setor privado na educação pós-secundária. No entanto, há justificativas econômicas para que o Estado continue prestando apoio a este setor:

- Os investimentos na área do ensino superior geram benefícios externos importantes para o desenvolvimento econômico, tais como os benefícios a longo prazo das pesquisas de base, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias; como não podem ser utilizados pelas pessoas, resultam em investimentos privados para o ensino superior, socialmente considerados abaixo do ideal.

- As imperfeições nos mercados de capital limitam a capacidade que as pessoas têm de obter empréstimos adequados para a educação, o que prejudica especialmente a participação, no ensino superior, de grupos com bom desempenho acadêmico, mas que são economicamente desfavorecidos.

Contudo, na maioria dos países em desenvolvimento, o grau de participação do governo na educação

pós-secundária excede muitíssimo o que se considera economicamente eficiente. A crise do ensino superior, sobretudo no setor público, está estimulando uma mudança na magnitude, objetivos e modalidades da intervenção governamental neste setor, para garantir o uso mais eficiente dos recursos públicos. Ao invés de exercer um controle direto, a função do governo está passando a ser a de proporcionar um ambiente de políticas favoráveis às instituições públicas e privadas do nível terciário e a de empregar o efeito multiplicador dos recursos públicos para encorajá-las a satisfazer, de forma eficiente, as necessidades nacionais de ensino e pesquisa. Tem-se demonstrado que o sucesso na execução das reformas de ensino superior depende do seguinte: 1) estabelecimento de um marco coerente de políticas; 2) maior apoio nos incentivos e mecanismos voltados ao mercado para aplicar as políticas; e 3) Uma maior autonomia administrativa para as instituições públicas.

Estabelecimento de um marco coerente de políticas

Os sistemas de ensino superior mais diferenciados precisam de um marco jurídico bem definido e de políticas coerentes. Por sua vez, isso exige uma visão a longo prazo das autoridades com relação ao setor em geral, e a função que cabe a cada tipo de instituição dentro dessa totalidade, inclusive as instituições privadas. Órgãos independentes de fiscalização, pequenos mas capazes, podem formular e supervisionar as políticas de ensino superior, orientar as alocações orçamentárias, e avaliar e divulgar o desempenho das instituições para benefício dos futuros estudantes.

Maior uso de incentivos para aplicar as políticas

Nos casos em que se precise corrigir as distorções do mercado de trabalho e das matrículas, os governos fazem bem em recorrer aos incenti-

"... na maioria dos países em desenvolvimento, o grau de participação do governo na educação pós-secundária excede muitíssimo o que se considera economicamente eficiente."

vos para os estudantes, tais como bolsas de estudo e empréstimos, e nos procedimentos de alocação de recursos, ao invés de lançar diretrizes para as instituições com relação ao número de vagas disponíveis para os alunos. No entanto, para que os alunos possam decidir de maneira racional, eles precisam de informações adequadas sobre os custos e a qualidade dos cursos em diferentes instituições, e as oportunidades que o mercado de trabalho oferece aos graduados em diversas carreiras. Os governos podem ajudar a fortalecer a qualidade da educação, assegurando que tais informações estejam disponíveis (por exemplo, com relação aos custos das instituições, seu desempenho relativo, e os salários do mercado de trabalho), e certificando a qualidade através do credenciamento. Os governos podem credenciar as próprias instituições de ensino superior - embora isso exija muitos recursos - ou permitir que instituições credenciadoras privadas e associações de profissionais desempenhem essa função.

Maior autonomia para as instituições públicas

A descentralização de todas as funções administrativas vitais (entre elas, as atribuições para fixar direitos de matrícula, contratar e demitir pessoal, e utilizar alocações orçamentárias de maneira flexível nas diversas categorias de despesa), atribuindo-as às próprias instituições de ensino superior é uma condição *sine qua non* para o sucesso das reformas, sobretudo no que diz respeito à diversificação do financiamento e utilização mais eficiente dos recursos. As instituições não podem reagir aos incentivos para melhorar a qualidade e a eficiência, sem ter o controle dos seus recursos e procedimentos. Mas, juntamente com uma maior autonomia, é necessário que as instituições de nível pós-secundário sejam responsáveis pelo seu desempenho acadêmico e administrativo. Isso exige critérios de avaliação

e capacidade de fiscalização mais complexos que os que a maioria dos governos atualmente dispõe.

Enfoque na qualidade, adaptabilidade e igualdade

Os objetivos prioritários da reforma do ensino superior, em função dos quais pode-se medir o progresso, são: 1) melhor qualidade do ensino e da pesquisa; 2) maior adaptabilidade da educação pós-secundária às demandas do mercado de trabalho; e 3) maior igualdade.

Melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa

O ensino e a pesquisa de qualidade elevada exigem alunos bem preparados. Por sua vez, essa preparação é determinada pela qualidade da educação primária e secundária, e pelos processos de seleção do ensino superior. Fatores fundamentais são um corpo docente de qualidade elevada e bem motivado, e um ambiente profissional que ofereça o apoio necessário. As universidades precisam também de insumos pedagógicos suficientes, entre eles, acesso à informação atualizada através de redes de computador e CD-ROM. Outro fator importante do desempenho acadêmico é a capacidade de avaliar e supervisionar a qualidade dos resultados do ensino e da pesquisa. Os mecanismos de avaliação mais eficazes insistem na autoavaliação dos objetivos e do desempenho de uma instituição, juntamente com a avaliação externa, seja ela responsabilidade de associações profissionais ou de um órgão fiscalizador do governo.

Como os países pequenos e de baixa renda dispõem de recursos humanos e financeiros limitados, têm dificuldade em aproveitar as economias de escala, e seus mercados de trabalho são de modestas proporções, eles enfrentam restrições específicas quanto à magnitude dos sistemas de ensino superior que podem proporcionar. É preci-

so que esses países encontrem um equilíbrio adequado entre as instituições que eles podem apoiar a nível nacional, as instituições regionais e a capacitação no exterior. Em muitos casos, a única maneira eficaz, em função dos custos de estabelecer ou manter programas de ensino e pesquisa para graduados é organizando-os regionalmente. Cada país participante poderia apoiar alguns programas nacionais vigorosos que funcionariam como centros regionais de especialização,

importante que as instituições encabeçadas dos programas avançados de ensino e pesquisa, contem com a orientação de representantes dos setores produtivos. A participação de representantes do setor privado nos conselhos administrativos das instituições de nível terciário, públicas ou privadas, contribui para assegurar a relevância dos programas acadêmicos. Os incentivos financeiros, oferecidos aos programas conjuntos de pesquisa entre indústrias e universidades, estágios para alunos patrocinados pelas empresas, e nomeações acadêmicas de tempo parcial para profissionais dos setores produtivos, podem ajudar a fortalecer os vínculos e a comunicação entre o sistema de ensino terciário e outros setores econômicos. Por exemplo, nos países recentemente industrializados do leste asiático, o financiamento da pesquisa por parte do estado, baseada na cooperação, foi um importante incentivo para que as empresas e as universidades estabelecessem vínculos. Os programas de educação permanente são também um meio eficiente de atender as necessidades do ensino, em constante mudança.



"A participação de representantes do setor privado nos conselhos administrativos das instituições de nível terciário, públicas ou privadas, contribui para assegurar a relevância dos programas acadêmicos."

no marco de uma instituição multi-estatal, como a "Universidad del Pacífico Sur" ou a Universidade das Índias Ocidentais.

Receptividade à evolução das exigências econômicas

No contexto das estratégias de crescimento econômico, baseadas em inovações tecnológicas, é muito

Em busca da igualdade

A obtenção de uma maior igualdade de acesso ao ensino superior, é importante em termos de eficiência econômica e também de justiça e estabilidade social. As políticas preferenciais de admissão, para aumentar a proporção das minorias étnicas de baixa renda e das mulheres, não afetarão adversamente a qualidade da educação pós-secundária se a seletividade geral for elevada, se se dispõe de assistência para o ensino corretivo, e se forem realizados esforços concomitantes para elevar a média da qualidade do nível secundário. Em última instância, a igualdade não pode ser obtida no ensino superior, a menos que as mulheres, os jovens de baixa renda e outros grupos menos favorecidos da população tiverem acesso à educação

pública pré-escolar, primária, e secundária de boa qualidade.

Lições para o Banco Mundial

Os empréstimos do Banco Mundial, destinados ao ensino superior têm um histórico variado. Em vários países, especialmente nos primeiros anos dos empréstimos destinados à educação, o Banco apoiou investimentos baseados em necessidades justificadas e específicas de recursos humanos. Os projetos destinavam-se principalmente às instituições, e não estavam suficientemente concentrados nos problemas da política setorial. Como resultado disso, alguns investimentos financiados pelo Banco provaram ser insustentáveis. A instituição tem tido mais sucesso nos casos onde ajudou a elaborar um programa coerente de desenvolvimento sub-setorial e apoiou a execução de reformas de políticas e investimentos através de uma série de operações de crédito, como na China. As três décadas de empréstimos educativos do Banco Mundial para a Coréia são outro exemplo de um enfoque bem-sucedido, que consistiu no apoio bem integrado aos investimentos destinados a estabelecer a infraestrutura de ensino e pesquisa científica no país, e a capacidade industrial.

Os investimentos na área da educação superior são importantes para o crescimento econômico, toda vez que aumentam a produtividade e a renda das pessoas - como indicam as análises de taxas de rentabilidade - e produzem, além disso, importantes benefícios externos que não se refletem nas referidas análises, tais como os benefícios a longo prazo da pesquisa de base, do desenvolvimento tecnológico e da transferência de tecnologias. O crescimento econômico é um requisito fundamental para reduzir a pobreza de forma sustentável nos países em

desenvolvimento - o objetivo supremo do Banco Mundial.

No entanto, na área da educação, há provas de que os investimentos no nível terciário têm taxas de rentabilidade social inferiores aos investimentos no ensino primário e secundário, e que os investimentos em educação básica também podem incidir mais diretamente na redução da pobreza, pois tendem a melhorar a igualdade de renda. Reconhecendo-se esta situação, no mundo todo os países em desenvolvimento estão investindo consideravelmente nesses níveis, especialmente no ensino primário; as taxas brutas de matrícula no nível primário aumentaram de 79% a 104% entre 1970 e 1990. Contribuíram para esse avanço os empréstimos do Banco Mundial, e os níveis primário e secundário continuarão sendo os sub-setores de maior prioridade dos empréstimos para a educação, concedidos pelo Banco, aos países que ainda não conseguiram a alfabetização universal e o acesso, igualdade e qualidade adequadas no ensino primário e secundário. Nesses países, a participação do Banco na área da educação superior continuará voltada aos financiamentos mais igualitários e eficazes, em função dos custos, de modo que os níveis primário e secundário possam receber maior atenção.

A reforma do ensino superior, e, especialmente, as estratégias para mobilizar mais financiamentos privados ao nível pós-secundário, mediante a participação nas despesas e estímulo às instituições privadas, podem ajudar os países a liberar alguns dos recursos públicos necessários para melhorar a qualidade e o acesso aos níveis primário e secundário. Conseqüentemente, os empréstimos do Banco Mundial para o ensino superior têm outra importante justificativa: apoiar os esforços dos países na adoção de reformas políticas, que permitam que o sub-setor funcione mais efici-

"A instituição tem tido mais sucesso nos casos onde ajudou a elaborar um programa coerente de desenvolvimento sub-setorial e apoiou a execução de reformas de políticas e investimentos através de uma série de operações de crédito, como na China."

entamente e a um custo público mais baixo. A prioridade continuará sendo os países dispostos a adotar um marco de políticas na área do ensino superior, que enfatize a estrutura diferenciada das instituições, a base de recursos diversificada, além de dar uma importância maior aos provedores e aos financiamentos privados. Nesse países, os empréstimos do Banco destinados ao ensino terciário, apoiam reformas de políticas setoriais, o desenvolvimento institucional e a melhoria da qualidade.

Reformas de políticas setoriais

As reformas do financiamento e a administração da educação superior são necessárias em muitos países, para estabelecer um sistema mais igualitário, eficiente, e de melhor qualidade. O apoio do Banco Mundial ao ensino pós-secundário, geralmente acontece num marco de políticas acordado, com pontos de referência suscetíveis à supervisão. Se bem que a composição do conjunto de reformas, varia conforme a região e o nível de renda, o que reflete a situação sócio econômica e política específica de cada país, na maioria dos casos inclui uma combinação de medidas que tendem a: 1) controlar o acesso à educação superior em mão estatais, em função de critérios de seleção eficientes e igualitários; 2) fomentar o estabelecimento de instituições com programas e objetivos diferentes; 3) criar um ambiente positivo para as instituições privadas; 4) estabelecer ou aumentar a participação nos gastos e outras medidas de diversificação financeira; 5) proporcionar planos de empréstimo e doações, e organizar programas de trabalho e estudo para garantir que todos os estudantes que reúnam as condições tenham oportunidade de cursar estudos superiores; 6) alocar recursos públicos às instituições de ensino terciário, de modo transparente e de tal forma que fortaleçam a qualidade e aumentem a eficiên-

cia; e 7) permitir que as instituições públicas de nível superior, de forma autônoma, obtenham e utilizem os recursos e determinem o número de alunos a serem admitidos.

Desenvolvimento institucional

O apoio ao desenvolvimento institucional destina-se ao fortalecimento da elaboração de políticas governamentais, à execução de reformas e ao planejamento e gestão financeira das instituições de ensino superior. Ao nível nacional, isto significa: 1) o estabelecimento ou fortalecimento de organismos de fiscalização, que possam analisar políticas, avaliar solicitações de financiamento, supervisionar o desempenho das instituições, e facilitar aos alunos informações sobre os resultados das instituições; 2) adotar mecanismos transparentes na alocação de orçamentos públicos para o ensino superior; e 3) prestar assistência aos países para que estabeleçam ou reestruturem os seus sistemas de empréstimo e assistência financeira aos estudantes. Ao nível institucional, consiste em proporcionar assistência técnica e incentivos financeiros a fim de fortalecer a capacidade administrativa das universidades e outras instituições, e a sua atitude para melhorar a eficiência.

Melhoria da qualidade

Os investimentos do Banco Mundial na área do ensino superior continuarão fazendo parte das estratégias nacionais que dão prioridade explícita à melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa. Isto significa que: 1) os investimentos do Banco Mundial nessa esfera concentram-se cada vez mais no apoio aos programas nacionais e regionais de excelência, sejam eles públicos ou privados; 2) o acesso ao financiamento é cada vez mais competitivo; e 3) o Banco apoia o estabelecimento de sistemas de credenciamento e de avaliação de desempenho.

O aprendizado da cooperação e da autonomia no uso da hiperNet**

A falta de compreensão sobre os artefatos tecnológicos gera dependência. É preciso reduzir a taxa de admiração e de respeito unilateral que envolve o mito da nova era - a tecnológica. Mas ainda há muito a evoluir: a instalação de um servidor de rede precisa ser simplificada, as interfaces precisam tornar mais transparente para o usuário a organização física e lógica da rede

As novas tecnologias da telemática estão abrindo um novo e amplo espaço de possibilidades, mas a questão a ser enfrentada continua ainda a ser a mesma velha questão do controle político e social dos meios de produção. Entretanto, agora entra em cena um ator cujo papel antes era secundário. Trata-se do nível de complexidade

das novas ferramentas de produção. Mussio (1987) lembra que a falta de compreensão sobre os artefatos tecnológicos gera dependência, com o que é muito fácil concordar. As características dos ambientes computacionais com respeito a sua funcionalidade e suas interfaces podem facilitar ou impedir essa compreensão.

* Doutora e prof. do Depto de Informática da UFSC
(End. Caixa Postal 0476
UFSC.CTC.INE.EDUGRAF
88040-900 Florianópolis, SC
e-mail: edla@edugraf.ufsc.br)

**Síntese da tese de doutorado defendida pela autora na UFSC em 4 de novembro de 1996

Isto faz pensar na necessidade da massificação da alfabetização em telemática, o que já vem ocorrendo naturalmente, por força da pressão da própria indústria da micro-informática em busca de mercado consumidor. De relance, essa argumentação econômico-liberal pode parecer auspiciosa, mas ela esconde parte importante da verdade. A metáfora da alfabetização faz lembrar que em Santa Catarina ainda hoje há 10% de analfabetos, pessoas que não tem acesso nem mesmo ao texto escrito. **Muito mais do que habilitar para ser um consumidor, é preciso garantir formas de controle social sobre o tipo de uso que se fará das novas tecnologias.**

Piero Mussio, levanta a seguinte questão: como permitir a quem quiser usar convenientemente um artefato tecnológico, informar-se, não para ser "civilizado" ou "alfabetizado", ou para estar apto a conseguir um bom emprego, mas para melhorar a si mesmo, ativando funções críticas autônomas de avaliação de tais sistemas, por aquilo que fazem e pelo modo como fazem.

Será que as práticas pedagógicas que são levadas a efeito nas escolas, empresas e comunidades, buscam gerar atitudes autônomas nos seus aprendizes? Não! Há uma ênfase excessiva em treinamento, e isto gera mais dependência, além de ser totalmente ineficiente num panorama de renovação tecnológica constante. Mas qual seria a prática pedagógica capaz de gerar a autonomia do aprendiz das ferramentas de informática?

A autonomia no aprendizado ou o aprendizado da autonomia

Para atacar a problema, foi preciso primeiro tentar identificar uma pedagogia da autonomia e da liberdade e depois foi necessário traduzi-la para a aprendizagem da telemática.

A confluência, muito mais do

que a divergência, entre a epistemologia genética de Jean Piaget, o conceito de autopoiesis de Humberto Maturana e Francisco Varela e a pedagogia da libertação de Paulo Freire, permitiu a formulação de alguns pressupostos para a abordagem pedagógica desejada. A introdução à microinformática deve ser feita a partir de um **interesse específico do sujeito que aprende** (lúdico, estético ou prático na praxis ou na ação efetiva) e o aprendizado sobre o computador precisa inserir-se na realidade e no contexto da vida dos aprendizes.

Isso implica que o conhecimento das características **técnicas do hardware e do software deve ocorrer na medida que tal se imponha pelo uso**. Esta é a única maneira de reduzir a taxa de adaptação e de respeito unilateral que envolve o mito da nova era tecnológica. O exagero no repasse inicial de conteúdos técnicos, apenas fecha ainda mais a malha do véu do mistério que envolve a utilização dos computadores. Portanto, tal prática está a serviço de quem?

O aprendizado autônomo pressupõe relações de cooperação entre os aprendizes. Estas implicam no respeito mútuo, que por sua vez exige o respeito a si mesmo. Já o respeito a si mesmo precisa ser percebido desde os aspectos afetivos até os intelectuais, a própria busca da coerência ou do equilíbrio nas crenças e saberes do sistema cognitivo pessoal seria um aspecto deste auto-respeito imanente ao mútuo.

O que exigir dos ambientes tecnológicos

Os princípios ou hipóteses sócio-pedagógicas citados devem ser direcionados à própria construção dos artefatos tecnológicos, eles podem ser traduzidos tecnicamente.

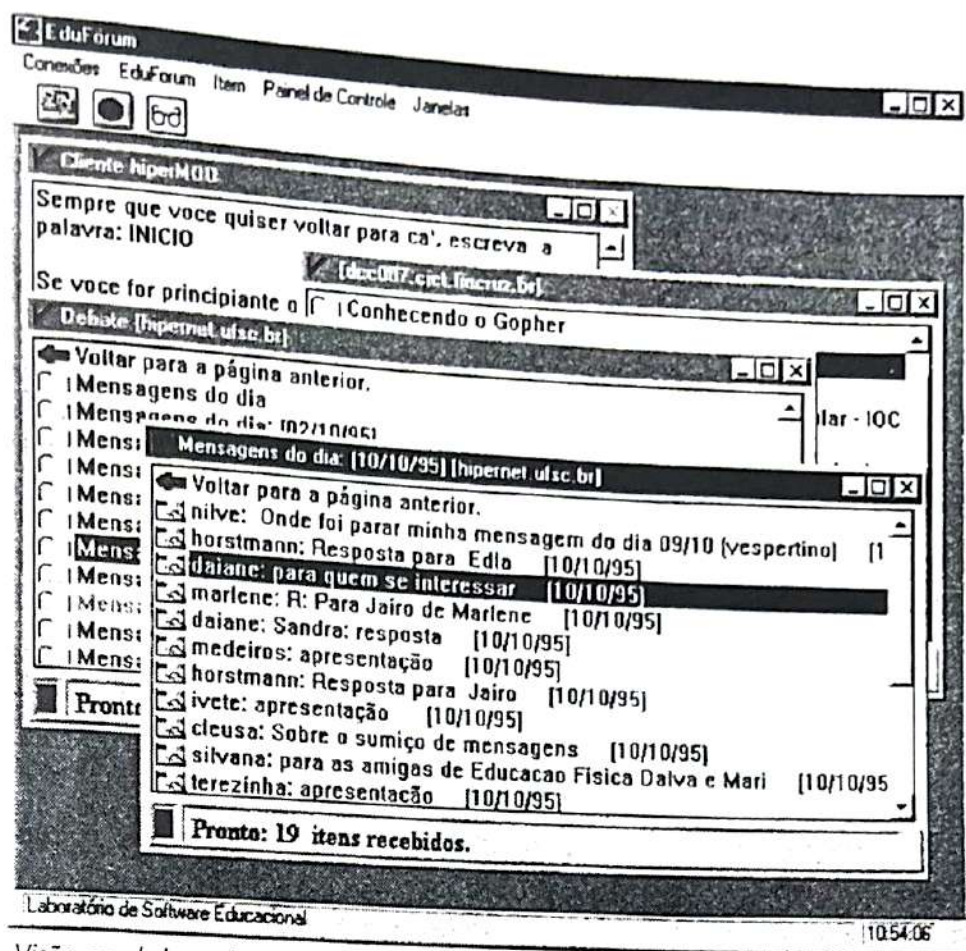
A tradução do primeiro pressuposto já é velha conhecida da área de ergonomia de interfaces. Ela diz que a tarefa que o usuário vai realizar deve ser prioritária, e portanto, cabe primeiro analisar muito bem a tarefa que o sujeito pretende desempenhar (a ergonomia fornece uma série destas técnicas - como o visto em Diaper e Barthet). Já a segunda hipótese, no âmbito do projeto de interfaces, está relacionada com o princípio geral que estabelece que se deve minimizar a carga de conhecimentos necessários à operação do ambiente que são externos ao domínio da realização da tarefa. Norman (1990) afirma que a interface deveria ser quase imperceptível, não porque ela não existisse, mas porque ela estaria tão harmoniosamente integrada com a tarefa que ela desapareceria da consciência.

A análise da terceira hipótese remete à necessidade da implementação de sistemas que permitam o trabalho cooperativo. Isto tem sido buscado com a tecnologia de redes de computadores nos sistemas que permitem o compartilhamento de tarefas, como a construção distribuída de base de dados, por exemplo. Essa possibilidade de cooperação também se realiza entre a máquina e o usuário uma vez que:

"em razão do seu potencial funcional, o computador pode ser visto, não como uma simples ferramenta mas sim como um colaborador" (Coutaz, 1990:2). Nesse sentido, Kay introduz o conceito de agentes de interfaces, programas que atuam como serviços inteligentes.

O contexto e os objetivos do trabalho

Por incorporar como princípios norteadores, os pressupostos estabelecidos, o projeto hiperNet foi escolhido como fronteira de experimentação do trabalho aqui sintetizado. O sistema hiperNet começou a ser pensado já no final da



Visão geral do ambiente eduFórum

década de oitenta (Malgarejo, 1991 e 1991a), e vem sendo desenvolvido por uma equipe do Laboratório de Software Educacional - EDUGRAF - da Universidade Federal de Santa Catarina. O mesmo pode ser descrito como um sistema de suporte ao trabalho cooperativo, que faz uso extensivo de técnicas de hipertexto/hipermídia, para manipulação cooperativa de documentos estruturados organizados numa base de dados distribuída.

O projeto hiperNet já tinha disponível um cliente Gopher, o **eduGopher**, de nível bastante profissional que incorpora a possibilidade inédita de edição remota e cooperativa da base de dados no servidor, assim como um sistema de Correio Eletrônico, o **eduCorreio**. As duas aplicações citadas, combinadas e agregadas a um cliente MOO, o **eduMOO**, compuseram a primeira versão de um ambiente que foi chamado de **eduFórum** e que representou a primeira versão pública do sistema hiperNet.

"em razão do seu potencial funcional, o computador pode ser visto, não como uma simples ferramenta mas sim como um colaborador"



Edla M. Faust Ramos

"A compreensão construída permitiu à maioria deles delinear um cenário realista do potencial transformador da tecnologia nas suas vidas pessoais e profissionais. Isto indica que tais sujeitos ultrapassaram em geral a visão ingênua, que delega à tecnologia um poder muito maior do que ela tem."

Além disso, buscando uma implementação pedagógica efetiva, foi criada a rede hiperNet: "(...) procuramos evitar uma possibilidade perversa: que a pesquisa universitária, financiada por toda a população, somente saia dos laboratórios para servir a grupos que possam pagar por seus resultados." (Malgarejo, 1995). Para tal, equipe do projeto hiperNet articulou junto à entidades interessadas no processo educativo comunitário o surgimento de parcerias que viabilizaram a implantação de núcleos de experimentação comunitários de telemática.

A primeira rodada de fóruns públicos da rede hiperNet, com participação voluntária e gratuita de 200 professores das redes públi-

cas dos municípios de Florianópolis e Brusque, realizada no segundo semestre de 1995, constatou situação de aprendizagem que levou a pesquisa.

A atividade de observação foi definida pelos seguintes objetivos:

- Descrever exploratória e qualitativamente os resultados, na forma da geração de atitudes, normas e cooperativas de aprendizagem, buscando avaliar que fatores foram motivadores das mesmas.
- Avaliar o protótipo do sistema hiperNet, quanto às suas características funcionais e de interface, buscando identificar quais, dentre estas características, impedem ou estimulam o desenvolvimento de atitudes autônomas e cooperativas.

A cooperação e a autonomia na rede

Os pressupostos estabelecidos permitiram delinear cinco grandes eixos de observação:

- a intensidade da manifestação de condutas autônomas de aprendizado;
- o desempenho obtido no uso dos ambientes;
- as demandas anterior e posterior na participação do processo de aprendizado;
- o tipo de respeito presente nas relações mediadas pela tecnologia (ou o nível de admiração endereçados à tecnologia e aos seus representantes);
- a intensidade das interações cooperativas desenvolvida.

Para cada eixo da observação, foram estabelecidas várias categorias de análise, com base no referencial teórico adotado e também com base nos próprios resultados obtidos.

Os resultados foram muito claros em indicar que os sujeitos desenvolviam atitudes de aprendizado autônomas mais intensas na medida em que assumiam e conseguiam definir mais claramente as suas demandas. Isto era esperado,

pois a autonomia não era entendida como isolamento, ou autodidatismo, mas sim como um princípio funcional (de acordo com Maturana e Varela). Esse princípio assegura que, o fato de um dado do ambiente ser ou não ser observado, é de competência exclusiva do sujeito que observa. De acordo com o mesmo princípio, a transformação estrutural que necessariamente ocorre sempre que algo é observado (o sujeito que observa se transforma durante o processo de observação), se dará segundo um processo que é, também, dependente dessa mesma estrutura. Ou seja, um organismo com sede quer água e não pão, e a forma como cada organismo assimilará e aproveitará a água bebida, lhe será peculiar.

Dáí que, se o desrespeito às demandas do sujeito for de tal monta que configure situações de coação ou repressão muito severas à sua ação autônoma, paralisa-se o seu processo de aprendizagem. Dizendo de outra forma, quando está agindo sob demandas determinadas de fora, o aprendiz não mobiliza energias suficientes para chegar a aprender.

O efeito paralisante do desrespeito às demandas do sujeito se exacerba na presença da admiração pela tecnologia, pois nesse caso os sentimentos de auto-desvalia se acentuam, gerando mais dependência. Já o apreço a tais demandas, que pressupõe a eliminação do repasse gratuito de conteúdos, pode eliminar ou amenizar estes níveis de dependência.

O resgate da auto-estima se configurou pela crença que manifestaram, praticamente todos os sujeitos observados, sobre estarem dispostos a continuar o seu processo de aprendizado. O fato de se sentirem os editores do seu próprio conhecimento, enquanto construtores da base de dados que tornaram pública, ultrapassando as posturas de leitores (ou con-

sumidores), foi manifestado por eles mesmos como sendo determinante na eliminação dos sentimentos de auto-desvalia que tinham. Eles disseram:

"Aqui você se sente meio autor de tudo"

"Apesar da gente ter consciência de que é uma grande rede que está conectada com universidade, não se sente o peso disto, tu te sentes à vontade, como se tu estivesse na tua casa."

A compreensão construída permitiu à maioria deles delinear um cenário realista do potencial transformador da tecnologia nas suas vidas pessoais e profissionais. Isto indica que tais sujeitos ultrapassaram em geral a visão ingênua, que delega à tecnologia um poder muito maior do que ela tem. Apesar disso, eles ainda não descobriram na sua realidade imediata as alternativas que os levariam a concretizar as transformações pretendidas.

É preciso salientar que a ausência da auto-desvalia acompanhou não apenas a manifestação de condutas autônomas de aprendizado, mas também o envolvimento em interações cooperativas na rede.

Isso é coerente com o entendimento de que a autonomia é a vocação (que Freire diz ser antropológica) que o ser humano tem de transformar o mundo ou o ambiente em que vive. É claro que para transformar é necessário antes conceber a transformação pretendida e, portanto, é preciso antes ainda compreender a realidade a ser transformada. Mas, conceber não basta, é preciso realizar. **Donde, a autonomia se manifesta nas relações cooperativas como a capacidade de superação dos pontos de vistas, de compartilhamento de escalas de valores e de sistemas simbólicos, de estabelecimento conjunto de metas e estratégias.**

Concluindo

Bibliografia

- BARTHET, M. F. *Logiciels interactifs et ergonomie*. Paris: Dunod, 1988.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação*. São Paulo: ed. Cultrix, 1982.
- COSTA, A. R. F. *Estudo das interações interindividuais em ambiente de rede telemática*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995.
- DIAPER, D. *Task analysis for knowledge description (TAKD); the method and an example*. In "Task analysis for human-computer interaction" edited by Dan Diaper. Ellis Horwood Limited Publishers and John Wiley & Sons. New York, 1989.
- DIAPER, D. *Task observation form human-computer interaction*. In "Task analysis for human-computer interaction" edited by Dan Diaper. Ellis Horwood Limited Publishers and John Wiley & Sons: New York, 1989.
- GUTIERREZ, F. e PRIETO, D. *A mediação pedagógica - educação à distância alternativa*. Campinas: Papyrus Editora, 1994.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1986.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1987.
- ILLICH, I. *Convivialidade*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.
- KAY, A. *User interface: a personal view*. In "The art for human-computer interface design" edited by Brenda Laurel. Addison-Wesley Publishing Company. Massachusetts, 1990.

- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- MATURANA, H. R. e VARELA F. J. *Auto-poiesis and cognition - the realization of the living*. D. Reidel Publishing Company. Boston, 1980.
- MATURANA, H. R. e VARELA, F. J. *The tree of knowledge - the biological roots of human understanding*. Edição revisada, Editora Shambhala. Boston e London, 1992
- MELGAREJO, L. F. B.; MARCHINI, M. Q.; BALLISTA, A. L. C. *HiperNet - um ambiente de cooperação em rede local*. Anais do 9º Simpósio Brasileiro de Redes de Computadores. Florianópolis, maio de 1991:478-92.
- MELGAREJO, L. F. B.; MARCHINI, M. Q.; BALLISTA, A. L. C. *Alternativas pedagógicas - um suporte computacional hipermídia*. Anais (meio eletrônico) do II Simpósio Brasileiro de Informática na Educação. Porto Alegre, novembro de 1991(a).
- MELGAREJO, L. F. B. *O projeto hiperNet*. Documento WEB disponível no endereço <http://hipernet.ufsc.br>. Florianópolis, agosto de 1995.
- MUSSIO, P. *Introdução à informática - automação e trabalho*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- NORMAN, D. A. *Why interfaces don't work*. In "The art for human-computer interface design" edited by Brenda Laurel. Addison-Wesley Publishing Company. Massachusetts, 1990.
- PIAGET, J. *A psicologia da inteligência*. Lisboa: Editora Fundo de Cultura SA, 1967.
- PIAGET, J. *Estudos Sociológicos*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1973.
- PIAGET, J. *A equilibração das estruturas cognitivas - problema central do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1976.
- PIAGET, J. *O julgamento moral na criança*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1977.
- PIAGET, J. *Para onde vai a educação?* Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1984.
- VARELA, F. J. *Autonomie et connaissance - essai sur le vivant*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

Este trabalho, além de contribuir para elucidar o conceito de aprendizado autônomo e cooperativo, relatou e avaliou uma experiência que sem dúvida é uma contribuição genuína para a definição de um novo conceito de educação à distância, o projeto hiperNet. A descrição e análise dos seus resultados alargou o caminho na busca de uma solução para a necessidade de formação continuada de recursos humanos (*life long learning*) que será necessária nessa nova era da sociedade da informação.

Illich salienta que é preciso que a ciência colabore simplificando a instrumentação tecnológica, única forma de que a delegação de competência seja diminuída na relação usuário/especialista, como quer Rossi. **Então, é preciso trazer boa parte das funções que hoje são terreno específico dos especialistas administradores das redes, para o nível da manipulação direta das interfaces das aplicações clientes.**

O projeto hiperNet trabalha com esta perspectiva. A análise ergonômica realizada identificou a necessidade de expandir o direito de edição e isto leva justamente a invadir cada vez mais o terreno dos especialistas (com criação autônoma de áreas de debates, de *links* para outros re-

positórios de dados, inscrição de novos participantes, etc).

Mas ainda há muito a evoluir na instalação de um servidor de redes precisa ser simplificada, as interfaces precisam tornar muito mais transparente para o usuário a organização física e lógica da rede permitindo-lhe a construção de modelos explicativos simplificados. **No estágio atual, a propagada arquitetura anárquica da Internet ainda é utópica, uma vez que a grande e imensa maioria dos seus usuários ainda não tem condições de compreender a sua estrutura de modo a garantir a participação dos mesmos no debate político que acompanha a sua manutenção e expansão.**

O trabalho explorou um novo e rico filão de investigação transdisciplinar que foi aberto pela tecnologia da informática. É verdade que já há muitas vertentes de pesquisa tecnológica que têm buscado apoio nas áreas de ciências humanas. A ergonomia há muito tempo serve-se da psicologia. Mas o contrário também pode ser verdade, a psicologia tem muito a ganhar da ergonomia, e este trabalho é um exemplo. Talvez, dentre as muitas surpresas boas que esta era da informática reserva, esteja a possibilidade concreta de que o homem venha a compreender melhor a si mesmo.

.....
Q

uarenta anos após o surgimento do **Concretismo**, já é possível fazer um balanço dessa "escola" literária que, com Décio Pignatari, Augusto e Haroldo dos Campos, sacudiu como um terremoto a rotina poética do País. O escritor paulista Gilberto Kujawski comenta algumas das suas características e aquilo que ele considera ser uma "impossibilidade" dessa poesia.

Também damos notícia da pesquisa realizada em Salvador, Bahia, pelo poeta **Carlos Verçosa** que, em 600 páginas, mapeou a produção brasileira de **haicais**, o poema japonês de três versos que é moda entre os novos poetas.

Ainda com relação ao Concretismo, publicamos um texto de um dos seus mais importantes ex-discípulos, o escritor **Paulo Leminski**, de quem reproduzimos uma página do magistral CATATAU.

Raimundo C. Caruso



Poema haikai: quanto menor mais do tamanho da China

Fonte de inspiração de alguns dos mais importantes artistas europeus do final do século passado, entre eles Matisse, Cézanne, Gauguin e mais tarde Picasso, a arte oriental (e particularmente a japonesa) deixou também a sua marca na literatura. Daí o surgimento entre nós do haikai, um poema curto de três versos que brilha pela rapidez e instantaneidade, e que hoje influencia diretamente a produção poética brasileira.

Claro, o poema curto, instantâneo, telegráfico, não é de hoje. Se quiser, o leitor poderá recordar Oswald de Andrade ou então: "Stop./ A vida parou/ ou foi o automóvel?", de Carlos Drummond de Andrade. Texto pra mais de meio século.

Agora a verdade é que, de repente, 90% de todos os livros de poesia que se editam atualmente no Brasil são de haicais ou assemelhados. Poemas curtos inspirados em haicais.

Nos dias que correm, o poema longo, catequético, "sociológico", está comendo o pão que o diabo amassou. Dos poetas novos aos "velhos", não esquecendo aqui o Mário Quintana e o José Paulo Paes, todos escrevem poemas curtos, telegráficos.

São lampejos, saques instantâneos, arranjos com três versos, o primeiro e o último com cinco sílabas, e o do meio com sete.

E também são textos aparentemente fáceis. Daí a safra de poemas de tudo o que é jeito: inspirados, cerebrais, desleixados, mal feitos, fáceis, com rimas raras, preciosistas, piadistas, e cultos, sensíveis e inspirados. Haicais para todos os gostos.

Aí então a oportunidade do livro "OKU - Viajando com Bashô", um estudo e pesquisa de 600 páginas do poeta baiano Carlos Verçosa, que garimpou os textos curtos de mais de duzentos poetas brasileiros deste século, e traduziu três ensaios do mexicano Octavio Paz. E o tema desses estudos do Nobel mexicano de literatura é para ninguém botar defeito: nada menos e nada mais que Matsuo Bashô, o pai japonês do século

XVII dessa literatura flamejante e exígua.

A edição de "Oku - Viajando com Bashô" é um trabalho para botar ordem na casa. Começa com Afrânio Peixoto e os primeiros imigrantes e poetas japoneses em 1908, passa pelos nossos melhores escritores da Semana de Arte de 22, e avança em direção a Max Martins na Amazônia, Leminski em Curitiba, e Mário Quintana em Porto Alegre, sem esquecer o José Paulo Paes e o Millor Fernandes.

Da dificuldade da pesquisa, qualquer um é capaz de imaginar. Fonte, ano de publicação dos poemas, títulos dos livros, avaliação e publicação dos textos. Para quem quiser começar ou continuar a leitura do haikai no Brasil, não há nada melhor. E se quiser escrever para o Verçosa, o endereço é: Ladeira da Barra, 2.901, apto 1501, Condomínio Solar das Mangueiras, CEP 40130-001 - Salvador - Bahia.



Que é o haicai

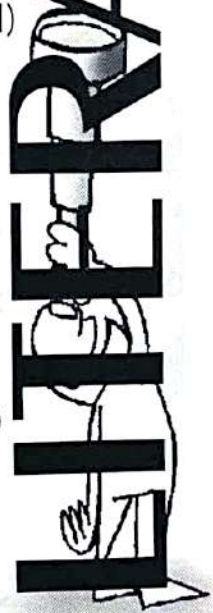
Para Octavio Paz, o Nobel mexicano de literatura que entre outras coisas foi diplomata no extremo Oriente e conheceu em detalhes o Japão, "o haicai não só é poesia escrita - ou, mais exatamente, desenhada - como é também poesia vivida, experiência poética recriada. Com enorme delicadeza, Bashô não nos diz tudo: limita-se a entregar-nos alguns elementos, os suficientes para acender a chispa" (pag. 49). Ainda para Octavio Paz, "a poesia de Bashô nos chama para uma aventura deveras importante: a de nos perdermos no cotidiano para encontrar o maravilhoso".
Já nas palavras do poeta erudito cu-

ritibano Paulo Leminski, que Verçosa considera "a estrela mais brilhante da poesia haikaísta brasileira", o haicai "valoriza o fragmentário e o 'insignificante', o aparentemente banal e casual, sempre procurando extrair o máximo do significado do mínimo de material, em ultra-segundos de hiperinformação". A referência de Verçosa a Leminski não é gratuita, pois ele próprio escreveu a partir de textos japoneses uma biografia de Bashô.

A seguir, alguns haicais colhidos na imensa safra ceifada por Carlos Verçosa na literatura brasileira (e japonesa) de três séculos.



LITERATURA



**doente na viagem
os sonhos vagueiam
campos secos**

(Bashô, sec. XVII)

**A nau imigrante
chegando; vê-la lá no alto
a cascata seca**

(Hyôkotsu, imigrante, 1908)

**zas
um raio
admirável não dizer
a vida é fugaz**

(Bashô, sec. XVII)

**sementes de algodão
agora são de vento
as minhas mãos**

(Nenpuku Sato, Japão)

**lá fora o luar continua
e o trem divide o Brasil
como um meridiano**

(Oswald de Andrade, 1926)

**primavera
até a cadeira
olha pela janela**

(Alice Ruiz, Curitiba)

**a chuva desta noite
pousa no meu sonho.
pássaro molhado**

(Ledo Ivo, 1948)

**nada como a noite
escurece e
tudo se esclarece**

(Alice Ruiz, Curitiba)

**nuvens brancas
passam
em brancas nuvens**

(p. Leminski)

**esta vida é uma viagem
pena eu estar
só de passagem**

(p. Leminski)

**pra que cara feia?
na vida
ninguém paga meia**

(p. Leminski)

**milagre de inverno
agora é ouro
a água das laranjas**

(p. Leminski)

Irmãos Campos e Associados

"A ideologia dos concretistas não convence. Suas produções artísticas, por vezes (nem sempre), são engenhosas e divertidas, não mais do que isso. Como o velho bandeirante paulista, saíram em busca de esmeraldas e só encontraram turmalinas..."

de Gilberto Mello Kujawski,
escritor e jornalista

(Publicado no "Estado de São Paulo"
em 23/12/96)

Os 40 anos de concretismo no Brasil põem novamente em destaque a tradição insuperável que dilacera a estética dos irmãos Campos e associados. Sua proposta básica está em fabricar um objeto poético "não-verbal", do tipo ideograma, que suprima por completo o verso, a frase, o discurso, graças à desintegração metódica da sintaxe, da semântica, da morfologia, etc. O poema teria de ser um produto gráfico que falasse por si mesmo. No entanto, a melhor prova da absoluta insuficiência da nova linguagem poética e da falência de seus pressupostos teóricos está na incontínua discursiva incontrolável, nos prodígios da acrobacia intelectual e de pretensioso eruditismo que acompanham de perto os poemas concretos na infrutífera tentativa de "explicá-los" e "interpretá-los".

Ora, a linguagem poética suficiente, eficaz, comunicativa se impõe por si mesma, se explica por si só, sem necessidade de todo esse esforço hermenêutico descomunal. Toda a discursividade reprimida na elaboração de seus precisos objetos verbi-voco-visuais se derrama ad nauseam na explicação e análise de cada sílaba, de cada letra do texto. Daria para desconfiar que o ideograma só fala por si mesmo desde que inserido no contexto cultural que o produziu.

Essa prodigiosa incontinência verbal, que leva Haroldo de Campos a se exceder em artigos e discursos quilométricos se colhem pérolas dignas de um



colar e pulseiras para a musa do concretismo, se esta existisse e fosse conhecida. Na prolixa reportagem publicada no **Estado** em 11/12, devidamente espicaçado pelo jornalista Antônio Gonçalves Filho, Haroldo brilha como nunca em seu engenho para épater, não o burguês, mas os maiores poetas do Ocidente, como Dante e Goethe, sem esconder a pretensão de ludibriar até o demônio, com os "anjos andróginos". Sustenta declarações ininteligíveis, do tipo: "Por um lado, Goethe era panteísta. Por outro lado, era spizonista."

Qual a contradição? Sendo panteísta, Goethe estava bem próximo de Spinoza, e sendo spinozista não podia deixar de ser panteísta, uma vez que Baruch só admitia a existência da substância única, Deus sive natura, Deus ou natureza. Dona Marilena que se cuide, alguém está querendo "inovar" Spinoza.

Guimarães Rosa, no além, deve ter proferido um palavrão, provavelmente



CRETA



LITERATURA CONCRETA NA

em sânscrito, ao ouvir Haroldo blasfemar: "Eu estou com Rosa. Acho que o demônio não existe..."

Devagar com o andar. Quem disse que Guimarães Rosa achava que o demônio não existe? Isso de escrever que "existe é o homem humano" não passa de um exorcismo iluminista, compreensível num Riobaldo já próximo de entregar a alma ao senhor das trevas.

As organizações rigidamente racionalistas temem o acaso, porque o acaso desorganiza as expectativas de quem vive mentalmente num mundo bem planejado, sem mistério nem desordens. Também não acreditam na inspiração, que interpretam como um resíduo de superstição e irracionalidade, turvando a clareza e a distinção da mente. Por isso Haroldo afirma: "Aquilo que se chama inspiração não é outra coisa senão o acaso, que tem que ser controlado para existir a própria vida. Acaso significa entropia, dissolução e morte."

Fica-se pasmo como esse homem se move em terreno só feito de certezas, sem brechas nem fissuras. Eça de Queiroz ficaria muito triste com o que Campos diz do acaso, ele que era filho natural, portanto, do acaso, e mesmo assim foi o autor da prosa portuguesa mais cintilante de seu tempo... Falando sério, nossa vida é dança dia e noite com o acaso, com o qual tropeçamos a toda hora e temos de assumir e incorporar ao nosso projeto. Em outras palavras, o acaso é o pé forçado que as circunstâncias nos impõem para desenvolvê-lo e completá-lo com nossa liberdade.

Quanto à inspiração, ela existe, e não como traço de irracionalidade, e sim como a pulsão da obra criada a partir da necessidade interna; quando o poema é suscitado por uma necessidade interna ele parece se fazer por si mesmo, e isso é a inspiração.

Só que para conhecê-la é preciso experimentar a pressão da necessidade interna que gera o estilo e a arte autêntica, e não se sujeitar à engenharia estéril de montar poema como um artesanato gráfico.

Acusado de ser um contrabandista de idéias, assim se defende esse barbudo

heresiarca das letras: "A literatura vive de literatura. Camões inspirado (sic) desde o início do *Os Lusíadas* por Virgílio."

De fato, a literatura vive de literatura mas somente em Bizâncio. Por que em outros tempos e lugares, a literatura vive, precisamente, do que vem de fora dela, da natureza, da sociedade, da História. Camões modela-se formalmente em Virgílio, mas não teria forjado sua epopéia se não mergulhasse na História de Portugal, na viagem de Vasco da Gama, nas canseiras e nos perigos do vasto oceano.

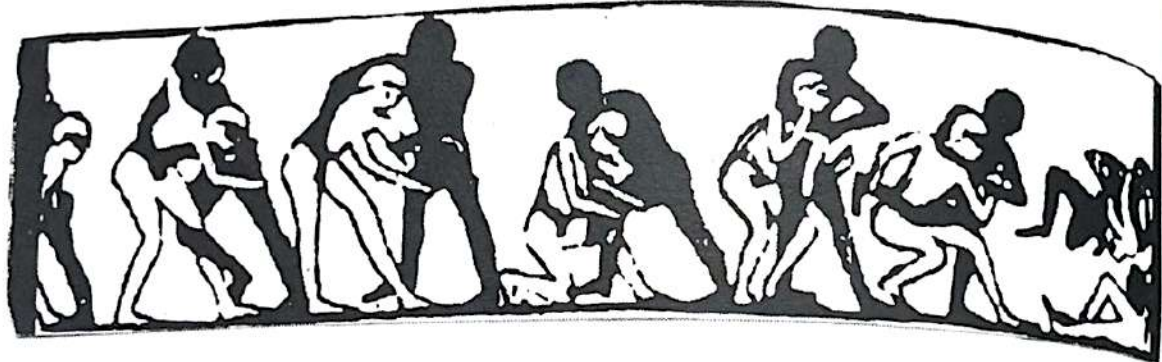
A ideologia dos concretistas não convence. Suas produções artísticas, por vezes (nem sempre), são engenhosas e inventadas, não mais do que isso. Como o velho bandeirante paulista, saíram em busca de esmeraldas e só encontraram turmalinas, o que já é alguma coisa. São não podem posar de gênios e ser levados a sério.

Ao final da entrevista, perguntado pelo repórter sobre qual palavra resume sua personalidade, Haroldo de Campos responde: "Curiosidade." A curiosidade é o dom dos céticos. Poderia ter respondido também "frivolidade". A virtude que falta aos irmãos Campos e associados para serem verdadeiros criadores, é um pouco de ingenuidade. Só esta é criadora, só a ingenuidade é porosa e nos abre o espírito para a captação da realidade em suas múltiplas perspectivas e em seus inumeráveis matizes. Sem ela a estética degenera em formalismo estéril, a cultura se falsifica em eruditismo, o entusiasmo se congela em ceticismo e a sensibilidade se perverte em exibição pedantesca e demagógica.

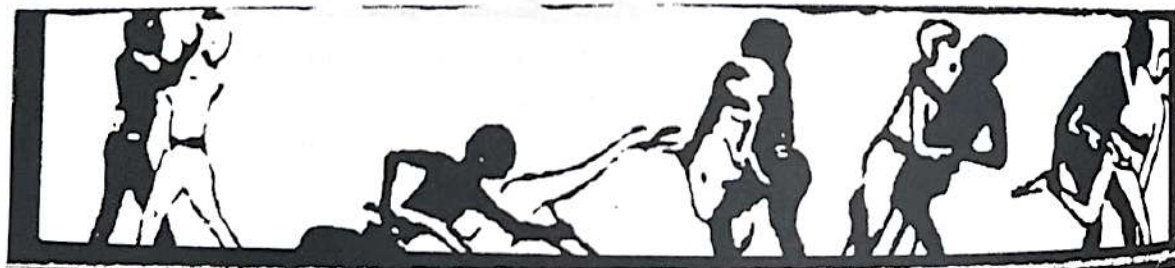
Por último, uma chamada em nossa imprensa cultural. Tanto o caderno *Mais!*, da *Folha de S. Paulo*, quanto o *Caderno 2* do **Estado** emprestaram em dezembro largo espaço à autópsia e ao inventário do concretismo. Nenhumas vez foi mencionado o nome do principal dissidente desse movimento, Mário Chamie, formulador da poesia-práxis teorizada em vários textos e realizada matricialmente, no poema *Lavra Lavra* (1962). Porque a inexplicável omissão? Ignorância, má-fé ou manipulação?



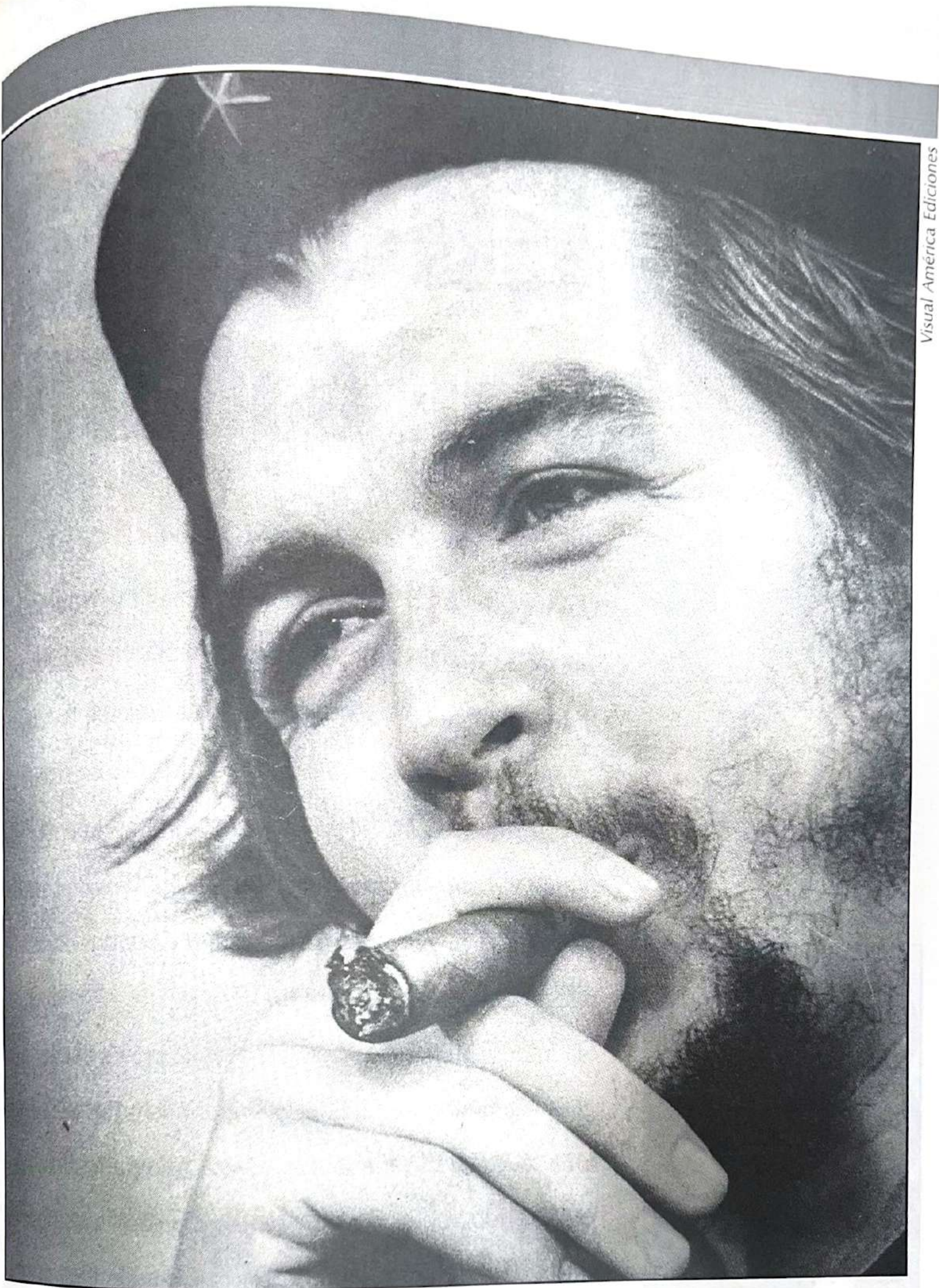
chamam paz. Um nome escrito no céu - isolado, contemporâneo, alarme na espessura,
multiplico explicações complicando o implícito. Trago o mundo mais para perto que
o mando desaparecer além do meu pensamento: árvore, sete, um enforcado, uma
vela acesa em pleno dia! Escolho recantos selecionados firmamentos, distribuo olhares
de calibre variado na distância de vários calados. Parto espaços entre um aumento e
um afastamento um cujos limites cai como uma luva minha vertigem. O pensamento
desmantela a Extensão descontínua. Excentricidade focal, uma curva em tantas rup-
turas que a soma das distâncias e cada um de seus pontos com inúmeros diâmetros
fixos no trajeto da queda guarde constante desigualdade a uma longitude qualquer.
Imprimindo prosseguimento à análise, um olhar sem pensamento dentro, olhos vi-
drados, pupilas dilatadas, afunda no vidro, mergulha nessa água, pedra cercada de
rodas: o mundo inchando, o olho cresce. O olho cheio sobe no ar, o globo d'água
arrebentando, Narciso contempla narciso, no olho mesmo da água. Perdido em si,
só para aí se dirige. Reflete e fica a vastidão, vidro de pé perante vidro, espelho
ante espelho, nada a nada, ninguém olhando-se a vácuo. Pensamento é espelho
diante do deserto de vidro da Extensão. Esta lente me veda vendo, me vela, me
desvenda, me venda, me revela. Ver é uma fábula - é para não ver



que estou vendo, Agora estou vendo onde fui parar. Eu vejo longe. Pensamento me
deu um susto, nó górdio na cabeça, que fome! Uma arara habilita-se a todos os
escândalos sem ser Artyszewski. Jazo sob o galho onde o bicho preguiça está. Eis a
presença de ilustre representante da fauna local, cujo talento em não fazer nada
chega ser proverbial, abrilhanta a áurea mediocridade vigente. Requer uma eterni-
dade, para ir dez palmos, esta alimaria, imune ao espaço, vive no tempo. Este
mundo não se justifica, que perguntas perguntar? Devo lazer. Esta bruta bêsta, tem-
perando a corda ao contrário dos ponteiros dum relógio, para nunca conduzir-se,



LITERATURA
CON
CRETA
CRETI
NA

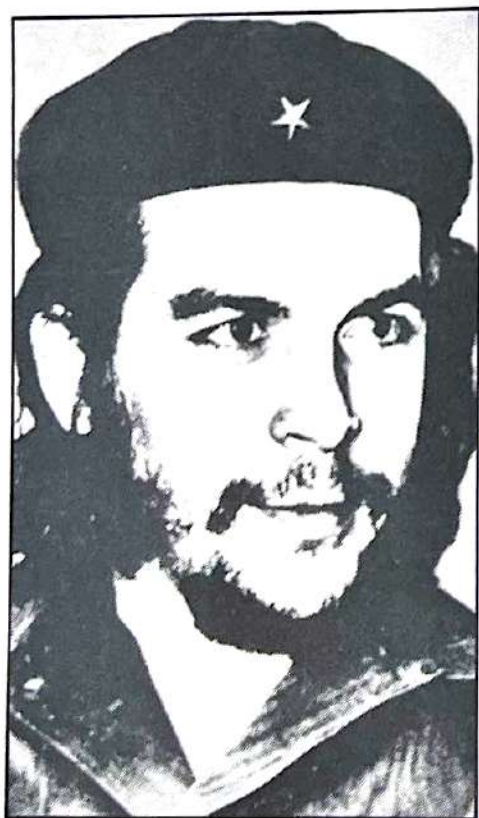


"Sejamos realistas, exijamos o impossível"

Che Guevara

Che Guevara herói e mártir

* Professor titular do Departamento de Zootecnia, CCA/UFSC



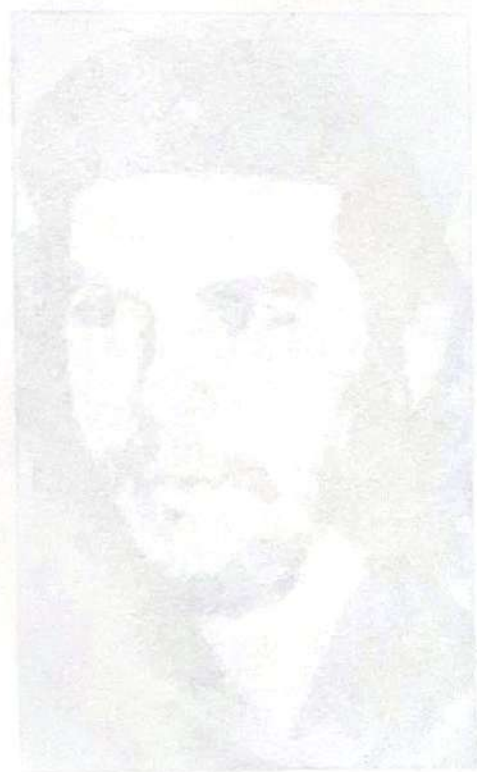
Ao cumprir-se 30 anos do assassinato de El Che, Ernesto Guevara de la Serna, a sua figura e o seu exemplo cada vez mais estão presentes e atuais: a América sonhada por Bolívar, tentada por Che, está a cada dia mais frustrada. Aqueles ideais de justiça e de fraternidade foram ofuscados por uma mídia atroz que reproduz a violência e a criminalidade e ampara a corrupção e a impunidade. O sangue generoso do mártir lega, a cada um de nós, a responsabilidade de honrá-lo.

Na impossibilidade de apagar, ou mesmo esmaecer a figura legendária de El Che, o imperialismo está usando uma tática sutil e diabólica. Várias "biografias" de Che estão sendo publicadas com ampla difusão na mídia, nas quais, ao lado dos feitos e fatos reais conhecidos do herói, se está "plantando" uma nova dúvida: Fidel "poderia" ter socorrido Che, mas preferiu tê-lo como herói

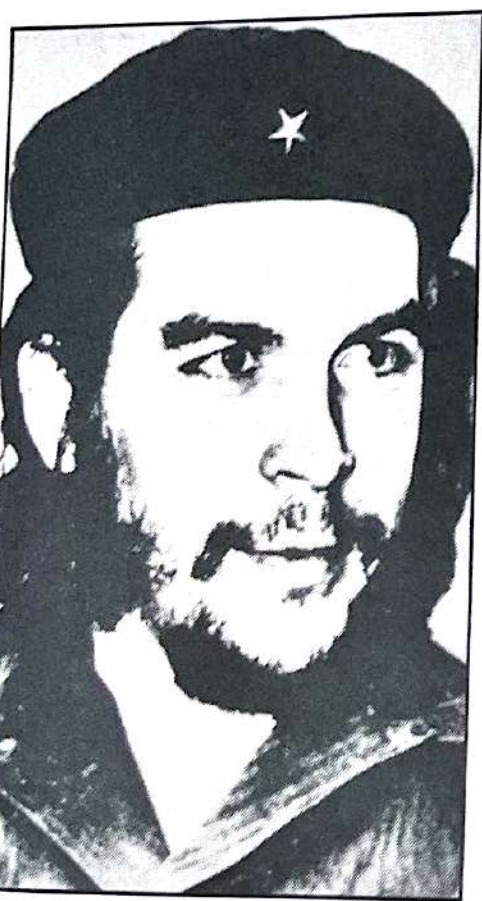
morto a rival vivo. Esta sórdida interpretação tem um objetivo muito claro: já que tem sido impossível apagar a imagem de El Che, pretende-se manipular o assassinato do guerrilheiro para infamar a imagem não menos grandiosa de Fidel.

Nas condições em que se encontrava o contingente guerrilheiro, "no refúgio entre o rio Acero e o Oro, a 2.000 m de altitude" (últimas palavras do Diário de El Che na Bolívia, 7/10/67), nas entranhas da serra boliviana, o único socorro possível de chegar ao local seria uma frota de helicópteros fortemente armados. Isto significaria, apenas, uma nova guerra mundial, dada a conjuntura internacional em 1967, além da situação insustentável que ficaria o governo revolucionário de Cuba diante da comunidade mundial. Portanto, nas condições existentes naquela situação, qualquer socorro ou resgate seria inútil e inviável, até porque, segundo ainda o próprio diário de El Che, havia, na região, um exército de mais de 2.000 homens equipados com os armamentos mais modernos, além de um apoio logístico e supervisão direta de organismos norte-americanos, como retrata Jean Cormier em sua excelente biografia **La vida del Che**, p. 338.

É preciso tratar com mais respeito a morte do herói e a vida do Comandante Máximo da Revolução Cubana.



"Compreende, por vivência própria, toda a barbárie e perversidade do imperialismo. Nasce, no entrechoque com a miséria, a exploração e a desumanidade, o revolucionário, que mais tarde proclamaria 'À violência reacionária, não se pode responder senão com a violência revolucionária'."



A 14 de junho de 1928, na cidade de Rosario, Argentina, nasce Ernesto Guevara de la Serna, filho do engenheiro civil Ernesto Guevara Lynch e de Celia de la Serna. O nascimento de Ernesto não foi rotineiro: os pais dirigiam-se por navio a Buenos Aires, lugar previsto para Celia ter o nenê. Os primeiros sinais do parto se deram em pleno rio Paraná, nas proximidades da cidade de Rosario. O casal desembarca e um táxi os leva às pressas, à casa de uns parentes, onde nasce Ernesto.

Com dois anos, em Buenos Aires, tem um ataque de tosse, que foi o primeiro sinal da maldição de sua vida: a asma.

Com oito anos de idade tem a sua primeira intervenção "política". Já, agora, nas serras de Córdoba, em Alta Gracia, faz amizade com meninos de rua e fica assombrado quando descobre que um amiguinho vivia, com seus pais e mais cinco irmãos e irmãs, em apenas uma peça, com uma única cama e colchão de pedaços de jornais.

Rebela-se com o quadro e vai "discuti-lo" com o pai...

Sua infância e adolescência foram marcadas por sucessivos desafios em função da asma. Joga tênis e golfe e se encanta com o xadrez. Em Rio Primeiro, Córdoba, discute com seu amigo Alberto Granado a possibilidade de integrar um time de rugby, esporte de abnegação e coragem que, vindo da Inglaterra, estava na moda. Alberto olha para Ernesto e fulmina: "Queres jogar rugby? Pobrezinho, vais te quebrar no primeiro 'tackle'..." O franzino adolescente aceita o desafio e põe-se a treinar. Converte-se, apesar da asma, em um jogador de clubes de primeira divisão.

Em 1946, termina seus estudos secundários e pensa ingressar no curso de engenharia. Procura trabalho para ganhar algum dinheiro. No ano seguinte, toma uma decisão surpreendente: matricula-se na Faculdade de Medicina, em Buenos Aires, onde, além dos estudos,

pratica rugby, futebol e natação. Com Alberto Granado, planeja uma viagem por toda a América do Sul: Chile, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Brasil e Venezuela. A viagem se iniciou em uma moto Norton 500, apelidada de Poderosa II, já que a Poderosa I havia sido uma bicicleta feita em pedaços por um acidente sem consequências....

Nessa viagem, que durou de fevereiro a setembro, toma contato direto com a realidade sul-americana, que a literatura da época cantava em prosa e versos. Conhece a feroz exploração dos mineiros do Chile e da Bolívia, a dramática miséria dos índios dos altiplanos andinos, as maravilhas extraordinárias e surpreendentes da civilização pré-colombiana de Machu Picchu.

A viagem fez desenvolver e amadurecer um sentimento de revolta e indignação. Compreende, por vivência própria, toda a barbárie e perversidade do imperialismo. Nasce, no entrechoque com a miséria, a exploração e a desumanidade, o revolucionário, que mais tarde proclamaria "À violência reacionária, não se pode responder senão com a violência revolucionária".

Um amigo para os leprosos

Talvez o episódio mais humano vivido por Ernesto nessa aventura tenha sido o que se passou no leprosário de São Paulo, no Alto Amazonas. Ali conviveu com leprosos, jogou futebol com eles, comeu a mesma comida e prestou serviços médicos já que, para ter acesso aos leprosos, apresentou-se como médico, embora fosse apenas estudante de medicina.

Dou a palavra a Cormier: "Em seguida, à medida que avançamos, os visitantes (Ernesto e Alberto) enfrentam os olhares dos mutilados. Não são os jacarés que os atacaram, senão a lepra. Faltam dedos nas mãos e nos pés, quando não um pedaço de outro membro, um nariz, um lábio. Todo esse mundo

vive em família: os pais não aceitam separar-se dos filhos. Os doentes vêm dos meandros dos rios Ucayali e Javari, onde a lepra é endêmica e faz parte do cotidiano. O tempo e o costume fazem com que seja aceita e que se viva com ela, o que, evidentemente, não é o ideal para lutar contra a enfermidade e tentar vencê-la."

"Esses índios contaminados, que consideram um absurdo que se queira privá-los dos filhos, vivem em uma comunidade organizada."

"Ernesto opera, sob o controle de Alberto, o cotovelo de um doente. A operação, simples, consiste em extrair um nódulo que dificulta o movimento do braço. Uma vez que o paciente recupera a completa mobilidade de seu membro, o prestígio do Dr. Guevara entre os índios sobe às nuvens. A franqueza de seu olhar dá-lhe uma aura que nenhum outro médico tem. Os leprosos se convertem em seus irmãos. São aliviados, muito mais com suas palavras do que com seus cuidados. Come em sua companhia, está todo tempo com eles, sem esforço, e isso é percebido."

Silvio Lozano é um ex-leproso a quem Ernesto salvou a vida e atualmente tem um bar no Hospital São Paulo, chamado Che. O testemunho é de Silvio: "Em 1952, eu era um desses numerosos leprosos condenados à morte rapidamente. Poucos de meus companheiros sobreviveram. Uma noite totalmente escura, que jamais esquecerei, um médico desconhecido entrava em São Paulo, um jovem que não devia ter mais de 25 anos. Magro, simpático. Dava a impressão de ser muito voluntarioso, mas de faltarlhe força física. Dizia-se argentino."

"Eu não era mais do que pele e ossos. A lepra me havia atacado pelo braço esquerdo e me devorava lentamente. Tinha febre e um tumor. Pontadas intermitentes me percorriam o corpo, como se gotas de um líquido ardente caíssem sobre minha pele. Os médicos da

estação me haviam desenganado."

"Uma manhã, quando a dor me arrancava lágrimas, pedi que ao menos me aliviassem. O novo médico estava sentado no chão como um yoga. Lembro-me: lia um livro de medicina, em inglês. Eu estava tão debilitado que não tinha forças para estender-lhe a mão. Ele a tomou, palpou longamente e, em seguida, com uma agilidade que me deixou estupefato, se levantou e saiu da peça. Voltou alguns instantes mais tarde e me disse: Seu nervo está afetado. Tem que operar. Apesar da mão do jovem médico em minha testa ardente, me acometeu um terror. Você vai morrer se não fizermos nada, insistiu ele. Gritei como um louco quando me colocaram as agulhas na chaga, em seguida procurei o olhar do jovem médico e me desvaneci."

"Ele me salvou. Foi o começo de uma nova era no leprosário. Os instrumentos cirúrgicos não tiveram descanso! Muito depois, quando ele era ministro da Economia em Cuba, me escreveu uma carta pedindo notícias."

Ernesto festeja seus 24 anos - 14 de junho de 1952 - no leprosário, onde todas as moças, leprosas ou não, o beijaram 24 vezes...

Após uma passagem imprevista por Miami, onde sobreviveu lavando pratos em um restaurante, regressa à Argentina e, a 11 de abril de 1953, é aprovado na última matéria que lhe faltava, Neurologia. Ernesto Guevara de la Serna é médico, cujo diploma recebeu no dia 12 de junho de 1953.

Formado em medicina, considerava cumprida sua palavra para com sua mãe. Inicia agora uma segunda viagem pela América Latina, esta definitiva.

Viaja de trem, acompanhado pelo amigo da família Carlos Ferrer. Já com o trem em marcha na Estação Retiro, em Buenos Aires, à janela do vagão grita para sua mãe chorosa: "Aqui vai um soldado da América".



Perfecto Romero, 1958

"... Fidel propõe que entre no grupo que estava preparando a invasão de Cuba. Che aceita, sem vacilações, mas com uma condição: recuperar sua liberdade de revolucionário errante após o triunfo da revolução cubana. Seria já uma premonição?"

A 26 de julho de 1953, dia em que o líder estudantil Fidel Castro Ruz atacava o quartel de Moncada, Santiago de Cuba, Ernesto está em Obrajés, Bolívia, onde presencia o desvirtuamento do Movimento Nacionalista Revolucionário.

Em San José de Costa Rica conhece dois exilados cubanos - Calixto Garcia e Severino Rosell - que haviam participado do ataque à Moncada, em função do que Fidel Castro foi preso. O relato do assalto impressiona vivamente Ernesto que motiva uma carta a sua tia-confidente Beatriz, em que diz: "Me dirijo a Guatemala, onde me aperfeiçoarei para converter-me em um revoluci-

onário autêntico" ... e onde encontra a jovem peruana, líder estudantil, Hilda Gardea Acosta, que viria a ser sua primeira mulher e mãe de sua primeira filha, Hildita.

Em fins de setembro de 1954, como consequência do golpe do presidente progressista Arbenz, Ernesto vai para o México.

Lá, recebe o apelido de Che em virtude de sua nacionalidade argentina. Apelido que seria seu nome que o consagraria diante da humanidade como um revolucionário autêntico, um guerrilheiro heróico.

Nesse país tem um intensa atividade política. Como fotógrafo ganha para a sobrevivência. Em 18 de agosto de 1955, em Tepozotlan, com Hilda já grávida de Hildita, formaliza o casamento e curte sua lua de mel em Cuernavaca.

Com Hilda e um grupo de jovens exilados discute as grandes questões do socialismo. Com os exilados cubanos, troca conhecimento da sua luta contra o governo corrupto de Batista. A ilha caribenha o atrai. De Raul Castro, recebe o compromisso de apresentá-lo ao irmão Fidel, depois de verificar que os elogios dos seus compatriotas sobre Che eram reais.

O guerrilheiro se prepara

Na noite fria de 9 de julho de 1955, no apartamento da cubana Maria Austoria Sánchez Gonzalez, na rua Emparán 49, Cidade do México, às 22 horas, se encontram Fidel, homem de 1,90 m, 30 anos, posante, e Che, 27 anos, magro e não tão alto. A entrevista termina na manhã seguinte, com Che integrado no movimento 26-7. Mais tarde Fidel propõe que entre no grupo que estava preparando a invasão de Cuba. Che aceita, sem vacilações, mas com uma condição: recuperar sua liberdade de revolucionário errante após o triunfo da revolução cubana. Seria já uma premonição?

A partir daí, até a sua despedida de Cuba, toda sua vida está ligada a Fidel e à Revolução Cubana.

No México, participa dos duros preparativos para a invasão: treinamento de muitas horas diárias com lutas, futebol, basquete, escalada de montanhas, respiração, resistência. É incorporado no grupo de invasão como médico.

No segundo aniversário do ataque à Moncada houve uma discreta manifestação no parque Chapultepec, Cidade do México, ao pé do monumento a José Martí - prócer da independência cubana. A comemoração seguiu com um jantar, oportunidade em que Fidel preparou um espaguete com mariscos, cumprindo promessa feita a Che, quando convidado à festa de seu casamento, que não compareceu, por razões de segurança. Foi nesse jantar que se decidiu dar publicidade ao discurso de Fidel, durante o julgamento de Moncada, **"A história me absolverá"**.

A 19 de agosto de 1955, Fidel parte para os Estados Unidos a fim de comprar armas, com dinheiro dos cubanos que viviam em Miami por razões econômicas ou por hostilidade do governo de Batista. Um dos principais contribuintes foi o ex-presidente cubano Prio, pois Batista era um inimigo comum. Em 30 de outubro, no Hotel Palace Garden, de Nova York, diante de 800 pessoas Fidel lança seu histórico: "Em 1956, seremos livres ou seremos mártires!".

Nesse período de intensa agitação e preparação, Che escreve poesias. A Fidel, em o "Canto a Fidel", termina:

*E se em nosso caminho se interpõe o ferro
Pedimos um sudário de cubanas lágrimas
Para que se cubram os guerrilheiros ossos
Nos trânsitos da história americana.
Nada mais.*

E para Hildita, que nascera 15 de fevereiro de 1956:

*Teu galho mais vigoroso
tem casca argentina
e a firmeza do tronco*

*era de montanha andina.
Peru te deu de sua raça
suave, fina, pele morena.
E México com sua terra
te deixou cheia de graça.*

A 24 de junho de 1956, em uma ação conjugada da polícia mexicana, FBI e esbirros de Batista, Che é preso na Fazenda Santa Rosa, onde prosseguia seu treinamento militar. Nesse episódio, Fidel evitou um derramamento de sangue.

Diante do assalto policial, os revolucionários cubanos preparavam-se para a luta, quando Fidel gritou: "É em Cuba que combateremos, não aqui." Todos foram presos.

É do cárcere, em greve de fome, que Che escreve à sua mãe e define sua convicção revolucionária: "Não sou nem Cristo nem filantropo. Sou todo o contrário de um Cristo e a filantropia me parece inócua diante das coisas que creio. Lutaria em todas as arenas ao meu alcance, em vez de deixar-me pregar em uma cruz ou em o que vocês queiram."

Define-se o contingente revolucionário que invadirá a ilha. São 82 combatentes, formando três pelotões, de 22 homens cada, mais 14 que constituíam o Estado Maior.

Eis a composição do Estado Maior:

Comandante Chefe:

Fidel Castro Ruz

Chefes do Estado Maior:

Capitão Juan Manuel Marquez J.

Capitão Faustino Pérez

Chefe de Intendência:

Pablo Diaz

Ajudantes:

Félix Elnueza

Aronamito Huau

Chefe de Sanidade:

Tenente Ernesto Guevara

Oficiais Adjuntos ao Estado Maior:

Capitão Antonio López

Tenente Jesus Reyes

Tenente Cáudito González

Outros integrantes:

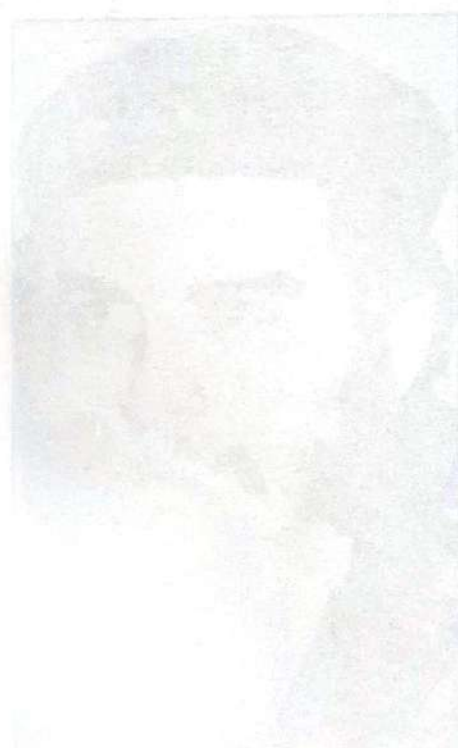
Orelia Pino

Roberto Roque

Jesús Montané

Mario Hidalgo

César Gomez



Rolando Moeja

A 24 de julho, Fidel e Che são libertados e imediatamente põem-se em atividade. Por duas vezes Fidel sugere a Che voltar à Argentina, já que a revolução cubana é coisa de cubanos. Che reage: "Estou ligado ao destino dos cubanos".

Concluída a etapa de preparação, chega a hora da ação. Fidel compra um barco. Seu nome: Granma, do inglês grandmother (avó). Foi comprado do norte-americano Robert Erickson e mede 13.25 m por 4,79 m, é movido por dois motores diesel. Os quatro tanques têm capacidade para 8.000 l de combustível. Consumo: 20 l/hora. "Está construído para transportar 25 pessoas", alardeia o vendedor. Chuchu Reyes é encarregado de preparar o barco para 80 pessoas, ou seja, mais de três vezes a carga prevista...

À 1h30min da madrugada de 25 de novembro de 1956, o Granma, de cor branca, põe em marcha seus motores e seus 82 passageiros entreolham-se gravemente. Com as luzes apagadas, chega ao Golfo do México, quando Che se dá conta que seus medicamentos anti-alérgicos e o inalador ficaram no cais, nas caixas consideradas não prioritárias. Apercebe-se das dificuldades que terá de superar.

Em território cubano, o apoio logístico rebelde comandado por Frank Pais prepara-se para o desembarque dos revolucionários do iate Granma. Mas as forças de Batista estão atentas "a qualquer embarcação suspeita".

A viagem, prevista para cinco dias, leva sete dias e seis horas; ventos contrários, mar revolto, inexperiência da tripulação atrasaram o percurso. No quarto dia, terminaram-se os víveres. A roupa suja dos vômitos pelo jogo da embarcação era lavada com água salgada. Che tem um ataque de asma e é socorrido por outro médico a bordo. Um combatente, Roberto Roque, cai no mar e é milagrosamente resgatado. Finalmente, ao amanhecer de 2 de de-

zembro, o Granma encalha nos pantanos de Belic, na praia de Las Coloradas, muito ao sul de Niguero, local previsto para o desembarque.

Dada a situação do local, com o barco encalhado no limo, tiveram que abandonar o armamento pesado. Armas e mochilas na cabeça do contingente avança por um manguezal. Um inferno de mosquitos, animais podres e folhas cortantes. Quando chegam a terra firme, oito combatentes tinham sido tragados pelo lodo.

Por outro lado, Frank Pais cansou de esperar no local combinado e, não querendo chamar a atenção do exército de Batista, retirou os ativistas para suas bases.

Sobre a chegada do Granma, disse Che: "Isso não era um desembarque, era um naufrágio"...

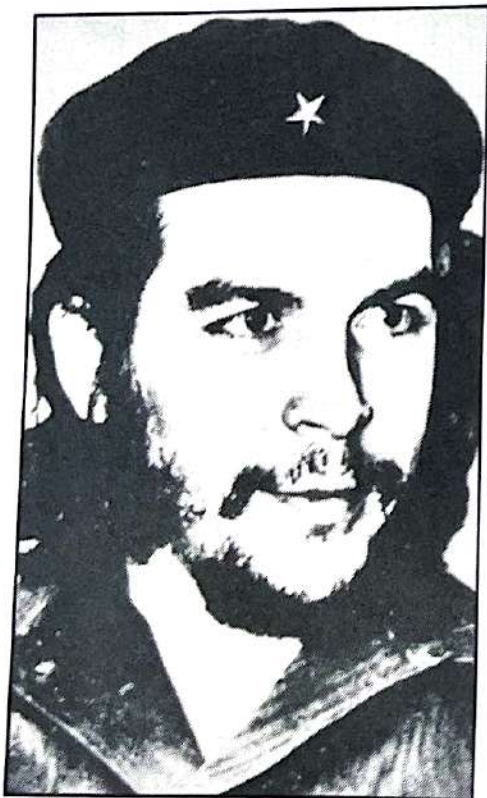
Feito o desembarque, o barco é abandonado vazio. Um pescador o localiza e informa às forças de Batista. Começa uma perseguição implacável. Dois camponeses, Tato Veja e Laureano Noa Yang, informam aos soldados de Batista a posição dos guerrilheiros. Toda força militar oficialista - aviões, metralhadoras pesadas, centenas de soldados - atira-se contra os guerrilheiros. Os primeiros momentos são de pânico. Che é ferido mas consegue sobreviver. A maioria dos combatentes rebeldes ou foram mortos ou foram presos e executados sumariamente. Ao final sobraram 12.

A luta pela revolução e contra a asma

Em meio à luta desigual, num momento as tropas de Batista propõem a rendição. Ouve-se um brado de guerra: "Aqui ninguém se rende, porra!" Era Camilo Cienfuegos - o "senhor da vanguarda", - amigo inseparável de Che até sua morte, em um acidente aéreo motivado por sabotagem.

Os sobreviventes ao ataque dos soldados de Batista embrenharam-se na floresta de Sierra Maestra, passando toda sorte de provações: fome,

"Os sobreviventes ao ataque dos soldados de Batista embrenharam-se na floresta de Sierra Maestra, passando toda sorte de provações: fome, sede e principalmente ferimentos na sola dos pés produzidos pelas pontas de rocha do solo chamadas 'dentes de cachorro'."



sede e principalmente ferimentos na sola dos pés produzidos pelas pontas de rocha do solo chamadas "dentes de cachorro".

É nesse momento que entra em cena Celia Sánchez. Espalhou-se a notícia que Fidel estava morto, notícia inclusive divulgada pela rádio de Havana. Celia, entretanto, membro do M26-7, envia seus homens à montanha e, graças ao "caipira" Alfredo González, a 23 de dezembro de 1956, as duas facções, comandadas, respectivamente por Fidel e por Che, se reúnem no Sítio de Alto Regino, na Sierra Maestra. Dos 82 embarcados no Granma, restaram 12 e se reuniram 20, sendo oito já recrutados em território cubano.

Quando o governo de Batista toma consciência que Fidel está vivo e que se desenvolve uma ação guerrilheira em Sierra Maestra, os efetivos militares são reforçados e são alugados seis aviões B-26 norte-americanos.

O comando revolucionário - Fidel, Raul, Almeida e Che -, por sua parte, planeja um golpe capaz de elevar o moral da guerrilha e de infringir uma derrota a Batista: atacar o quartel da marinha de La Plata.

A 17 de janeiro de 1957 os vinte sobreviventes do Granma, organizados em quatro colunas comandadas por Fidel, Raul, Camilo e Che, com precário armamento e pouca munição, atacam a guarnição governista, onde encontram forte resistência com armamentos modernos. Em meio à encarniçada luta, Che e Crespo saem a descoberto e incendeiam o lugar onde guardavam milho e cocos. Impressionados com o fogo, os soldados saem em fuga. Os guerrilheiros haviam ganho a batalha.

Cada vez mais integrado ao ambiente de Sierra Maestra, Che exerce a medicina em locais onde jamais havia chegado um médico. Sobre tudo sua espontaneidade cativava os camponeses. Isso vinha ao encontro da nova e necessária tática dos guerrilheiros: contar com o apoio dos camponeses.

A 28 de fevereiro, Che, depois de recuperar-se de uma malária, estava com seu destacamento descansando quando, de súbito, o senti nela localiza a presença de uma forte coluna inimiga. Che é tomado por um ataque de asma que o prostra no solo como um morto.

Luis Crespo se inclina sobre o "moribundo" e diz fortemente:

- Levanta Che, os soldados se avizinham. Vamos. Levanta!

- Vamos argentino de merda! Não vais movimentar a bunda! Eu vou fazer tu avançares!

Che não reagiu. Crespo põe Che nas costas e foge como pode, até encontrar uma choupana, à noite. Recuperado Che pergunta:

- Por que arricasteste a vida para me salvar?

- Meu pai era asmático e vi sua agonia. Pensei nele.

O agradecimento de Che foi ensinar a Crespo a falar corretamente.

A 17 de julho de 1957, ao lado de Fidel, ao subescrever uma carta a Frank Pais, que seria assassinado a 30 de julho, na qual deveria apor sua patente, foi surpreendido quando Fidel lhe ordenou: "Ponha comandante". Assim, Che foi promovido a comandante, antes mesmo do que Raul, irmão de Fidel. Assumiu o comando da coluna 2, depois 4, de gloriosa trajetória. A pedido de Fidel, Celia Sánchez lhe entrega a estrela de comandante, uma estrela de ouro que imediatamente Che prega na sua boina preta.

Che, agora comandante e com autonomia de ação, planeja um golpe de grande repercussão para comemorar o 26 de julho, do ataque a Moncada. Tinha pensado atacar o quartel de Estrada Palma e depois destruir as guarnições de Yara e Veguitas. Teve que mudar de planos porque um forte contingente de Batista estava operando em Estrada Palma. Decide atacar o quartel de Bueyeito, ao sul de Bayano.

O exército de Batista na região tinha 31.508 homens e armamento moderno. Che contava com menos

de 300 homens mais ou menos bem armados. A arma automática de Che, na hora do ataque, não funcionou. Além de vencer esta batalha, pôde apoderar-se de armas, munições, veículos e mulas.

A partir desses combates, as forças de Batista, sucessivamente derrotadas, abandonam a montanha e se concentram nas planícies. Che, por sua vez, ao lado de suas tarefas de comandante, segue alfabetizando e medicando.

Em dezembro de 1957 Che é ferido num pé o que o força a arrastar-se por dois quilômetros. Também nesse mês, por determinação de Fidel, funda o jornal *El Cubano Libre*, um pasquim mimeografado, de circulação mensal, que era impresso na montanha e lido em Havana.

Também nessa época, Che constrói um hospital com folhas de zinco de Mesa, em plena montanha, onde há um armazém, forno de pão e uma fábrica de calçados.

Em fevereiro de 1958, Fidel e os comandantes Che, Almeida, Raul e Camilo, discutem e organizam o assalto ao quartel Pino del Agua, a 15 km de Mesa. É feito o reconhecimento: alta proteção do quartel com muros, trincheiras e armas pesadas. Atacar o quartel, concluem, é uma provocação. Fidel conduzirá as operações. A resistência dos soldados de Batista e a delação de camponeses agravam o quadro. No momento em que Che se prepara para entrar na luta direta, recebe uma ordem de Fidel: "Te recomendo, muito seriamente, que tenhas cuidado. Por ordem terminante, não assumas posição de combatente. Te ocupa de dirigir bem o pessoal que é o indispensável neste momento." Apesar de todo ardor para lançar-se na luta, o dever à disciplina, que ele tanto recomendava, obrigou-o à obediência. Mais tarde, a 19 de setembro, assinará com Camilo, Raul, Almeida, Celia Sánchez e 54 barbudos uma súplica de Fidel: "Por amor à Pátria, à causa e a nossas idéias, em nome das gerações passadas, presentes e futu-

ras, te pedimos que não arrisques mais a vida em combate."

Ainda em fevereiro, instala-se no acampamento de Mesa a Rádio Rebelde, até hoje em funcionamento, com uma antena de 20 metros.

Che tinha uma obsessão em ajustar contas com Sánchez Mosquera, um facínora, capitão do exército de Batista que saqueava camponeses e matava-os, estripando-os. Em abril há a possibilidade de um confronto, e Che lança-se ao combate sem levar em conta condições estratégicas. É recebido por uma saraivada de metralhadora. Protege-se atrás de uma rocha e seu fuzil Beretta se trava. Tem que se defender com a pistola, quando sofre um ataque de asma. Cerca do, é necessário escapar. No caminho tropeça e perde a pistola. Não pode seguir sem ela. Volta sobre seus passos para buscá-la. Sai ziguezagueando e depara-se com um jovem camponês com um fuzil abandonado por um fugitivo. Nesse momento dramático, ocorre o seguinte diálogo:

-Ajuda-me a sair daqui. Sou Che.

O camponês não se toca. Certamente nunca ouvira falar nele.

- Sabes atirar?

O camponês responde que não com um sinal de cabeça. Che explica como funciona. O menino - tinha 16 anos - indica o caminho para sair da situação e começa a disparar a esmo, o que aterroriza os soldados. Che consegue safar-se.

O exército de Batista prepara uma grande ofensiva contra a guerrilha na montanha. Entre 19 e 25 de maio, 14 batalhões, mais sete companhias, isto é, cerca de 10.000 homens apoiados pela aviação e pela marinha se distribuem nos contrafortes de Sierra Maestra. Do quartel de Moncada e da base de Bayamo vieram os tanques Sherman. A proporção para o combate era de um guerrilheiro para 35 soldados de Batista.

Diz o diário de Che: "Primeiro vieram os aviões com suas bombas de napalm. Em seguida a tropa penetrou em nosso território e se há

algo que sabemos fazer é atirar em alvo à vista. Nos apoderamos de várias de suas estações transmissoras, e assim podemos ordenar a seus aviões a bombardear suas próprias tropas."

Em seguida se travaram os combates de Mercedes, Minas de Frio, Jibacoa e Santo Domingo, onde Sánchez Mosquera é derrotado.

Fidel chama Che de "artista da guerrilha" e Che deita cátedra: "Quando uma coluna inimiga avança, deve ser cercada a partir dos quatro pontos cardeais; isso é o minueto". Che está exultante e aproveita para tomar o seu mate, cuja erva seu pai lhe envia regularmente, desde Buenos Aires, pelos mais diferentes meios, sob o nome de chá dos jesuítas...

Uma ordem militar de Fidel Castro de 21 de agosto de 1958 dá a Che poderes absolutos para tomar e organizar a vida revolucionária na província Las Villas, no centro de Cuba. A marcha começa sem veículos: há falta de combustível e o estrago das estradas pelo furacão Ella, impede o uso de caminhões. A marcha começa a cavalo e a pé, até a travessia do rio Cauto. Uma cheia força a travessia em balsa; impossível transportar os animais. A marcha segue a pé. A partir de Camagüey são requisitados veículos e cavalos.

É nesta marcha, cheia de obstáculos e dificuldades, que, entre as tarefas de unir as diferentes correntes políticas aliadas da Revolução, conhece em Santa Clara, a 28 de outubro de 1958, Aleida March, militante do M26-7, que será sua segunda mulher. Em consequência divorcia-se de Hilda.

À medida que o exército revolucionário avançava e ocupava novos territórios, também se fazia a reforma agrária sob a consígnia de que nenhum camponês ficaria sem terra e nenhuma terra ficaria sem cultivar.

Já contando com amplo apoio popular, a 8, nome da coluna comandada por Che, avança sem grande resistência. O quartel de Guayos

cai sem luta e no "grito". Che penetra no quartel e ordena ao oficial do dia: "Eu dou as ordens, porque sou o vencedor". A frase é tão peremptória e o conceito de Che é tal que o tenente entrega as armas.

Prepara-se a batalha decisiva por Santa Clara. Che reúne o seu Estado Maior e faz um balanço: conta com 364 homens, contra 4.000 do inimigo. Che tem consciência que o resultado dependerá da rapidez de ação, e desse resultado, a sorte da Revolução. A conquista de Santa Clara foi facilitada pelo apoio dado pela população que estava francamente a favor. As guarnições situadas antes de Santa Clara vão caindo uma a uma, praticamente sem luta. As rendições se sucedem. No cerco de Santa Clara um leiteiro previne

"... uma súplica de Fidel: 'Por amor à Pátria, à causa e a nossas idéias, em nome das gerações passadas, presentes e futuras, te pedimos que não arrisques mais a vida em combate'."

Raúl Corrales



" Vivenciando a rudeza do trabalho da colheita de cana, Che obstina-se na sua mecanização. Constrói duas colheitadeiras a partir de uma máquina velha, que foi desmontada para servir de base às suas. A partir daí se desenvolveram modelos mais eficientes de colheitadeiras de cana em Cuba."



as forças de Batista da presença do Exército Rebelde e o combate começa antes do previsto. Evitando o enfrentamento, Che orienta sua tropa a cercar a cidade e atacar em harmonia com a população civil que armava barricadas. No desespero, Batista anuncia a morte de Che Guevara. No dia seguinte, 30 de dezembro, ele desmente pessoalmente pelo rádio e com muita ironia. Desesperado, o Estado Maior de Batista manda fabricar um trem blindado que seria inexpugnável e que liquidaria o Exército Rebelde. Nas proximidades de Santa Clara, Che distribui sabotadores ao longo da ferrovia. Quando o monstro se aproxima, os trilhos voam pelos ares e o trem desencarrilha. Simultaneamente são jogadas bombas molotov no interior dos vagões, o que transforma a fortaleza inexpugnável em um forno para os soldados. Em poucas horas toda guarnição se rendia, entregando canhões anti-aéreos, metralhadoras e fabulosas quantidades de munição.

Inicia-se o ataque à Chefatura Provincial de Polícia, forte baluarte comandado pelo Coronel Rojas. Depois de um dia de intenso combate, Che é convidado a negociar com Rojas. Não havendo acordo, Rojas se rende.

A 1º de janeiro de 1959, a partir do 10º andar do Gran Hotel, Che Guevara delega a dois capitães a missão de pedir a rendição do quartel de Leoncio Vidal, a maior fortaleza do centro de Cuba, com 1.300 soldados. Estabelece-se um contato por rádio com Havana. Batista já havia fugido para Santo Domingo, deixando a responsabilidade dos exércitos ao coronel Castillo. Este adere ao Exército Revolucionário sem condições. Depois de eliminar os últimos redutos de resistência, Che vai ao quartel e intima o comandante Hernández: "Comandante, não é hora de discursos. Ou se rende ou abriremos fogo. Nada de trégua, a cidade está em nossas mãos." Ao meio-dia os primeiros soldados dei-

xam o quartel entregando suas armas. Havana é tomada por Camilo e Che, praticamente sem ter levado um tiro. A greve geral e o apoio popular mostrava ser improdutivo qualquer reação.

Diz Cormier: "Vinte e cinco meses após o desembarque suicida de Granma, toda a ilha de Cuba oferece um fantástico carnaval na rua, iniciado já a 2 de janeiro. Quanto a Che, descobre Havana, a capital que tinha ouvido falar desde a época de seu aprendizado revolucionário na Guatemala."

O embaixador, ministro e cortador de cana

Ganha a Revolução, vem a construção de um país cuja economia estava destruída e dependente do exterior, especialmente dos Estados Unidos.

A 9 de janeiro de 1959 o Conselho de Ministros proclama Che cidadão cubano, ao que ele responde que aceitaria cargos oficiais para ajudar a libertação do jugo da tirania.

A 2 de junho casa-se com Aleida, tendo Camilo e Ameijeiras como padrinhos.

A primeira missão que recebe de Fidel é visitar vários países como embaixador itinerante de Cuba. Assim, visita o Egito; entrevistando-se com Nasser; Sudão; Índia, quando entrevista-se com Nehru; Japão que o impressionou pela similitude de ilha; Indonésia, que lhe parece uma revelação; Iugoslávia, onde conhece o Marechal Tito; Ceilão, uma ilha menor do que Cuba.

A 7 de outubro, assume a direção do Instituto Nacional da Reforma Agrária. A 26 novembro diante da lentidão com que atuava o presidente do Banco Nacional, Felipe Pasos, é designado por Fidel para substituí-lo. Na condição de presidente do Banco Nacional devia saber matemática. Para isso teve aulas particulares de seu companheiro de viagem Salvador Vilaseca. Como Presidente do Banco Nacional devia assinar as cédulas de peso cubano;

o faz, firmando Che, em vez de seu nome de batismo. Essas cédulas hoje são procuradas e vendidas por valores crescentes.

Nessa condição, viaja novamente pelo mundo, detendo-se especialmente na URSS, onde se entrevista com Krushiov, e, na China, onde tem longas reuniões com Mao Tsé Tung e seus ministros.

A 24 de fevereiro de 1961 assume o Ministério de Indústrias.

Tanto como presidente do Banco Nacional, como Ministro de Indústrias, adorava o trabalho voluntário aos domingos e feriados.

Conta-me Merejo Curvelo, um revolucionário de 78 anos com ânimo juvenil, ex-latifundiário que entregou à Revolução uma linda fazenda de 2.000 ha, e que foi o primeiro interventor em usinas de açúcar expropriadas, que Che, aos domingos, saía às 5 horas da manhã para cortar cana. Conta Merejo que certo dia, querendo facilitar o trabalho de Che, colocou um bom trabalhador a seu lado para ajudá-lo a carregar os caminhões de cana. Esse é o trabalho mais duro na colheita. Che, percebendo a manobra de Merejo, simplesmente mudou de caminhão e foi fazer o trabalho como qualquer trabalhador.

Vivenciando a rudeza do trabalho da colheita de cana, Che obstina-se na sua mecanização. Constrói duas colheitadeiras a partir de uma máquina velha, que foi desmontada para servir de base às suas. A partir daí se desenvolveram modelos mais eficientes de colheitadeiras de cana em Cuba.

Como Ministro da Economia, Che fustigava as relações entre os países centrais e os países periféricos, estendendo o conceito também às relações cubano-soviéticas: "Como pode significar 'benefício mútuo' vender a preços de mercado mundial as matérias-primas que custam suor e sofrimentos sem limites aos países atrasados e comprar a preços de mercado mundial as máquinas produzidas nas grandes fábricas au-

tomatizadas do presente?

"Se estabelecemos esse tipo de relação entre os dois grupos de nações, devemos convir que os países socialistas são, de certa maneira, cúmplices da exploração imperial."

Na verdade, não era somente uma troca de matérias-primas por máquinas, nas relações entre Cuba e URSS. A parte essencial do acordo é que a URSS garantia a compra de uma alta cota de açúcar a preço fixo superior ao mercado internacional e Cuba recebia, em troca, petróleo cru a preços inferiores aos do mercado internacional. Cuba tinha a liberdade de vender o petróleo no mercado livre. Aliás, um dos primeiros sérios combates econômicos entre Cuba e USA foi que os norte-americanos proibiram suas refinarias, lei-am-se todas, de refinarem petróleo soviético. Isto determinou a nacionalização das refinarias, que passaram ao controle do governo cubano.

Novas e definitivas trincheiras

Em 1965 se prepara em Cuba um contingente de soldados negros. Vão lutar no Congo sob as ordens de Tatu, nome que assumirá Che na África, que significa três, na língua swahili. Na África foram treinados mais de 2.000 guerrilheiros africanos na base da instrução e da prática. Planeja um ataque ao quartel de Katanga. Prevê explodir a ponte ferroviária que cruzava o rio Kimbi e atacar a central hidrelétrica. O combate teve lugar em Fort Bendera. Em plena luta, diante das primeiras reações dos defensores do quartel, o contingente de africanos debanda da luta, deixando os voluntários cubanos em situação crítica, que se retiraram com muitas baixas.

Da África Che salta para a América do Sul, embrenhando-se nas selvas da Bolívia. Antes, de julho a setembro de 1966, Che prepara-se em Cuba. A 3 de novembro de 1966, Che chega no aeroporto de La Paz com o nome de Adolfo Mesa. A 7 de novembro, inicia sua ação e seu

diário na Bolívia.

Na Bolívia trata de organizar o destacamento guerrilheiro a partir de alguns companheiros que o acompanhavam desde Sierra Maestra, pretendendo o apoio logístico de Mario Monje, secretário do Partido Comunista Boliviano.

Monje reúne-se com Che, na área da guerrilha, dia 31 de dezembro de 1966. Assim relata Che em seu diário:

"Dezembro 31"

"As 7:30 h chegou o médico, com a notícia de que o Monje estava ali. Fui com Inti, Tuma, Urbano e Arturo. A recepção foi cordial, mas tensa; pairava no ar a pergunta: a que vens? Acompanhava-o "Pão Divino", o novo recruta, Tania que vem receber instrução e Ricardo que já fica".

A conversa com Monje começou com generalidades mas, em seguida, caiu no seu conteúdo fundamental, resumido em três condições básicas:

1) "Ele renunciava a direção do partido comunista, e conseguiria deste ao menos a neutralidade e se extrairiam quadros para a luta".

2) "A direção político-militar da luta ficaria com ele (Monje), enquanto o âmbito da revolução fosse boliviano".

3) "Ele manejaria as relações com ou outros partidos sul-americanos, tratando de levá-los à posição de apoio aos movimentos de libertação (colocou como exemplo Douglas Bravo)".

Che teria, assim, o seu primeiro e inesperado revés estratégico, já que entendimentos anteriores orientavam para um apoio do PCB à luta guerrilheira. Ademais, no encontro de 31 de dezembro, Monje deveria levar a chave para operar o ponto emissor do rádio, que asseguraria o contato com Havana. Sem a chave, Che recebia os chamados de Fidel, sem poder respondê-lo. Alta traição de Monje.

Segundo Cormier, a atitude de Monje foi decidida por Moscou, que não queria mexer com a América

Latina, em função dos acordos com os Estados Unidos, depois da crise dos mísseis, em que os soviéticos, sem entendimento prévio com os cubanos, retiraram os mísseis de Cuba em troca de os norte-americanos fazerem o mesmo com os seus da Turquia e dirigidos para a URSS.

A previsão de Che era ter a 20 de dezembro 250 homens treinados e aptos para a guerrilha. O destacamento guerrilheiro, entretanto, tinha somente 53 revolucionários. A 1º de fevereiro sai o grupo principal do destacamento comandado por Che: eram 15 cubanos e 12 bolivianos que partiram para o norte, em direção ao rio Grande. A marcha, destinada a explorar a região e com duração prevista de duas semanas levou seis. Nessa época, a direção da Juventude Comunista expulsa os militantes que tinham optado pela guerrilha.

Estatelece o acampamento de Ñacahuasú, com boa organização. Aí são preparados os guerrilheiros para o combate e para a vida, pois incluíam-se, com o treinamento militar, aulas de gramática, economia, história boliviana. A título facultativo, à noite Che dá aulas de francês e recebe aulas de quechua, dialeto boliviano.

Em seu diário Che não esquece de registrar o aniversário de cada um de seus cinco filhos.

Em março o acampamento é descoberto e ocupado pelo exército de Barrientos, produto de uma delação de um desertor, o que obriga Che a mudar o codinome de Ramón para Fernando. Segundo Debray, nessa época a rede urbana estava sob controle da embaixada norte-americana e da CIA, e, a 18 de abril, o agente da CIA George Andrew Roth vai a Lagunillas para investigar se Che fazia parte da guerrilha, sob o codinome de Ramón. Sucedem-se as deserções e as delações, causando severas baixas ao destacamento guerrilheiro. A 31 de agosto, um camponês



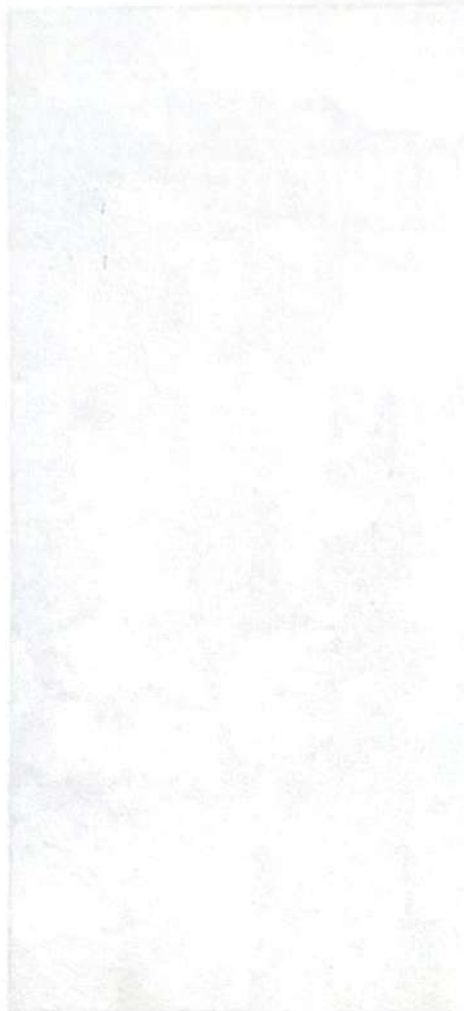
delator leva a retaguarda do destacamento a uma emboscada nas margens do rio Grande, onde são mortos sete guerrilheiros. No balanço mensal de 30 de setembro, Che registra: "A tarefa mais importante é zarpar e procurar zonas mais propícias; em seguida buscar os contatos, apesar de que todo aparelho está desarticulado em La Paz, onde também nos deram duros golpes."

O amanhecer do dia 8 foi mau: a saúde de alguns guerrilheiros - Chico e Moro - piorava; ao beberem água em um arroio são vistos por um camponês, filho do prefeito de La Higuera, que corre a avisar o responsável pelo posto militar, tenente Carlos Pérez Pañoso. Este se comunica por rádio com seus superiores acantonados nos arredores. Preparam uma tropa de 320 homens fortemente armados e assessorados por dois conselheiros norte-americanos. Outros companheiros na região recebem ordens para se deslocarem para as escarpas do Churro, onde a colu-

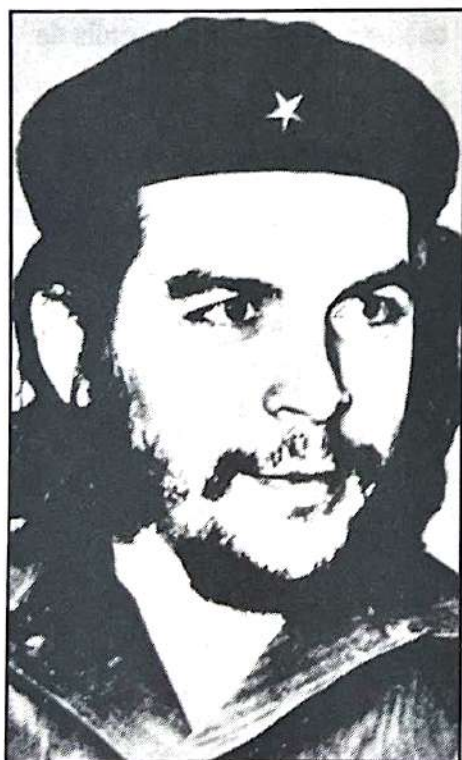
na de Che está cercada. Nessa situação crítica, Che analisa o quadro e vê que está cercado e todas as saídas bloqueadas. Há um exército bem armado espalhado por todas as saídas das escarpas. Che determina que a coluna se separe e seus integrantes busquem refúgio nas grutas e covas das escarpas. Che parte com Chico, que está surdo, com os pés arrebatados no interrogatório em Lima e que via mal com suas grossas lentes. Não podendo caminhar, Chico apoia-se em Che para alcançar o local de reunião previsto, situado a pouco mais de um quilômetro. Antes de chegar a uma pequena plataforma, Chico tropeça, perde os óculos e se põe de quatro a procurá-los. Che vai ajudá-lo e se expõe na mira de um ninho de metralhadoras, comandado pelo sargento Bernardino Huanca. Os soldados abrem fogo e Che é atingido embaixo da panturrilha direita. Che reage, mas sua carabina M-1 está fora de combate porque uma bala a atravessa. Saca seu revólver que não tem mais

"... Moscou, que não queria mexer com a América Latina, em função dos acordos com os Estados Unidos, depois da crise dos mísseis, em que os soviéticos, sem entendimento prévio com os cubanos, retiraram os mísseis de Cuba em troca de os norte-americanos fazerem o mesmo com os seus da Turquia e dirigidos para a URSS."





" Este ajuda Che a levantar-se do banco da escola, no qual aguardava serenamente Téran é tomado pelo medo e não consegue atirar. Che lhe diz: 'Atira, não tenhas medo! Atira!'"



balas. Resta-lhe o punhal Solingen. Apesar de tudo, Che e Chico chegam à plataforma e Che se ocupa de estancar a hemorragia de sua perna. O barulho das granadas e do tiroteio impede Che de escutar a aproximação do inimigo. Três soldados descobrem os dois guerrilheiros e o soldado Balboa corre para buscar o sargento Huanca, que agarra Che e Chico. Huanca e seus soldados capturam também Willy que estava perto. Huanca se comunica com o capitão Prado, que informa de imediato a Vallegrande a captura de Ramón (Che) com esta mensagem:

"Hora: 15:30. Caída de Ramón confirmada. Espero ordens. Está ferido."

Che e seus companheiros são levados para La Higuera e são colocados em uma escolinha. Nessa escola Che passa a última noite de sua vida.

Durante a noite há toda sorte de torpezas contra Che, a ponto de ele, mesmo com as mãos atadas, ter dado uma bofetada em Andrés Selich.

Às 23 horas chega uma mensagem de Vallegrande: "Mantenham Fernando vivo até minha chegada amanhã de manhã, à primeira hora, em helicóptero. Coronel Zenteno Anaya."

Durante a noite os oficiais e o prefeito de La Higuera se embriagam e discutem a liquidação de Che. Para evitar a consumação e para cumprir as ordens de Anaya, Ayoroa e Prado escolhem entre os jovens oficiais aqueles mais disciplinados para ficarem junto a Che. Mario Lorenzetti está entre eles e se sente fascinado por Che, a ponto de dar-lhe uma manta e um cigarro. A professora da escolinha, na manhã seguinte, 9 de outubro, vai à sala onde está Che. Este, com voz baixa e muito cansada, fala da importância da tarefa que ela desempenha e também que sua escola é palco de um acontecimento que mais tarde pertencerá à his-

tória da América Latina. Durante a noite Che falou a Lorenzetti de sua luta e exploração em que viviam os povos oprimidos da América Latina. Registra a crônica que Lorenzetti esteve a ponto de libertar Che.

Às 6h30min chega o helicóptero com o Coronel Anaya e o cubano, agente da CIA, Félix Ramos. Anaya troca algumas palavras sem importância com Che e, em seguida, tem violenta discussão com Ramos. Nesse momento Barrientos recebe uma chamada telefônica do Ministro de Relações Exteriores da Bolívia, Dr. Walter Guevara Arce, que estava no exterior e diz: "Me parece da maior importância que se preserve a vida de Che Guevara." Barrientos segue a orientação recebida na noite anterior do embaixador norte-americano em La Paz: "Washington considera necessário eliminar Che."

Às 10 horas chega em La Higuera a ordem de matar Che.

Enquanto a jovem professora da escola Elida Hidalgo leva uma sopa a Che, Anaya propõe a Félix Ramos, ele próprio, liquidar Che, se o deseje. Decide-se, de acordo com Selich e Anaya, escolher três suboficiais voluntários para cumprirem a missão e escolhem Mario Téran, que estava de aniversário.

Este ajuda Che a levantar-se do banco da escola, no qual aguardava serenamente. Téran é tomado pelo medo e não consegue atirar.

Che lhe diz: "Atira, não tenhas medo! Atira!"

O soldado não consegue atirar. Embebedam-no ainda mais e o instigam a atirar, até que, às 13:30 min dá uma rajada de metralhadora, uma UZI belga, e Che fecha os olhos. Mas Che segue vivo. A última bala, no coração de Che, segundo os órgãos de segurança cubanos foi disparado por Félix Ramos.

O corpo de Che é levado de helicóptero a Vallegrande, onde suas mãos são decepadas e o corpo é segundo o governo, queimado; na

verdade foi enterrado perto do campo de aviação de Vallegrande, ao lado da pista.
Assim desaparece o "guerrilheiro heróico".

O motivo do fracasso e das vitórias

A par da análise feita por Fidel, na introdução do "Diário de Che", publicado em Havana em 1968, em consequência da ação do Ministro do Interior de Barrientos, Antonio Arguedes, e que reproduzirei adiante, e sem questionar o heroísmo insuperável de Che, podem-se alinhar alguns fatores que levaram ao fracasso o Contingente Guerrilheiro que operou sob o comando de Che Guevara:

- traição do Partido Comunista Boliviano, que negou o indispensável apoio logístico;
- posição dúbia da URSS, que adotou uma neutralidade comprometedora;
- a queda do acampamento central;
- segundo Prestes, o erro estratégico de Che foi desconhecer o terreno da guerrilha; opinião compartilhada por Debray;
- certa apatia na adesão de camponeses, porque a Bolívia havia feito uma distribuição de terras.

Fidel Castro, em "Uma introdução necessária" ao diário de Che na Bolívia, faz uma profunda análise da ação imperialista e do significado da guerrilha para a libertação dos povos de seu jugo.

Eis alguns trechos da "Introdução":

"Desde o ponto de vista revolucionário da publicação do "Diario del Che" na Bolívia, não admite alternativa. O Diario del Che ficou em poder de Barrientos, que imediatamente entregou uma cópia à CIA, ao Pentágono e ao governo dos Estados Unidos. Jornalistas chegados à CIA tiveram acesso ao documento na própria Bolívia e tiraram cópias fotostáticas do mesmo,

mas com o compromisso de se absterem no momento de publicá-lo."

"O governo de Barrientos e os mais altos chefes militares têm sobradas razões para não publicar o diário, onde se pode constatar uma imensa incapacidade de seu exército e as incontáveis derrotas que sofreram em mãos de um bando de guerrilheiros decididos, que em poucas semanas arrebatou-lhe em combate cerca de duzentas armas."

"Che descreve Barrientos e seu regime nos termos a que são merecedores com palavras que não poderão se apagar da história."

"Por outro lado, o imperialismo tinha também as suas razões: Che e seu exemplo extraordinário ganham força cada vez maior no mundo. As suas idéias, o seu retrato, o seu nome, são bandeiras de luta contra as injustiças entre os oprimidos e explorados e suscitam o interesse apaixonado entre os estudantes e os intelectuais do mundo inteiro."

"Para muitos, entre o 26 de julho de 1953, ataque ao Quartel Moncada em Santiago de Cuba, e o 02 de dezembro de 1956, desembarque do "Granma", a luta revolucionária em Cuba frente a um exército moderno e bem armado carecia de toda perspectiva e a ação de um punhado de combatentes era vista como uma quimera de idealistas que estavam profundamente equivocados. A derrota rotunda e a dispersão total do inexperiente destacamento guerrilheiro em 05 de dezembro de 1956 pareceram confirmar inteiramente os augúrios pessimistas...Mas, só 25 meses depois, os restos daquela guerrilha tinham desenvolvido já a força e experiência necessárias para aniquilar aquele exército."

"Para não lutar, sempre sobra-
rão os pretextos em todas as épocas e em todas as circunstâncias, mas será o único caminho para não obter nunca a liberdade. Che, não só sobreviveu às suas idéias, mas soube fecundá-las com o seu san-

Carta de despedida aos seus pais

"Queridos viejos:

"Otra vez siento bajo mis talones el costillar de Rocinante, vuelvo al camino con mi adarga al brazo.

"Hace de esto casi diez años, les escribi outra carta de despedida.

"Según recuerdo, me lamentaba de no ser mejor soldado y mejor médico; lo segundo ya no me interesa, soldado no soy tan malo.

"Nada há cambiado en esencia, salvo que soy mucho más consciente, mi marxismo está enraizado y depurado. Creo en la lucha armada como única solución para los pueblos que luchan por liberarse y soy consecuente con mis creencias. Muchos me dirán aventurero, y lo soy, sólo que de un tipo diferente y de los que ponen el pellejo para demostrar sus verdades.

"Puede ser que ésta sea la definitiva. No lo busco pero está dentro del cálculo lógico de probabilidades. Si es así, va un último abrazo.

"Los he querido mucho, sólo que no he sabido expresar mi cariño, soy extremadamente rígido en mis acciones y creo que a veces no me entendieron. No era fácil entenderme, por outra parte, créanme, solamente, hoy.

"Ahora, una voluntad que he pulido com delectación de artista, sostendrá unas piernas flácidas y unos pulmones cansados. Lo haré.

"Acuérdense de vez en cuando de este pequenõ condottiero del siglo XX. Un beso a Celia, a Roberto, Juan Martin y Polotin, a Beatriz, a todos. Un gran abrazo de hijo pródigo y recalcitrante para ustedes.

Ernesto"

gue. Com toda a certeza os seus críticos pseudo-revolucionários, na sua covardia política e na sua eterna falta de ação, sobrevivirão à evidência da sua própria estupidez."

"Mais um pouco fez o grupo de guerrilheiros bolivianos que havia permanecido até então na organização de Monje. Dirigidos por Inti e Coco Peredo, que depois demonstraram ser valorosos e destacados combatentes, apartaram-se daquele e apoiaram decididamente o Che. Mas Monje, não satisfeito com o resultado, dedicou-se a sabotar o movimento, interceptando em La Paz militantes comunistas bem treinados que se uniriam às guerrilhas. Estes fatos demonstram como existem nas filas revolucionárias homens bem dotados de condições necessárias para a luta, cujo desenvolvimento é criminalmente frustrado por dirigentes incapazes, charlatões e manobreiros."

"Seguindo-se cuidadosamente os acontecimentos, ver-se-á que, mesmo quando o número de homens com que contava em setembro, algumas semanas antes da sua morte, era muito reduzido, ainda a guerrilha mantinha capacidade de desenvolvimento e alguns quadros bolivianos, como os dos irmãos Inti e Coco Peredo, destacavam-se com excelentes perspectivas de chefes. Foi a emboscada de Higuera a única ação de êxito que teve o exército contra o destacamento de Che, matando a sua vanguarda e ferindo vários homens a mais em pleno dia, quando trasladavam-se para uma região camponesa com maior desenvolvimento político - objetivo este que não aparece consignado no diário, mas que foi sabido graças aos sobreviventes -, o que criou uma situação insuperável para eles. Este avanço de dia pela mesma rota que vinham seguindo durante várias jornadas, com o inevitável

amplo contato com os moradores daquela região que cruzavam pela primeira vez e com absoluta certeza de que o exército deveria interceptá-los em algum ponto, era sem dúvida perigoso. Mas Che, plenamente consciente disso, decidiu correr o risco para ajudar o médico que vinha muito mal fisicamente."

"Como realmente ninguém tem uma resposta honrada nem ação conseqüente que implique uma esperança real aos quase 300 milhões de seres humanos que compõem a população da América Latina, desoladoramente pobres na sua maioria, que serão 600 milhões daqui a 25 anos e que têm direito à vida material, à cultura e à civilização, então o mais decoroso seria o silêncio ante um gesto de Che e os que com ele caíram defendendo as suas idéias com coragem, porque a façanha que este punhado de homens realizou, guiados por um nobre ideal, de redimir um continente, ficará como a prova mais alta do que podem a vontade, o heroísmo e a grandeza humanas. Exemplo que iluminará as consciências e presidirá a luta dos povos da América Latina, pois o grito heróico do Che chegará até o ouvido receptivo dos pobres e explorados por quem ele deu a sua vida e muitos braços se prestarão para empunhar as armas e conquistar a sua definitiva libertação."

"Foi possível constatar que Che esteve combatendo ferido até que o cano do seu fuzil M-2 foi destruído por um disparo, inutilizando-o totalmente. A pistola que carregava estava sem magazine. Estas incríveis circunstâncias explicavam que pudessem encontrá-lo vivo. As feridas nas pernas impediam-no de andar sem ajuda, mas não eram mortais."

"Levado ao povoado de Higuera permaneceu com vida ao

redor de 24 h. Negou-se a discutir uma só palavra com os seus captores, e um oficial embriagado que tentou vexá-lo recebeu uma bofetada em pleno rosto. Reunidos em La Paz, Barrientos, Ovando e outros altos chefes militares tomaram a decisão de assassiná-lo. São conhecidos os detalhes da forma com que procederam para cumprir o aleivoso acordo na escola do povoado de Higuera. O major Miguel Ayoroa e o coronel Andréa Selich, rangers treinados pelos ianques, instruíram o suboficial Mario Téran para que procedesse ao assassinato. Quando este, completamente embriagado, entrou no recinto, Che - que tinha escutado os tiros com que acabaram de ultimar um guerrilheiro boliviano e outro peruano -, vendo que o verdugo vacilava disse com inteireza: "Atire! Não tenha medo!". Este se retirou e novamente foi necessário que os superiores Ayoroa e Selich repetissem a ordem, que

este cumpriu, disparando-lhe da cintura para baixo uma rajada de metralhadora. Já tinha sido dada a versão de que o Che havia morrido várias horas depois do combate. Por isso, os executores tinham ordens de não atirar no peito, nem na cabeça, para não produzir feridas fulminantes, o que provocou cruelmente a agonia de Che até que o sargento, também bêbado, com um tiro de pistola no lado esquerdo acabou de matá-lo. Tal proceder contrasta brutalmente com o respeito de Che, sem uma só exceção, para com a vida dos numerosos oficiais do exército boliviano que fez prisioneiros."

Consolidada a Revolução Cubana, Che prepara-se para lutar "em outras terras do mundo". Tomada a decisão de partir, deixa com Fidel três cartas: para seus pais (viejos), para o próprio Fidel e para seus filhos". (Veja nas páginas 76, 77 e 78)

Carta aos filhos

"Queridos Hildita, Aleidita, Camilo, Celia y Ernesto:

"Si alguna vez tienen que leer esta carta, será porque yo no esté entre Uds.

"Casi no se acordarán de mi y los más chiquitos no recordarán nada.

"Su padre ha sido un hombre que actúa como piensa y seguro, ha sido leal a sus convicciones.

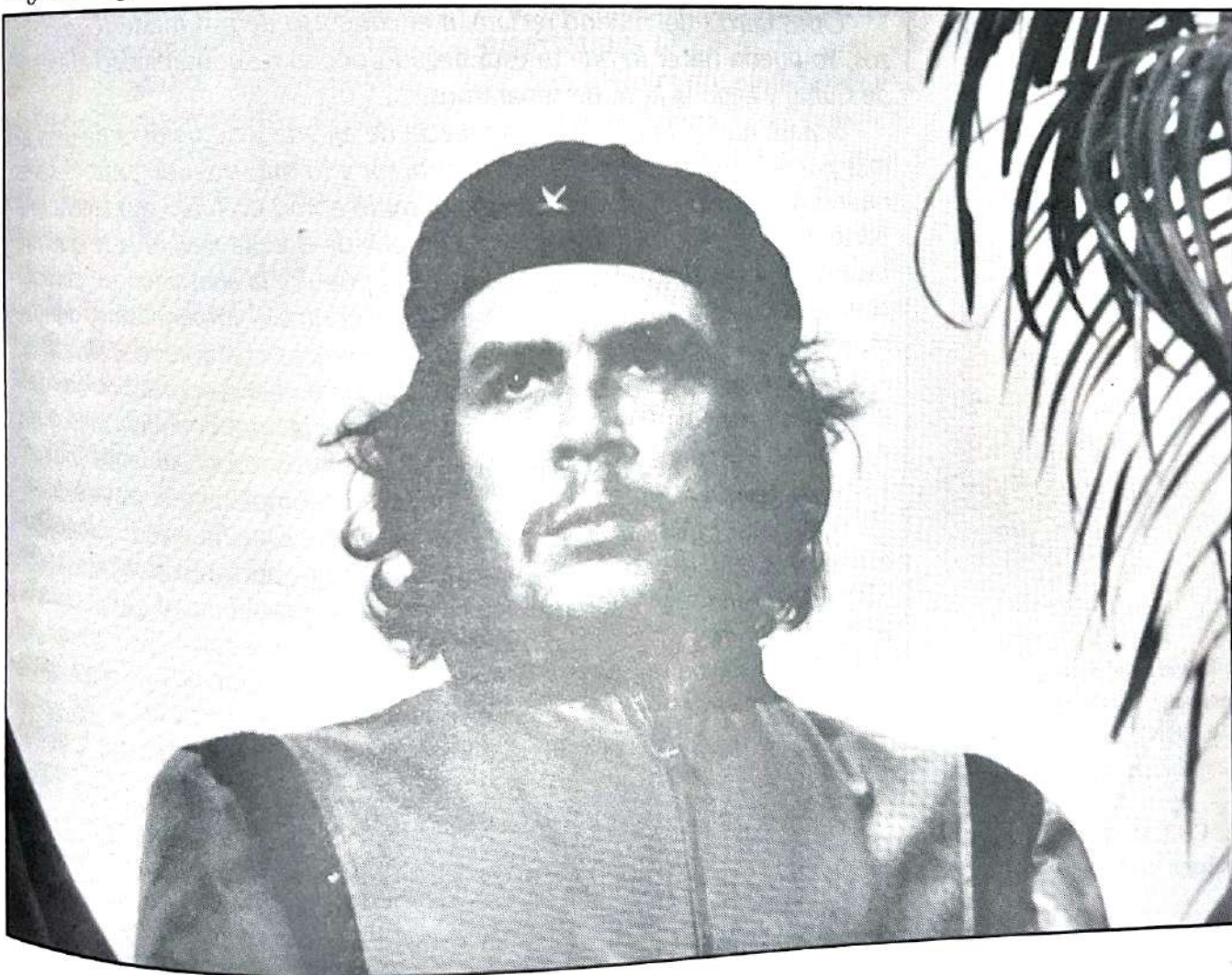
"Creczan como buenos revolucionarios. Estudien mucho para poder dominar la técnica que permite dominar la naturaleza. Acuérdense de que la Revolución es lo importante y que cada uno de nosotros, solo, no vale nada.

"Sobre todo, sean capaces de sentir en lo más hondo cualquier injusticia cometida contra cualquiera en cualquier parte del mundo. Es la cualidad más linda de un revolucionario.

"Hasta siempre hijitos, espero verlos todavía. Un beso grandote y un abrazo de

Papá"

Negativo original da foto "Guerrilheiro Heróico"



Korda, 1960

Me recuerdo en esta hora de muchas cosas, de cuando te conocí en casa de Maria Antonia, de cuando me propusiste venir, de toda la tensión de los preparativos.

"Un día pasaron preguntando a quién se debía avisar en caso de muerte y la posibilidad real del hecho nos golpeó a todos. Después supimos que era cierto, que en una revolución se triunfa o se muere (si es verdadera). Muchos compañeros quedaram a lo largo del camino hacia la victoria.

"Hoy todo tiene un tono menos dramático porque somos más maduros, pero el hecho se repite. Saliento que he cumplido la parte de mi deber que me ataba a la Revolución Cubana en su territorio y me despido de ti, de los compañeros, de tu pueblo, que ya es mio.

"Hago formal renuncia de mis cargos en la Dirección del Partido, de mi puesto de ministro, de mi grado de comandante, de mi condición de cubano. Nada legal me ata a Cuba, sólo lazos de otra clase que no se pueden romper como los nombramientos.

"Haciendo un recuento de mi vida pasada, creo habre trabajado con suficiente honradez y dedicación para consolidar el triunfo revolucionario. Mi única falta de alguna gravedad es no haber confiado más en tí desde los primeros momentos de la Sierra Maestra y no haber comprendido con suficiente celeridad tus cualidades de conductor y de revolucionario. He vivido días magníficos y sentí a tu lado el orgullo de pertenecer a nuestro pueblo en los días luminosos y tristes de la crisis del Caribe.

"Pocas veces brilló más alto un estadista que en esos días, me enorgullecó también de haberte seguido sin vacilaciones, identificado con tu manera de pensar y de ver y apreciar los peligros y los principios.

"Otras tierras del mundo reclaman el concurso de mis modestos esfuerzos. Yo puedo hacer lo que te está negado por tu responsabilidad al frente de Cuba, y llegó la hora de separarnos.

"Sépase que lo hago con una mezcla de alegría y de dolor, aquí dejo lo más puro de mis esperanzas de constructor y lo más querido entre is seres queridos... y dejo un pueblo que me admitió como un hijo; eso lacera una parte de mi espíritu. En los nuevos campos de batalla llevaré la fe que me inculcaste, el espíritu revolucionario de mi pueblo, la sensación de cumplir con el más sagrado de los deberes: luchar contra el imperialismo, dondequiera que esté; esto reconforta y cura con creces cualquier desgarradura.

"Digo una vez más que libero a Cuba de cualquier responsabilidad, salvo la que emane de su ejemplo. Que si me llega la hora definitiva bajo otros cielos, mi último pensamiento será este pueblo y especialmente para ti. Que de doy las gracias por tus enseñanzas y tu ejemplo al que trataré de ser fiel hasta las últimas consecuencias de mis actos. Que he estado identificado siempre con la política exterior de nuestra Revolución y lo sigo estando. Que en dondequiera que me pare, sentiré la responsabilidad de ser revolucionario cubano, y como tal actuaré. Que no dejo a mis hijos y mi mujer nada material y no me apena: me alegra que así sea. Que no pido nada para ellos pues el Estado les dará lo suficiente para vivir y educarse.

"Tendría muchas cosas que decirte a ti y a nuestro pueblo, pero siento que son innecesarias, las palabras no pueden expresar lo que yo quisiera, y no vale la pena emborronar cuartillas.

"Hasta la victoria siempre. Patria o muerte!

"Te abraza con todo fervor revolucionario.

Referências:

CORMIER, J. **La vida del Che**, Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1997, 378p.

CUPULL, A. y GONZALEZ, F. **La CIA contra el Che**, La Habana: Editora Política, 1992, 373 p.

GUEVARA, E. CHE. **El diario del Che en Bolívia**, La Habana: Instituto del Libro, 1968, 346 p.

A guerra dos Estados Unidos contra a América Central

Quando chegamos na Nicarágua em janeiro de 1980, para começarmos as reportagens que formariam o livro "Libre Nicarágua Livre" (Ed. Do Autor, 170 páginas), os manuais de história contabilizavam 47 intervenções militares dos Estados Unidos em países do Caribe e América Central.

O México perdeu a metade dos seus quatro milhões de quilômetros quadrados, a Colômbia o canal do Panamá, e países como o Haiti, República Dominicana e Nicarágua foram obrigados a conviver com tropas estrangeiras por dezenas de anos. Dessas invasões, restaram algumas coisas em comum: a instalação de grandes monopólios norte-americanos, a criação de Guardas Nacionais subalternas, e o nascimento de monstros políticos aliados, do tipo de Duvalier (Haiti), Trujillo (Rep. Dominicana), e o inocente e honesto clã dos Somoza na Nicarágua.

Por isso não é à toa que a vida e a política interna desses pequenos e indefesos países, estejam permanentemente misturadas aos negócios particulares dos Estados Unidos, que com o tempo se transformaram também no segundo mercado de trabalho para os jovens da área. Afinal, para ir do Caribe à Flórida é um pulo, e a correnteza do Golfo do México faz o serviço de graça.

Agora, o que pouca gente imaginava naquele distante janeiro de 80 é que, apesar dos escom-

pros em que havia se transformado a Nicarágua, o país teria que enfrentar uma segunda guerra, talvez ainda mais dura que a travada quase vinte anos contra a ditadura dos Somoza. Essa foi uma guerra contra os mercenários, o dinheiro, a CIA e as campanhas de contra-informação de Washington.

Durante dez anos seguidos, os Estados Unidos financiaram um exército de 12 mil "contras" e ex-somozistas, decretaram o embargo econômico e comercial, explodiram em 1984 portos e estradas, e financiaram, à luz do dia, atentados e sabotagens que provocaram ruínas e um prejuízo que a Corte Internacional de Haia estimou em 17 bilhões de dólares, uma indenização que os gringos ainda não pagaram.

Considerando a relativa pobreza e o isolamento do país, surpreende hoje que os sandinistas tenham se agüentado no poder durante dez anos, e realizado algumas reformas sociais importantes, como a reforma agrária, as campanhas de alfabetização, de saúde, habitação popular e políticas culturais nacionalistas e independentes.

Durante algum tempo - e talvez ainda o seja - a Nicarágua representou a esperança da construção de uma sociedade diferente, isenta da praga do individualismo e dos valores da dependência e do consumismo.

Hoje, quase quarenta anos depois da Fundação da Frente San-

Mariléa M. Leal Caruso,
Profª do Departamento de
Geociências, CFH-UFSC
Raimundo C. Caruso,
jornalista

dinista de Libertação Nacional em 1961, e uma guerra contínua que fez cem mil mortos, Manágua é governada novamente por uma classe política que conhecemos também aqui no Brasil: os ruralistas, grandes comerciantes, banqueiros, igreja conservadora e politiquinhos de toda espécie.

Se o sandinismo foi derrotado ou terá que inventar outros caminhos, ninguém sabe. O fato é que tanto sofrimento não desa-

parecerá assim de uma hora para a outra da memória de ninguém. Com quatro milhões de habitantes, 120 mil quilômetros quadrados e uma economia basicamente agrícola que a guerra jamais permitiu desenvolver plenamente, Nicarágua é hoje um enigma.

Ainda mais agora, nesses tempos implacáveis do liberalismo imposto em meio mundo pelas grandes corporações multinacionais. (R.C.C.)"



Sandinistas entrando em Manágua, em 19 de julho de 1979

Derrota eleitoral, intervenção e os dilemas do sandinismo

Mãe de quatro filhos, ex-prisioneira política, ex-combatente da FSLN e hoje deputada na Assembléia Nacional, Mônica Baltodano faz parte da direção nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Nesta entrevista ela comenta os dilemas da revolução nicaragüense e o sentimento da "globalização" para América Central

A pesar de tudo, acredito que ainda faz sentido e tem atualidade, hoje, na América Latina, a palavra "revolução". E não apenas para os centro-americanos, onde vivemos mais de perto essa realidade. Isso é uma referência muito clara para nós, e principalmente na Nicarágua, onde pela primeira vez a população teve acesso à educação, à saúde e também teve um sentido para a sua vida. Isso qualquer um pode observar na recente campanha eleitoral, na expressão das pessoas.

Mas, eu creio que essa palavra tem vigência, sobretudo na América Latina. Por exemplo, nos últimos vinte anos nós assistimos à abertura de processos democráticos em países que viviam sob regimes ditatoriais, sob ditaduras ferozes, e esses processos democráticos não nos foram apresentados nem pela burguesia e nem pelos Estados Unidos ou qualquer outro estado imperial. Esses processos democráticos, foram conquistados com muito sangue e com muita luta. Porém, apesar de terem deixado



Mônica Baltodano,
deputada sandinista

**"... com relação à Nicarágua, a
revolução havia estabelecido um
caminho que não pôde transitar, de
maneira que ninguém pode nos
dizer que este caminho fracassou."**

muitas coisas positivas, esses processos ainda não conseguiram resolver as grandes carências sociais, as grandes contradições entre o capital e o trabalho, ou entre o desenvolvimento da humanidade e a pobreza vigente, em grau tão elevado em nossos países.

No caso da América Latina a democracia tradicional não foi capaz de resolver esses problemas, e, com relação à Nicarágua, a revolução havia estabelecido um caminho que não pôde transitar, de maneira que ninguém pode nos dizer que este caminho fracassou. Nós sofremos numerosas intervenções norte-americanas, bloqueios, pressões, bombardeios de portos, treinamento e financiamento dos "contras", mercenários, etc. Não,

não, a palavra revolução é vigente, ainda está na ordem do dia na América Latina.

E na América Central, certa democracia só foi possível porque houve guerra revolucionária e também idéias transformadoras. Isso aconteceu em El Salvador e também na Guatemala, onde os guerrilheiros, com idéias revolucionárias, obrigaram o regime a fazer mudanças democráticas.

Olha, nós não podemos dizer que a democracia burguesa e capitalista se instituiu para toda a eternidade, ou para o que resta de vida para a humanidade. Nós acreditamos que os conflitos que expressam esse tipo de democracia e a economia capitalista, indicam claramente que não é esse o sistema que vai trazer a felicidade e a igualdade "a la gente". Pensamos que há outras formas de fazer economia, de construir e de propiciar a convivência entre as pessoas. Veja o culto do consumo, do individualismo... Então, em que nós acreditamos? Acreditamos que estamos transitando um espaço, onde aparentemente as forças reacionárias e as forças de direita venceram as forças democráticas e que por isso, dizem, não haveria mais esperança. Mas não é verdade. Não passa de uma etapa transitória, que não nos pode abater porque a filosofia que nos anima é a luta permanente e a resistência contra a opressão. Enquanto não houver justiça e enquanto exista a exploração do trabalho do homem, nós não podemos falar do fim, de que a luta terminou. E esse não é jamais um esforço inútil.

Nós os sandinistas fizemos em dez anos, desde o triunfo em 1979, importantes transformações na economia, na educação e nas questões ideológicas. Nós possuímos, por exemplo, um exército e uma polícia que não correspondem aos esquemas tradicionais dos exércitos latino-americanos, com uma matriz de formação burguesa e re-

acionária. Pelo contrário, seus comandos foram formados no contexto da ideologia revolucionária. Mas, o que é que acontecia antes? Com o pretexto da "Segurança Nacional", esses exércitos eram verdadeiras forças anti-subversivas, contrarrevolucionárias, e que atuavam contra a população dos seus países porque, supostamente, os que se alçavam ou lutavam estavam afetando a dita "segurança nacional", e então reprimiam a cidadania desses países. E isso na Nicarágua, com o Exército Sandinista, hoje denominado Exército Nacional, acabou.

Mas, de nenhuma maneira a política sandinista é uma linha reta. Quando perdemos as eleições em 1990 e vem o governo de Violeta Chamorro, e alguns antigos donos de terras desapropriadas para a reforma agrária pretenderam recuperá-las, muitas cooperativas se defenderam com as armas na mão. Com isso quero dizer que não inibimos alguns setores a que se defendam como acharem mais conveniente.

E esta política tem sérios custos eleitorais. Na eleição presidencial de 96, a direita e os conservadores aproveitaram para dizer que somos violentos, que não somos democráticos, que ainda não abandonamos as nossas idéias guerrilheiras. E essa conversa repercute seriamente entre as pessoas politicamente mais atrasadas, na hora de votar. Este é um dos nossos paradoxos e dilemas mais gritantes, isto é ser uma força e um partido que quer conquistar o poder pela via eleitoral, e que portanto, tem que ganhar votos no mercado eleitoral. Ora, esse mercado não é ainda um mercado completamente consciente. Então compreendo? Por um lado somos um partido que precisa de votos, e por outro somos também um movimento que não renunciou à revolução, que não renunciou à luta. Por isso estamos dispostos a defender de qualquer maneira as conquistas sociais que o sandinismo

outorgou à Nicarágua. E essa conduta política de certa maneira nos dividiu. E agora voltamos ao mesmo dilema porque dizemos: temos que disputar as eleições no ano dois mil. Ora, isso é certo, mas para poder participar dessa disputa precisaremos existir. E como será possível se não nos defendermos agora?

Entre a revolução e as eleições

Se podíamos retomar pelas armas o país? Olha, não digo que ninguém tenha pensado um dia nessa possibilidade. À dona Violeta Chamorro, nós poderíamos ter feito assim (e faz com a mão um movimento de quem espanta um mosquito) mas temos que levar em conta a geopolítica e nossas relações com o mundo. Não creio que poderíamos sobreviver se tomássemos o poder pelas armas, hoje. Seria muito difícil. Por isso temos que apostar na recuperação do governo pela via democrática tradicional, através das eleições. Mas também não podemos apostar tudo nas eleições ou nos desnaturalizar ou deixarmos de ser uma força revolucionária para ser uma simples força eleitoreira. É essa a grande discussão: ou nos convertemos num partido eleitoral, cuja única ambição é ganhar eleições, ou continuamos sendo um partido revolucionário que tem a obrigação e a responsabilidade de tratar de recuperar o governo como um importante instrumento para a realização de uma série de transformações sociais que consideramos indispensáveis. Apesar de não ser o único, o governo é instrumento chave. No entanto, não colocamos todos os ovos nessa cesta, pois isso nos desmobilizaria. Não podemos ignorar que os ex-somozistas de certa forma lutam para voltar ao poder no país. Como então não resistir? Todos sabem que eles avançam no campo político, no controle dos meios de comunicação e principalmente na orientação da educação

"Por um lado somos um partido que precisa de votos, e por outro somos também um movimento que não renunciou à revolução, que não renunciou à luta. Por isso estamos dispostos a defender de qualquer maneira as conquistas sociais que o sandinismo outorgou à Nicarágua."

"... tivemos que combater a idéia de que uma vitória sandinista iria provocar uma nova intervenção dos Estados Unidos, que de novo tentariam invadir e que voltaríamos à guerra."

formal. Hoje temos na Nicarágua um ministro da educação que é da Opus Dei, com idéias religiosas anteriores à revolução francesa.

Agora observem a mudança que está havendo com relação à luta armada em determinados países. Por exemplo, no México, os "zapatistas" declararam que o seu objetivo não é derrubar o governo mas sim conseguir coisas muito concretas e muito específicas. "Queremos que nos ouçam", dizem, "queremos que saibam dos problemas". E no nosso caso, nicaragüenses, se chega um latifundiário que pela força quer desalojar os camponeses de uma cooperativa, consideramos que é legítimo que eles se defendam da maneira que acharem necessário. Não podemos concordar que pensem que um camponês seja igual a uma barata, que possa ser jogada no lixo e destruam a reforma agrária.

Já nas eleições presidenciais em que fomos derrotados - ganhamos 40% dos votos - o fator externo teve uma importância muito grande. É que o povo não quer guerra, está cansado de guerra. Tanto na luta contra a ditadura de Somoza como depois, contra os direitistas e os "contras", morreu muita gente. Houve muito sofrimento, muita dor. Calculamos que na guerra contra Somoza, caíram cinquenta mil pessoas, e depois do triunfo outras trinta mil, além de cinquenta mil mutilados. Para uma população como a nossa, são cifras muito grandes. Então, depois deixamos o poder em 1990, tivemos que combater a idéia de que uma vitória sandinista iria provocar uma nova intervenção dos Estados Unidos, que de novo tentariam invadir e que voltaríamos à guerra. E essa reação foi agravada nos últimos anos do governo Sandinista porque para nos defendermos tivemos que instituir o serviço militar obrigatório. E vocês sabem o que significa isso? É uma coisa terrível que levem seus filhos à guerra. Talvez tenha sido esse o fator que mais pesou contra nós nas

duas eleições em que fomos derrotados.

A luta permanente contra a opressão

Nossos adversários jogaram muito com essa imagem da guerra, que se nós ganhássemos as eleições a guerra voltaria. E aí vem o fator Estados Unidos. É por isso que desde o congresso de 94, nós procuramos deixar claro que precisaríamos ter relações normais com esse país e que não haveria por que tornar a ameaçar a Nicarágua. Nós estamos em outra etapa, apesar de "nossos amigos" da ultra-esquerda, lá de fora, dizem: vejam, estão flertando com os Estados Unidos. Essa posição é fundamental. Precisamos deixar claro à opinião pública de que se ganharmos as eleições a guerra não voltará. Então o que acontece? Vinte dias antes das últimas eleições, o Departamento de Estado norte-americano declara que "nunca nos vamos esquecer do que fizeram os sandinistas". E isso foi repetido dezenas de vezes pelos jornais, pelas rádios e pela televisão. Resultado: o "fator gringo" continua tendo um peso muito grande na política interna da Nicarágua.

Também é preciso deixar claro que o "sandinismo" não morreu, muito pelo contrário. Sandinismo é uma filosofia, uma proposta que pode ter outras aplicações na América Latina. E que significa ser e viver "sandinista"? Significa a luta permanente contra a opressão.

É uma filosofia útil inclusive para o Brasil, por que não? Nós pensamos que o sujeito da transformação dos nossos países não é a classe obreira, os operários, e sim um conjunto de cidadãos pluri-classistas e pluri-setoriais. O sandinismo articula distintas lutas em distintos lugares. Imagina o que seria de nós se pensássemos que a revolução teria que ser feita apenas pela classe obreira. Quando na verdade a metade da população não tem trabalho ou faz qualquer coisa para sobreviver! Se

tivéssemos partido desta premissa não faríamos revolução jamais. Há uma utopia, um modelo de sociedade sem exploração que precisa ser realizado. E se tu fazes poesia ou pintura, luta então desde a poesia e a pintura. Por que não?

Não, a "globalização" ainda não é pensada na Nicarágua como parece que acontece no Brasil, onde está "na moda". Não acreditamos que não podemos mais fazer nada que não seja nos limites da "globalização". Não é verdade. Não há a menor dúvida de que é possível inventar coisas novas, criativas, a partir das nossas condições nacionais. Por que esta fatalidade? Quem a determinou? Em benefício de quem? Veja esse raciocínio: Por que é que vamos tratar de ganhar as eleições, se não podemos fazer nada de diferente do governo anterior, já que a política liberal vem determinada pelo Fundo Monetário Internacional? Nós,

sandinistas, não pensamos assim. Sabemos que há pressões de organismos internacionais, mas não há por que estar determinado de maneira total e absoluta por eles. Sempre há espaços, há uma margem para fazer algo em favor do povo e contra um sistema opressivo. Para as grandes empresas e o grande capital, é muito útil a eliminação das fronteiras nacionais, porque eles necessitam de mais e mais mercados. Agora, toda essa "liberalidade" não se aplica em sentido inverso, isto é, as nações mais desenvolvidas praticam um zeloso protecionismo para os seus próprios mercados internos. Mas, apenas tomando como exemplo a América Central, como é que poderemos competir? Com que capitais? Com que indústrias? Com que tecnologias? Abrir nossas fronteiras é falir irremediavelmente. É uma concorrência desigual, quem é que não vê isso?

"Sandinismo é uma filosofia, uma proposta que pode ter outras aplicações na América Latina. E que significa ser e viver "sandinista"? Significa a luta permanente contra a opressão."



O estrangeiro: em torno da polêmica sobre o boi

* Professor de Antropologia e membro do Laboratório de Estudos sobre a Violência, do Departamento de Antropologia da UFSC. Conselheiro da Associação Brasileira de Antropologia. Pesquisador do CNPq.

"É preciso afastar, em relação a pensadores como Nietzsche, o conceito de guerra - propagandístico ou ingênuo - que o encara como uma espécie de Rosenberg mais fino e procura ver no seu pensamento o precursor do nazismo".
(Antônio Cândido, in *O Portador*, 1946)



A polêmica sobre a Farra do Boi é irredutível. Na medida em que nela estão investidas visões de mundo irreconciliáveis envolvendo concepções sobre o homem, a natureza e suas relações, sua soma final parece que nunca será zero, restando-lhe sempre um sim e um não que até hoje não encontraram a paz.

De um lado os ilhéus, açorianos-brasileiros que a praticam na Ilha de Santa Catarina e no litoral fronteiro. Eles a constituem como emblema eufórico de sua identidade e cidadania. De outro, seus críticos. Estes a vêem no mínimo como arruaça, no limite máximo como signo de crueldade, senha de uma presumível incapacidade ilhôa para a brasilidade.

Os ilhéus argumentam que o Boi - um de seus nomes nativos - é tradição secular ilhoa. Nesta direção, eles se apóiam inclusive numa já relativamente extensa produção científica (antropológica e histórica) que remete a origem imediata do rito para os Açores, daí inscrevendo-o nas profundezas de uma antiquíssima *koiné* cultural mediterrânea. Note-se, entretanto, que esses ilhéus são plenamente capazes como brasileiros tendo seus próprios porta vozes, detendo, por outro lado, um saber histórico (oral e escrito) absolutamente legítimo.

Sobre a desordem que o ritual pode simular a seus "outros", os nativos dizem que ela resulta da des-sacralização da Ilha, vítima de um processo de modernização que dela está extirpando os campos, matos e capoeiras onde o rito mistericamente se fazia.

A festa, assim, para os ilhéus - que não são modernistas - parece constituir também o sinal quase vencido da conservação do verde.

Alguns nativos apontam que a realização da taurimaquia em mangueirões fora assim de seu nicho verde original e das vias públicas onde ela foi obrigada penetrar - é uma solução razoável para fazer

face a esse quadro de mudança. Outros entendem que isso transfigura profundamente a essência tradicional do rito, o mangueirão vindo a ser, na realidade, uma arena constituidora de sujeitos e objetos. Outros mais temem que a solução aponta a transformação do rito de ócio em negócio.

A respeito da violência contra o animal (judiaria na língua nativa), esclarecem os participantes que ela não constitui padrão da festa (uma brincadeira deles com o boi), sua ocorrência sendo eventual e decorrente de idiosincrasias individuais, controláveis pelos próprios participantes.

Na contramão dessa argumentação, os opositores do Divertimento do Boi - outra denominação nativa sua - o demitem até de ser tradição e cultura. Uns o reconhecem apenas como degenerescência do culto a Dioniso-touro e das tauromaquias terceirenses nos Açores (aqui, a sombra de Dioniso é substituída pela de Jung). Outros dizem que ela não pode ser cultura, eis que algo só poderá isto ser condicentemente com a *recta ratio* e com o Bem. Agora, a Farra é acusada da malignidade mais irremediável, da irracionalidade mais monstruosa e de constituir-se tão somente em vil exploração do instinto humano, que o torna sádico, inescrupuloso e desumano.

Sobre os transtornos que a festa provoca nas áreas urbanas onde em algumas localidades ela se faz - transtornos de maior ou menor monta - os críticos da Farra argumentam com base na irreversibilidade do processo de urbanização da Ilha. Grande parte dos opositores do Boi ver-se-ia satisfeita se a festa tão só e simplesmente se afastasse das vias públicas - ou alí se viesse a fazer em locais previamente reservados - onde pode atingir a segurança e o patrimônio de participantes e transeuntes.

Finalmente, os críticos da Farra do Boi não aceitam a argumenta-

"... a Farra é acusada da malignidade mais irremediável, da irracionalidade mais monstruosa e de constituir-se tão somente em vil exploração do instinto humano, que o torna sádico, inescrupuloso e desumano."

"... o que se passa na Farra e em outros rituais de sacrifício - quando sem dúvida o animal sacrificado sofre - está inscrito num espaço sócio-cultural privilegiado (tanto quanto o da arte), que não pode ser adequadamente compreendido com as categorias e valores da vida comum."

ção de seus praticantes e aliados de que a ocorrência da violência no rito é incidental, seu padrão sendo, assim, tipicamente lúdico. De maneira mais ou menos radical, eles apontam um grande número de ocasiões - mais ou menos bem documentada - em que a Farra ocasionou agressões menos ou mais graves a participantes e alienígenas. Mas não ficam aí as acusações contra a festa: um número significativo de seus críticos entende e sente que o rito é essencialmente cruel com o animal, vítima então de tortura e, não, de uma brincadeira.

A violência pode ser legitimada ou não

Neste ponto, o núcleo irreduzível de toda a polêmica, que, como se pode ver, opera por oposições simétricas, sinal de que, enfim, toda a discussão sobre a Farra lhe não é externa mas constituinte. Note-se que os etnógrafos e historiadores que vêm estudando o rito documentam à larga que essa polêmica tem seu lugar mais original e fundante exatamente entre os praticantes do rito, quando eles constituem a violência legítima (brincadeira) por oposição à ilegítima (judiaria). É neste sentido que a Farra pode ser entendida como um espaço sócio-cultural instaurador de uma ética concorrencial com relação àquela de seus alienígenas.

Como abordar toda essa discussão de sorte a se poder atingir um patamar mais conseqüente (e menos onipotente) quanto a entendimentos - que são juízos - tão interessante quanto iguais senão pelo sinal? Como julgar se a Farra é ou não violenta, sabendo-se que aquilo a que ela procede é polemicamente - o Boi é a sua própria polêmica - constituir a violência legítima por oposição à ilegítima (pois isto não é humanamente óbvio: quem criticará o leão por devorar o antílope?). Confundir o rito com

o universo da violência urbana e rural no País (e então o Carandiru mais fino, precursor do Eldorado dos Carajás?), quando se conhece que o espaço social que o inclui exibe índices irrelevantes de criminalidade? Proibir o Boi, constituindo-o como crime (quantas penitenciárias para as multidões?) Afir-mar simplesmente que a festa não é violenta e pronto, assim desprezando o entendimento e a sensibilidade dos "outros", tão absolutamente legítimos, aliás? Não levar em conta, enfim, que ela, quando realizada em via pública, pode mais ou menos seriamente atingir o patrimônio e a vida de passantes e, mesmo, membros da folia?

Entendendo que essa última questão - ligada especificamente ao locus de realização do rito - há de ser negociada com sabedoria, sua solução estando já à mão, através seja de mangueirões ou de ruas reservadas *ad hoc* para festa; compreendendo também que o boi não está em extinção e, assim, o rito não pode consistentemente ser acusado de crime ecológico, dedico-me à problemática propriamente atômica da polêmica, qual seja, a crueldade contra o animal.

O espaço da Farra do Boi é o do sacrifício ritual envolvendo animais. Desta maneira, ela dialoga não somente com o Boi de Mamão (versão catarinense do Bumba) e com outros brinquedos de boi no Brasil - para ficarmos nos nossos limites - mas com centenas de outros rituais existentes no País (afro-brasileiros, indígenas e outros). É nesse sentido que é legítimo afirmar que o Boi é violento tanto quanto é imoral o nu artístico. Quer dizer, o que se passa na Farra e em outros rituais de sacrifício - quando sem dúvida o animal sacrificado sofre - está inscrito num espaço sócio-cultural privilegiado (tanto quanto o da arte), que não pode ser adequadamente compreendido com as categorias e valores da vida co-

um. Os ritos, afinal, o que fazem não é inverter, neutralizar e reforçar esta vida?

É preciso pois afastar, em relação a rituais como o Boi, o julgamento, propagandístico ou ingênuo, de crueldade: o sacrifício por assim dizer cozinha a morte do boi (como da galinha ou do bode no Candomblé, por exemplo), retirando-a do estado cru e transformando-a em paixão. Nesta paixão, dominada pelo jejum dos farristas, o animal transforma-se em hóstia ("vítima"), tudo vindo a se consumir na comunhão final, quando o boi é festivamente comido. A Farra, assim, é uma brincadeira - relação polêmica entre "outros" - que busca dissolver o exílio mútuo entre o homem e a natureza, divinizando-os e anistiando-os da separação original.

Mantendo o encantamento nativo

Onde a irredutibilidade dessa polêmica senão no confronto das concepções nela investidas de homem, natureza, divindade e suas relações? De um lado, a cosmologia ilhoa, constituidora de um mundo povoado por bruxas, monstros (e abismos) marinhos, aéreos e terrestres, bois e crianças imperadores, borboletas-gente, moluscos e peixes falantes, pássaros cantores e sonhos divinatórios. Nesse mundo, essas entidades não são simplesmente metáforas (como o modernista incauto poderia pen-

sar). Não, as entidades ilhoas rigorosamente existem na Ilha, onde o homem - e aqui, numa caixa, o outro lado da polêmica - não é um mero "estar-dentro", a natureza um mísero "estar-fora" e Deus (sim, Deus, pois não é que Ele realmente ex-iste aqui?) um pobre "estar em cima". Não, no universo ilhéu o encantamento do mundo não se quebrou, o Boi constituindo-se exatamente numa das soldas mais importantes de sua delicada liga.

O mundo da modernidade recente obteve aprender, enfim, que o cerne da civilização não está no consenso e na unidade, o programa do Homem só podendo se concretizar, de maneira generosa, através da resplandescência da diferença. Os totalitarismos mostraram à sobeja como é caro soterrar isto. É certo que essa superação da onipotência do mesmo perante o outro não pode ser confundida com o nihilismo passivo, assim como se a conquista da liberdade apontasse o terror ante ela mesma - tudo é válido. Não, não é que agora tudo é válido, mas que tudo pode vir a sê-lo, na medida em que o talvez da criança possa se antecipar ao não do camelo e ao sim do leão, para uma vez mais recordar o Nietzsche (e o Antônio) que me inspiraram neste texto. É nesta medida que a irredutibilidade da polêmica sobre o Boi - festa que em nenhum momento arrazou o mundo - pode transformar-se na virtude suprema do talvez: "abra a porta para o Estrangeiro, pode ser Eu".

"A Farra, assim, é uma brincadeira - relação polêmica entre "outros" - que busca dissolver o exílio mútuo entre o homem e a natureza, divinizando-os e anistiando-os da separação original."



Luiz Carlos Pinheiro Machado *

A farra vista pelo boi ...

* Professor titular do departamento de Zootecnia da UFSC e criador da V disciplina de Etologia na América Latina, na UFSC, 198 1.

Um grupo de antropólogos e historiadores, coordenados pelo prof. Rafael José de Menezes Bastos, publicou, em 1993, uma coletânea de ensaios que analisa as raízes da **farra do boi**.

Não é minha intenção entrar nessa análise até porque, em um país historicamente espoliado como o Brasil, considero perigoso levar em consideração, pura e simplesmente, o respeito às culturas.

Por exemplo, isso poderia conduzir à defesa da exclusão social da mulher em nome da "cultura machista latina", além de muitos outros exemplos que esquecem ser a "cultura" uma categoria influenciada por inúmeros fatores sendo, por isso mesmo, dinâmica. Ou o machismo não é um traço cultural nosso? É de se registrar também, não nos autores citados, mas na historiografia em geral, a ausência de

preocupação em cultivar os grandes valores de nossa história, a ponto de se perguntar em uma sala de aula da universidade, que vultos de nossa história são paradigmas? E os alunos entreolham-se surpresos, sem saber o que responder. Mas, respondem prontamente, quando se pergunta por um vulto da história norte-americana...

Pode parecer que um assunto nada tem a ver com o outro. Mas tem. É que, quando se alimenta um ato de barbárie, se está dando vazão a sentimentos reprimidos por todo um sistema perverso que estimula a violência como uma forma de desviar, sobretudo os jovens, de suas normais tendências de revolta contra as injustiças. Não é por acaso que os "fornecedores" do boi são, muitas vezes, políticos conservadores.

Referindo-se à farra, diz a descendente de açorianos, profª Magaly Mendonça: "Creio que, mais uma vez, houve uma deterioração dos costumes, uma deturpação da cultura". Difícil fazer-se melhor síntese.

Mas, vamos ao objeto principal deste comentário, que é analisar a farra do boi, sob a ótica da vítima, o boi. Já em 1965, o Comitê Brambell¹, reunido em Londres, afirmou que os animais mostram sinais inequívocos de que sentem "dor, angústia, medo, frustração, raiva e outras emoções", ao que o renomado cientista A. F. Fraser acrescentou "negar que os animais têm sentimentos e emoções, hoje, seria cientificamente desonesto".

O respeito aos direitos dos animais e atendimento às necessidades do bem estar animal, são condutas consagradas em todos os fóruns civilizados do mundo. Em 27 de janeiro de 1979, a UNESCO proclamou os "Direitos dos animais" de onde se excerta, do preâmbulo: "...considerando que o respeito pelos animais por parte do homem, está ligado ao respeito dos homens entre si; e ... Art. 2º -a) -

Cada animal tem o direito ao respeito... c) Cada animal tem o direito à consideração, à cura e à proteção humana.... Art. 3º a) Nenhum animal deverá ser submetido a maus tratos e a atos cruéis. ... Art. 10º - nenhum animal deve ser usado para o divertimento do homem ... Art. 11º, o ato que leva à morte de um animal, sem necessidade, é um biocídio, ou seja, um delito contra a vida".

Em 1981, inauguramos na UFSC a primeira disciplina de Etologia aplicada à Zootecnia da América Latina. Desde então, temos discutido com estudantes, professores e integrantes da comunidade que admitem a farra como um traço cultural, quais as diversas reações emocionais estressoras sofridas pelo boi: ou seja, tentar analisar o massacre, a partir do que sente o massacrado.

O ritual da farra, começa com uma primeira violência: arrancar o animal de seu convívio, de seu território, em jargão etológico, jogando-o em um caminhão com carroceira com laterais gradeadas que provoca a tontura no bovino. O transporte até o local da farra, geralmente, é feito com sucessivos maus tratos. A territorialidade é uma categoria comportamental que dá ao animal segurança e tranquilidade porque, na organização social há animais, geralmente dominantes na hierarquia, que se ocupam da defesa do território. Em virtude do aparelho visual dos bovinos, esses animais sofrem torturas quando transportados em veículos com carrocerias ripadas.

Covardia e perversidade contra um indefeso

Na chegada, uma pequena multidão o espera aos gritos e algazarra. Intensifica-se o estresse. Segue-se a farra, quando o boi é solto, e torturado até que se exangue ou morra. Que diferença essencial existe, entre esse ritual bárbaro e uma tortura humana?

"Os animais, e o boi também, têm sentimentos, emoções, frustrações, dor, alegria. Portanto, quando o boi sofre as agressões da farra, suas reações e sofrimentos são equivalentes ao sofrimento humano, se submetidos à mesma barbárie."

1- Em 1964, em Londres, Ruth Harrison publicou um livro intitulado "Máquinas animais", em que denunciou os maus tratos sofridos pelos animais criados em confinamento. Dada a forte repercussão desse livro, o governo britânico, através do Ministério da Agricultura, criou um grupo integrado pelos mais eminentes cientistas da área, sob a direção do renomado zoólogo F.W. Rogers Brambell. Esse grupo ficou internacionalmente conhecido como "Comitê Brambell" e concluiu seus trabalhos ao final de 1965, com a publicação de um relatório, onde se afirma que os animais são capazes de sofrer e de sentir "raiva, medo, apreensão, frustração e prazer".

Os animais, e o boi também, têm sentimentos, emoções, frustrações, dor, alegria. Portanto, quando o boi sofre as agressões da ferra, suas reações e sofrimentos são equivalentes ao sofrimento humano, se submetidos à mesma barbárie.

Nenhum motivo justifica a violência contra um animal indefeso, quanto mais quando a violência é covarde e perversa: covarde porque nenhum farrista enfrentaria o boi a sós, no campo, no seu terri-

tório, e perversa porque não há qualquer motivo humanitário para as violências e sofrimentos que são perpetrados contra um animal indefeso.

Não se confunda o respeito e o culto às tradições e aos valores culturais, ambos absolutamente indispensáveis à formação da cidadania brasileira, com atos de barbárie que desviam e manipulam os justificados sentimentos de revolta da população.

Declaração universal dos direitos dos animais

Aprovada pela Unesco em sessão de janeiro de 1979, em Bruxelas.

"Considerando que cada animal tem direitos; considerando que o desconhecimento e o desprezo destes direitos levaram e continuam a levar o homem a cometer crimes contra a natureza e contra os animais; considerando que o reconhecimento, por parte da espécie humana, do direito à existência das outras espécies animais constitui o fundamento da coexistência das espécies no mundo; considerando que genocídios são perpetrados pelo homem e que outros ainda podem ocorrer; considerando que o respeito pelos animais, por parte do homem, está ligado ao respeito dos homens entre si; considerando que a educação deve ensinar desde a infância a observar, compreender e respeitar os animais;

Proclama-se

Art. 1 - Todos os animais nascem iguais diante da vida e têm o mesmo direito à existência.

Art. 2 - a) Cada animal tem o direito ao respeito. b) O homem, enquanto espécie animal, não pode atribuir-se o direito de exterminar os outros animais ou explorá-los, violando este direito. Ele tem o dever de colocar a sua consciência a serviço de outros animais. c) Cada animal tem o direito à consideração, à cura e à proteção do homem.

Art. 3 - a) Nenhum animal deverá ser submetido a maus tratos e a atos cruéis. b) Se a morte de um animal é necessária, deve ser instantânea, sem dor nem angústia.

Art. 4 - a) Cada animal, que pertence a uma espécie selvagem, tem o direito de viver livre no seu ambiente natural terrestre, aéreo ou aquático e tem o direito de reproduzir-se. b) A privação da liberdade, ainda que para fins educativos, é contrária a este direito.

Art. 5 - a) Cada animal pertencente a uma espécie que vive habitualmente no ambiente do homem tem o direito de viver e crescer segundo o ritmo e as condi-

ções de vida e de liberdade que são próprias da sua espécie. b) Toda modificação desse ritmo e destas condições, impostas pelo homem para fins mercantis, é contrária a este direito.

Art. 6 - a) Cada animal que o homem escolher para companheiro tem o direito a uma duração de vida conforme a sua natural longevidade. b) O abandono de um animal é um ato cruel e degradante.

Art. 7 - Cada animal que trabalha, tem o direito a uma razoável limitação do tempo e intensidade do trabalho, a uma alimentação adequada e ao repouso.

Art. 8 - a) A experimentação animal, que implica em sofrimento físico e psíquico é incompatível com os direitos do animal, quer seja uma experiência médica, científica, comercial ou qualquer outra. b) As técnicas substitutivas devem ser utilizadas e desenvolvidas.

Art. 9 - No caso de o animal ser criado para servir de alimentação, deve ser nutrido, alojado, transportado e morto sem que para ele resulte ansiedade ou dor.

Art. 10 - a) Nenhum animal deve ser usado para o divertimento do homem. b) A exibição dos animais e os espetáculos que utilizam animais são incompatíveis com a dignidade do animal.

Art. 11 - O ato que leva à morte de um animal, sem necessidade, é um biocídio, ou seja, um delito contra a vida.

Art. 12 - a) Cada ato, que leva à morte de um grande número de animais selvagens, é um genocídio, ou seja, um delito contra a espécie. b) O aniquilamento e a destruição do ambiente natural levam a genocídio.

Art. 13 - a) O animal morto deve ser tratado com respeito. b) As cenas de violência de que os animais são vítimas devem ser proibidas no cinema e na televisão, a menos que tenham como fim mostrar um atentado ao direito do animal.

Art. 14 - a) As associações de proteção e de salvaguarda dos animais devem ser representadas a nível de governo. b) Os direitos do animal devem ser defendidos por leis, como os direitos do homem.

CHE: o Comandante Guevara vive!

Waldir José Rampinelli

Professor do Departamento de
História da UFSC

Jon Lee Anderson, jornalista norte-americano, publicou uma longa biografia de Ernesto Guevara de la Serna no trigésimo aniversário de sua morte, ocorrida em La Higuera - Valle Grande, - Bolívia, em 9 de outubro de 1967. Depois de escrever um livro sobre guerrilhas e sentir que a figura de Guevara estava viva em todas as partes do mundo, resolveu dedicar-se a esta obra. O autor divide o livro em três partes: a) juventude agitada, b) tornando-se Che, e c) criando o Homem Novo.

As viagens feitas por Guevara por países da América Latina, ainda como estudante de medicina, influenciaram muito sua formação política, já que entrara em contato com a superexploração dos trabalhadores em toda a região. Ficou especialmente chocado com as péssimas condições de vida dos mineiros bolivianos e chilenos. Na Bolívia, causou-lhe indignação os banhos de inseticida dados nos indígenas antes de serem recebidos em audiência pelas autoridades do governo. Mas, foi durante a tercei-

ra andança - na primeira conheceu o Norte da Argentina, na segunda chegou até Caracas - que Guevara entrou em contato direto com duas revoluções: a boliviana (1952) e a guatemalteca (1954).

As revoluções

Na Bolívia, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) tomara o poder, dissolvendo o Exército e nacionalizando as minas. Enquanto no campo os camponeses invadiam as fazendas exigindo a reforma agrária, nas cidades os mineiros mostravam todo o seu poderio através de passeatas, arrancando do governo sempre mais concessões. Parecia que as organizações populares haviam derrotado as oligarquias e posto o imperialismo em fuga definitiva.

Já na Guatemala, Guevara viveu com mais intensidade a *Revolução de Outubro* (1944-54), comandada inicialmente por uma junta de governo e logo por Arévalo e Arbenz. Tinha ela um caráter democrático-burguês, sendo nacionalista e antiimperialista. Seu objetivo



ANDERSON, Jon Lee. **CHE Guevara - uma Biografia**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997, 920 pág.

era tirar o povo da Guatemala de um atraso secular, ao qual havia sido submetido desde a conquista espanhola, tentando criar relações capitalistas independentes¹. Promulgou-se, então, uma nova Constituição, redigida e aprovada por uma Assembléia Nacional Constituinte, da qual participaram representantes de todas as classes sociais e credos políticos; fez-se uma reforma agrária, retirando privilégios das oligarquias e da empresa norte-americana *United Fruit Company*; e, finalmente, permitiu-se que o partido comunista participasse do governo. Isto era uma ousadia, pois além de a Guatemala estar no quintal dos Estados Unidos, vivia-se a primeira etapa da Guerra Fria.

Toda esta experiência democrático-burguesa foi derrotada por uma invasão de mercenários vindos da vizinha Honduras e comandada pela Agência Central de Inteligência estadunidense (CIA), tornando-se o seu primeiro grande êxito intervencionista na América Latina.

No entanto, isto serviu de experiência para Guevara e, mais tarde, quando do triunfo da revolução cubana, evitaram-se os erros cometidos na guatemalteca. Daí a frase de Fidel Castro em um de seus famosos discursos: *Cuba não é Guatemala*.

Os dois acontecimentos, o boliviano e o guatemalteco, ajudaram a criar uma profunda consciência antiimperialista em Guevara, transformada logo em antinorte-americanismo, que marcaria profundamente sua vida. Igualmente as visitas feitas a leprosários, hospitais, cadeias públicas, durante suas viagens, levaram-no a conhecer de perto a miséria que assolava o continente latino-americano e a definir tal realidade de colonial, caracterizando-a pela dominação dos grandes latifundiários, autoridades impopulares e prepotentes, clero inescrupuloso, inexistência de leis

eficazes e predomínio econômico dos monopólios empresariais estrangeiros.

Ernesto começou a tornar-se Che, o Comandante Guevara, já na Guatemala, embora tenha recebido esta designação de cubanos exilados no México. Percebeu, então, que somente através da luta armada se poderia enfrentar o imperialismo norte-americano. Quando Arbenz estava sendo traído por seus oficiais, falava com quem podia para fazer chegar ao presidente a estratégia de armar o povo e retirar-se para as montanhas, dando início a uma guerra de guerrilhas. Cabe lembrar que Arbenz tinha uma grande aceitação entre os camponeses e indígenas devido ao seu programa de reforma agrária².

Tornando-se o Che

A grande característica do Comandante Guevara foi uma vida pautada por um grande sonho: uma revolução libertadora para os povos do mundo inteiro. Da Bolívia, pretendia irradiar a guerrilha para a Argentina, o Peru e o restante da América Latina, visando sempre a construção do *Homem Novo* dentro de uma sociedade socialista. Para realizar esta tarefa ingente, apostou todos os esforços, inclusive a própria vida.

Por conta desta obstinação, Lee Anderson se torna, em alguns momentos, catastrofista, ao afirmar que *onde quer que Che pousasse, aconteciam calamidades*³. Quando Che representou Cuba na conferência econômica de Punta del Este, em agosto de 1961, Lee cita o seu encontro secreto com o presidente argentino Arturo Frondizi, dizendo que tais conversações, segundo observadores políticos, aceleraram o golpe de Estado naquele país dado pelos militares; refere-se a um discurso pronunciado por Che na Universidade de Montevideu seguido de protestos e um tiro que matou um professor; afirma que, de regresso a

1 - TORRIELLO GARRIDO, G. *Trás la cortina de banano*. México: Fundo de Cultura Económica, 1976, p. 22.

2 - Oito anos depois começaria a guerra de guerrilhas que marcaria a vida da Guatemala por três décadas e meia. Em dezembro de 1996, a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URN) assinou um Acordo de Paz com o governo, sendo ainda prematuro fazer qualquer avaliação desta nova realidade.

3 - ANDERSON, J. L. *Che Guevara - uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997, p. 597.

4 - PIERRE-CHARLES, G. *Génesis de la revolución cubana*. 7ª edição, México: Século XXI, 1987, p. 31.

5 - Seria interessante se o autor detalhasse como os Estados Unidos conseguiram os votos necessários (14) para expulsar o governo cubano da Organização dos Estados Americanos (OEA).

6 - Os governadores Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Magalhães Pinto, respectivamente dos Estados da Guanabara (hoje Rio de Janeiro), São Paulo e Minas Gerais, foram alguns dos favorecidos pela Aliança para o Progresso (ALPRO), já que os mesmos eram considerados capazes de sustentar a democracia. Só o governador Lacerda recebeu, entre 1961 e 1963, US\$ 71 milhões da ALPRO para dar andamento aos seus planos golpistas. PARKER, Phyllis R. *Brasil y la intervención silenciosa*. México: Fundo de Cultura Económica, 1984, p. 155.

Cuba, passou por Brasília e foi condecorado por Jânio Quadros com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, sendo o presidente brasileiro logo em seguida deposto pelos militares, o que não corresponde à veracidade dos fatos.

Ao criticar a radicalidade da revolução cubana, Anderson igualmente deveria se referir, com mais detalhes, aos inúmeros crimes cometidos pelo governo de Washington, assim como por cidadãos norte-americanos, que transformaram a ilha em uma colônia e ao mesmo tempo num bordel. Assim se compreenderia porque uma revolução no quintal dos Estados Unidos só poderia sobreviver na medida em que o povo se organizasse em milícias armadas radicalizando a luta e buscando apoio externo de outra potência. Razão tinha o Comandante Guevara quando em várias ocasiões defendeu os julgamentos sumários como estratégia de implantação, quer da guerrilha, quer da revolução, que na sua visão deveria ser socialista. A insubordinação, a delação e o derrotismo seriam punidos com todo o rigor. Por isso disse a seu amigo Dr. David Mitrani, antigo colega do Hospital Geral da Cidade do México, que o visitava em Havana: *Olhe, nesse negócio, ou você mata primeiro ou é morto*. E a revolução, obviamente, jamais poderia morrer.

Ao acusar que em Cuba se estava erigindo o culto à personalidade, é preciso compreender que a revolução vivia um momento de acosso internacional e a pessoa de Fidel simbolizava toda esta resistência. Daí a imagem difundida de um homem forte, duro e resistente a qualquer ataque. Quando Castro visitou a ONU, diz Lee, levou um séquito espalhafatoso, promovendo "o maior espetáculo da Terra". No entanto, cabe resgatar a simbologia da barba, da farda e do charuto deste grupo, que personificava uma revolução socialista em

curso, a 90 milhas da maior potência capitalista do mundo.

Anderson também não analisa em maior profundidade os males causados a uma Cuba dependente pelo embargo norte-americano.

Se em 1914 o açúcar constituía 54% das exportações, em 1927 representava 88%. Se em 1906 os engenhos norte-americanos produziam 15% do açúcar cubano, em 1920 chegaram a 48% e em 1928, a 75%. Dos 175 engenhos existentes em 1927, 75 eram norte-americanos, 14 cubano-norte-americanos, 10 canadenses e o restante cubanos.⁴

A ruptura desta dependência econômica de um dia para o outro afetou interesses norte-americanos e constituiu um exemplo para toda a América Latina. Daí o bloqueio econômico-comercial, a invasão da Baía dos Porcos, a expulsão do governo cubano do sistema interamericano⁵ e toda uma campanha ideológica contra Fidel Castro por haver desafiado os dois séculos de dominação absoluta da doutrina Monroe.

Diante da mudança radical, Washington adotou duas medidas. 1) Começou a treinar, planificar, dirigir e financiar mercenários, através da CIA, para sabotar os avanços da revolução cubana. Dessa forma a estratégia para a América Latina de "defesa externa" deu lugar à de "segurança interna", incluindo a imediata preparação dos exércitos para lutar contra a subversão dentro do subcontinente, começando para a região a era da "contra-insurgência", que equivale a dizer "contra-revolução". 2) Criou a Aliança para o Progresso que, junto com os programas de ação cívica militar, buscava neutralizar as causas econômicas e sociais que originavam as revoluções libertadoras no subcontinente.⁶

"Lee Anderson analisa com muita propriedade algumas características de Che Guevara, como a ética, a solidariedade, o internacionalismo e a busca incessante do Homem Novo. Por conta disso, Jean-Paul Sartre chegou a afirmar que Che foi o mais completo ser humano de nossa época e Tad Szulc, correspondente do New York Times, diz que ele foi o líder político mais honesto de qualquer matiz ideológica que conheci em meio século de atividade jornalística."

"... o autor demonstra, em certos momentos do livro, uma posição política anti-cubana. Talvez fruto de toda uma campanha norte-americana contra a revolução socialista no quintal dos Estados Unidos."

O internacionalismo

Lee Anderson analisa com muita propriedade algumas características de Che Guevara, como a ética, a solidariedade, o internacionalismo e a busca incessante do *Homem Novo*. Por conta disso, Jean-Paul Sartre chegou a afirmar que Che foi o *mais completo ser humano de nossa época* e Tad Szulc, correspondente do *New York Times*, diz que ele foi o *líder político mais honesto de qualquer matiz ideológica que conheci em meio século de atividade jornalística*. Com base nos valores acima mencionados, Che deixou Cuba, cuja revolução já estava consolidada, e foi para o Congo e mais tarde Bolívia.

No Congo encontrou-se com Laurent-Désiré Kabila, que trinta anos mais tarde chegaria ao poder através de um movimento armado. Embora se diga que Che tenha fracassado na África, cabe lembrar que com sua ida se inaugura um período de internacionalismo cubano naquele continente, cujos resultados imediatos foram o incremento da luta contra o colonialismo e depois o fim do *apartheid* na África do Sul.⁷ Quanto à República Democrática do Congo, há hoje uma grande expectativa de que Kabila destrua de vez os restos da ditadura de Mobutu, fazendo eco ao que Che já tentara para este pobre país africano de Patrice Lumumba.

Sobre os problemas de Che com os partidos comunistas da América Latina, reformistas e atados à orientação de Moscou enquanto ele era revolucionário e simpático à linha maoísta, Lee analisa muito bem toda esta intriga. O Partido Comunista Boliviano, por exemplo, que se opôs à presença de Che em seu país, segundo Anderson, não chegou a trair o Comandante Guevara como afirma Tad Szulc,⁸ mas o deixou à própria sorte. Tal atitude, na verdade, equivalia entregá-lo para o sacrifício final.

Jon Lee Anderson não esclarece alguns pontos da vida de Che Guevara, como porque Fidel não o reteve em Cuba após o fracasso no Congo. Tampouco se justificam as tão propaladas divergências entre Che e Fidel, já que este fazia praticamente tudo o que aquele dizia. Che pedira a Fidel que rompesse com o Pacto de Miami, assinado durante os movimentos da guerrilha na Sierra Maestra, já que o mesmo tinha por finalidade manter o neocolonialismo em Cuba após a fuga do ditador Batista; apontara o caráter socialista da revolução cubana; assinalara para a necessidade de um enfrentamento com os Estados Unidos; desmascarara a tese da coexistência pacífica entre Washington e Moscou; indicara a necessidade de focos de guerrilha em todo o continente, criando um segundo ou terceiro Vietnã, obrigando desta forma as forças imperiais a estarem ao mesmo tempo em vários lugares; e instara Fidel a criticar os erros da União Soviética, que, a continuar assim, estaria fadada a retornar ao capitalismo. Todas estas diretrizes Fidel as pôs rigorosamente em prática.

Jon Lee Anderson, ao contar a história linear de Che Guevara, o situa constantemente dentro da conjuntura internacional e nacional. Assim sendo, permite ao leitor fazer as ligações com os fatos que vão marcando o cotidiano do mundo. O livro tem muitas informações históricas e é fruto de um grande trabalho de pesquisa que teve a duração de cinco anos com acesso a fontes primárias privilegiadas.

No entanto, além de alguns equívocos referentes à data, o autor demonstra, em certos momentos do livro, uma posição política anti-cubana. Talvez fruto de toda uma campanha norte-americana contra a revolução socialista no quintal dos Estados Unidos. Daí a necessidade de lê-lo com argúcia.

7 - Ocorre que tropas cubano-angolanas derrotaram os sul-africanos na famosa batalha de Cuito Cuanavale, em novembro de 1987, obrigando o governo racista da África do Sul a iniciar um processo de negociação. Este *Acordo Tripartido* assinado entre os países em questão, em 20 de dezembro de 1988, garantiu a soberania de Angola sobre o seu território, possibilitou a independência da Namíbia e levou o regime segregacionista a uma crise interna, culminando no término formal do *apartheid*. Desde os primeiros soldados cubanos que acompanharam Che-Guevara à África até a assinatura deste acordo, passaram por aquele continente ao redor de 300.000 internacionalistas. Como afirmou Fidel, *a história da África será diferente antes e depois de Cuito Cuanavale*. Veja-se a respeito A história da África será diferente antes e depois do Cuito Cuanavale (Editorial). *Granma*, Havana, (1 de janeiro de 1989, ano 24, n.1, p.4).

8 - SZULC, T. *Fidel - Um retrato crítico*. São Paulo: Editora Best Seller, 1987, p. 705.

"O Longo Século XX" veio para ficar...

Maria Odete Santos

Professora do Depto de Zootecnia-CCA, UFSC. Doutoranda em Ciências Sociais pela UNICAMP.

Não é exagerado dizer, que o livro de Giovanni Arrighi surge como referência obrigatória, a todos que se interessam pelo estudo de nosso tempo e pelos caminhos pregressos que, recheados de recorrências e de descontinuidades, compõem a possibilidade de se falar, agora, de uma repetição. E é esta, a ousadia e a inventividade do livro que, mobilizando e potencializando o que de melhor a historiografia crítica tem apresentado, tece desde o século XV a coerência em que cada ciclo de acumulação capitalista veio a se constituir, a destruir outras hegemonias e a construir seu próprio sucesso e fracasso.

A obra é vigorosa e como o próprio autor reconhece, com alguma modéstia, propõe-se mais a "amontoar" teorias e pistas do que a "demoli-las" ou a se prender em polêmicas que grassam, "nas ilhas de conhecimento especializado" que visitou e invadiu. O resultado é um livro que combina rigor histórico, com uma instigante e coerente postura analítica.

Assim, passeamos pelas cidades-Estados do fim da Idade Média, nos deslocamos para as Províncias Unidas, deixamos o continente e aportamos na Grã-Bretanha e, bem para Além-Mar, chegamos ao norte da América. Nesta viagem, Arrighi traça a geo-política de cada momento em que dinheiro, mercadoria e poder-dinheiro potencializam a nau que ora encontra-se firme, dando celeridade ao tempo e expandindo o espaço na edificação de impérios; ora encontra-se a deriva, carregando consigo as desventuras de povos e regiões.

O universo de análise de Arrighi, é a economia capitalista mundial e as formas com que esta se organizou ao longo de sua história. Partindo de Fernand Braudel, que resgata a proposição marxiana de que a característica do capitalismo é o "ecletismo" e a "flexibilidade" na utilização de meios para transformar dinheiro em mais dinheiro, o autor percorre os sucessivos centros econômicos que hegemonizaram a economia-mundo, para demonstrar que além das



O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo, de Giovanni Arrighi, Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

"A obra é vigorosa e como o próprio autor reconhece, com alguma modéstia, propõe-se mais a "amontoar" teorias e pistas do que a "demoli-las" ou a se prender em polêmicas que grassam, "nas ilhas de conhecimento especializado" que visitou e invadiu. O resultado é um livro que combina rigor histórico, com uma instigante e coerente postura analítica."

alternâncias e descontinuidades ocorre uma recorrência a se repetir na atualidade: os capitais descolam-se das atividades mediadoras (indústria, comércio, etc.), para se restringirem às negociações puramente financeiras. Este é o *signal de outono* que em cada ciclo, após uma acirrada disputa pelo produto social, é denunciado pela expansão do mundo das finanças.

Assim, o resgate histórico de Arrighi se instrumentaliza para identificar no "Longo Século XX", por um lado, "os padrões de recorrência e evolução que se reproduzem na atual fase de expansão financeira" e, por outro, "as anomalias da atual fase de expansão" que podem levar "a um rompimento com padrões anteriores de recorrência e evolução".

Os "ciclos sistêmicos", derivam da idéia braudeliana de que a camada capitalista tem a flexibilidade necessária para decidir onde e como alocar dinheiro, para fazê-lo multiplicar-se. Cada ciclo encerra uma etapa, onde o dinheiro utiliza diferentes combinações de fatores como suporte (a fórmula marxiana D-M-D') e, uma outra, em que o capital abandona o mundo da produção, para se fixar nas especulações puramente monetárias (a fórmula marxiana D-D'). Estes dois momentos, compõem o ciclo sistêmico enquanto recorrência. A combinação de fatores e as estratégias de ação, no entanto, denunciavam as descontinuidades e as inovações em que se atualizam cada ciclo.

A utilidade da caracterização dos ciclos, é elucidar a formação, constituição e desagregação de cada um dos sucessivos regimes pelos quais a economia-mundo se expandiu, até atingir a dimensão global da atualidade. Nessa linha, Arrighi segue ainda a pista de Braudel de que o Estado, ao contrário de estar em contradição com o capitalismo, é fundamental para a expansão do mesmo que, por sua

vez, encontra a resistência da economia de mercado. A idéia é fértil e, com certeza, encontra-se na contra-mão da maioria das concepções que vêem oposição justamente entre Estado e capitalismo. Nas mãos de Arrighi, esta idéia lança luz sobre os diferentes momentos de expansão do capital e sobre a atual crise dos Estados-nação.

Os ciclos sistêmicos de Arrighi

A investigação do autor, leva à identificação de quatro ciclos sistêmicos: "um ciclo genovês, do século XV ao início do XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do século XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e um ciclo norte-americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira." Esta periodização, se sobrepondo e adquirindo uma duração progressivamente mais estreita, dura cada uma mais de um século, derivando daí a idéia de "século longo" que Arrighi toma como "unidade temporal básica na análise dos processos mundiais de acumulação de capital".

Em cada um destes ciclos as diferenças e as similitudes são destacadas, assim como os movimentos pendulares que caracterizam a trajetória do capitalismo histórico. Neste percurso, fases de "liberdade econômica" se alternam com as de "regulação"; "livre-cambismo" com as de "protecionismo"; "territorialismo" com as de "desterritorialização". Para explicar a gestação da economia capitalista mundial, a preocupação central está, não na transição do feudalismo para o capitalismo, mas na passagem do capital disperso do fim da Idade Média, para o poder capitalista concentrado que caracterizou a emergência deste modo de produção - fundido ao poder dos Estados - na Europa Ocidental. A con-

corrência interestatal pelo capital circulante, então, ganha papel central e, para além da explicação do movimento do capital na esfera da produção ou do mercado, o convite de Arrighi nos leva a um andar superior: ao dos grandes negócios, das articulações entre impérios e blocos de empresas e banqueiros; entre os Estados, as agências governamentais e as grandes corporações; enfim, ao "verdadeiro lar" do capitalismo - segundo a expressão que toma de empréstimo de Braudel.

Na análise de cada ciclo, Arrighi destaca as condições que propiciaram o seu surgimento, em detrimento do centro econômico que hegemonizava a economia-mundo anteriormente, assim como as condições que lhe dão impulso e estabilidade, para por fim descrever o movimento que leva os capitais a se encastelarem em organizações financeiras que acabam por investir em outro ciclo que está se descortinando. Assim o foi no sistema de cidades-Estados da Itália, quando os capitais se deslocam para formar uma nova estrutura organizacional que *"combina a força das redes cosmopolitas de acumulação (sobretudo as genovesas) com a mais vigorosa rede de poder existente (a ibérica)"*. Depois de perderem várias frentes de comércio a longa distância, os genoveses resolveram seus problemas de hiperacumulação deslocando para a Península Ibérica seus capitais e ganhando em contrapartida a proteção dos governos territorialistas de Portugal e Espanha. Estes últimos, por seus intentos cruzadistas, abriam amplas frentes de comércio aos genoveses sem que esta expansão fosse *"estorvada por constantes cálculos racionais sobre custos e benefícios pecuniários."* Logo, as investidas comerciais dos genoveses deslocaram-se para as atividades bancárias, exercendo grande domínio sobre as finanças da Europa e organizando e controlando

a administração de um *"vínculo invisível entre a oferta de capital monetário no norte da Itália, mais abundante do que nunca, e os permanentes apertos financeiros da Espanha Imperial"*.

Mas, se ganhavam externalizando seus custos de proteção, os genoveses logo se tornam reféns desse próprio arranjo exitoso e se percebem a reboque das expansões territorialistas que nem sempre os levavam às fontes dos melhores negócios. Os *"ventos sopram"* e os holandeses manejam suas velas de modo a fazer de sua classe capitalista a mais apta para tirar proveito da expansão do comércio em toda a Europa. Conforme Arrighi, esse *"vento sempre resultou de circunstâncias sistêmicas que são um efeito inintencional dos atos de muitos agentes, antes de mais nada aquele que está em processo de ser desalojado do alto comando da economia mundial. No caso dos holandeses, essas circunstâncias sistêmicas consistiram num desequilíbrio temporal e espacial entre a demanda e oferta de grãos e suprimentos navais na economia mundial européia como um todo."* Está aberto o ciclo holandês de acumulação, os custos de proteção são internalizados e Estado e capital fundem-se em grandes empreendimentos comerciais e territorialistas.

Da produção ao céu e inferno da especulação

É prosseguindo através da mobilização de uma imensa e eclética bibliografia - que inclui de Marx a Weber; de Marshall a Keynes; de Schumpeter, Veblen, a Galbraith; de Wallerstein, Hobsbawm a Aglietta e muitos outros, como Henri Pirenne e Karl Polanyi - que Arrighi nos faz percorrer o caminho da constituição de cada *"ciclo sistêmico"*. Do mercantilismo dos holandeses, logo seguido pelas demais nações européias, à saída estratégica da Holanda em se concentrar

" É fundamental, no entanto, destacar que a amplitude do livro não o afasta do veio principal que é o de identificar, para além da repetição que trata, o que de novo se vislumbra. E é nesta perspectiva que a análise se aprofunda nas questões referentes ao ciclo de acumulação norte-americano, na atual expansão financeira mundial e na crise de hegemonia que a decadência do atual alto comando da economia-mundo coloca."

no monopólio da liquidez monetária que financiaria os Estados que a imitavam, chega-se à passagem para o "ciclo britânico", que internalizou os custos de produção das mercadorias; e, por fim, à transição para o ciclo de acumulação norte-americano, que internalizou os custos de transação, verticalizando todo o processo produtivo através de seu grande mercado nacional e das empresas transnacionais.

Em cada ciclo, a prosperidade antecipa o outono marcado pela expansão financeira. O respaldo teórico é a fórmula marxiana da contradição entre os apetites expansionistas do capital - responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas mundiais - e o papel puramente instrumental destas que é o de adicionar valor ao capital inicial. Esta expansão, no entanto, - e Arrighi nos oferece elementos históricos detalhados desta coreografia, - aumenta a competitividade e faz estreitar a taxa de lucro e diminuir o valor do capital. O resultado é que grandes e poderosos detentores da liquidez mundial retiram-se da esfera mundana e arriscada da produção e recolhem seus ativos para o céu e inferno da especulação. Nesta passagem, e esta é mais uma das recorrências destacada pelos "ciclos" de Arrighi, aliena-se o Estado nacional que esteve no alto comando da economia mundial. Estes, também de maneira viciosa, se a princípio são socorridos pela potência emergente, logo vêem seus capitais deslocarem-se para o novo centro em gestação, como já destacava Marx em *O Capital*: "*Com a dívida nacional surgiu um sistema de crédito internacional, que amiúde oculta uma das fontes da acumulação primitiva deste ou daquele povo. Assim, as vilanias do sistema veneziano de ladroagem formaram uma das bases secretas da riqueza da Holanda, a quem Veneza, em sua decadência, emprestava grandes somas em dinheiro. O mesmo se*

*deu entre a Holanda e a Inglaterra. No início do século XVIII, (...) a Holanda deixara de ser a nação preponderante no comércio e na indústria. O empréstimo de imensas somas de capital, especialmente para sua grande rival, a Inglaterra, (tornou-se) então um de seus principais ramos de negócios. (E o) mesmo vem acontecendo hoje entre a Inglaterra e os Estados Unidos."*¹ Arrighi acrescenta à formulação de Marx, o fato de que a sequência de nações dominantes citadas na passagem foram dotadas de poder e dimensão mundialmente crescentes.

É extremamente difícil e de certa forma pretensioso, sumariar a obra densa e extremamente rica de Giovanni Arrighi. Resta sempre a sensação de se ficar devendo ao autor, o que, neste caso e nos limites de uma resenha, é absolutamente verdadeiro. É fundamental, no entanto, destacar que a amplitude do livro não o afasta do veio principal que é o de identificar, para além da repetição que trata, o que de novo se vislumbra. E é nesta perspectiva que a análise se aprofunda nas questões referentes ao ciclo de acumulação norte-americano, na atual expansão financeira mundial e na crise de hegemonia que a decadência do atual alto comando da economia-mundo coloca. Assim, Arrighi explora na consolidação do Japão como membro honorário do seleto grupo de países ricos ocidentais, as similitudes entre sua estratégia de acumulação e aquelas destacadas no ciclo de acumulação genovês, onde os custos de proteção eram externalizados numa relação mais ou menos simbiótica com os Estados territorialistas ibéricos. Ao destruir, na Segunda Guerra, as pretensões nacionalistas, imperialistas e militaristas do Japão, os Estados Unidos permitiram que o negócio dos japoneses fosse os próprios negócios. Ao mesmo tempo, as encomendas de guerra norte-americana,

1- Marx, Karl. *Capital*, v.I. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1959. (Ed. brasileira: *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Economistas.) Citado por Arrighi, p. 14.

garantindo uma demanda permanente para a indústria, funcionou "como o Plano Marshall" do Japão que, apoiado em estruturas organizacionais "flexíveis" e em mão de obra laboriosa e barata, quando intensificou sua concorrência interna foi expandir-se pelos quatro tigres e depois nas Filipinas, Indonésia, Malásia, etc., crescendo enormemente "na hierarquia do valor adicionado e na hierarquia monetária da economia mundial capitalista".

E assim, segue Arrighi, desvendando as possibilidades da emergência de um novo ciclo sistêmico centrado do leste asiático, tão longe dos centros de poder tradicionais; e ao mesmo tempo, questionando as possibilidades da sociedade mundial suportar mais esta repetição, atingindo "uma etapa em que a crise de superacumulação não consegue criar um agente suficientemente poderoso para recompor o sistema em bases maiores e mais amplas".

Mas, se Arrighi afirma que há sinais de que já atingimos esta etapa, pois comunidades, países e até "continentes inteiros, como no caso da África subsariana, foram declarados 'supérfluos', desnecessários à economia cambiante da acumulação de capital em escala mundial", as respostas so-

bre as possibilidades de ruptura com esta ordem - com esta ordem de repetição - não fazem parte do projeto de pesquisa deste seu estudo. Como adverte na introdução do livro, duas ausências, subjacentes aos processos que ele historiciza e analisa, faz-se notar: a luta de classes ou os movimentos sociais *latu sensu* e as relações centro-periferia. De certa forma estas ausências são reafirmadas no final do livro quando o mesmo evoca para as questões que levanta um outro universo de análise: "*Tais respostas devem ser buscadas no nível das estruturas fundamentais da economia de mercado e da vida material...*"

Tais ausências em nada podem colocar reparo ao empreendimento do autor, que inclusive trata destes temas em outras ocasiões. Na verdade, para além de suas intenções declaradas de restringir-se apenas ao andar superior da casa dos negócios, nos brinda com uma brilhante e instigante análise do capital absolutamente desenraizado que em determinados momentos históricos parte da abstração para a verdadeira ficção. Ademais, sua obra desvela o óbvio da repetição como toda boa análise. E é, nesta perspectiva, que o *Longo Século XX* veio para ficar...

Espaço Plural

Esta seção de Plural é
um espaço reservado
à manifestação da
opinião dos
leitores. As
correspondências
devem ser enviadas
para a APUFSC e ter
no máximo 40 linhas
de 90 toques

Resenha "tendenciosa"

Prezado Senhor:
Prof. Waldir José Rampinelli

Data vênua, antes de entrar no assunto que me traz a V.S.a., faz-se mister que me apresente.

Sou um ex-professor, hoje aposentado, mas que exerceu em sua vida pregressa as mais diversas atividades, tendo sido Vereador, Vice-Prefeito, Secretário Municipal de Administração, por diversas vezes, em diferentes cidades, assessor de gabinete de Prefeito Municipal, assessor de Deputado Federal, Superintendente de Administração Municipal na Secretaria do Interior e Obras Públicas do Rio Grande do Sul, fundador de entidades comunitárias e outras mais.

Na qualidade de ex-professor, porém, é que me reporto a V.S.a. sobre seu artigo, inserido na **Revista Plural nº 8** páginas 80 a 83, sob o título: "Um Golpista Travestido de Democrata". Se fosse um golpista de esquerda estaria nos altares? Por mais ingênuo que eu pudesse ser, deveria perceber. "Ab initio", que há muito ranço, ódio, malquerença, aleivosia e indisfarçado despeito, ao escolher tal adjetivação, para encabeçar uma apreciação literária, que deixou de sê-lo na prática.

Em primeiro lugar, não entendo o porquê de uma revista, que se intitula como sendo o pensamento da Associação dos Professores da UFSC, possa aceitar um artigo com esse estofo, ainda mais partindo do próprio Secretário da entidade que representa.

A inserção dessa matéria, por si só, se fosse o caso, me impediria, moralmente, de assinar essa revista, que também em outros artigos esvurma ódio, e, embora veladamente, espelha estar contagiada pelo pensamento **petista**. Eu não poderia conviver na Universidade com colegas que pensam dessa forma. Filho meu, por certo, não quererá estudar num ambiente desses, onde viceja o rancor, a virulência verbal, contra todos que discordam dessa tendência maníaco-esquerdizante do PT e seus se-

quazes. Nas universidades que freqüentei, nunca me deixei contagiar pelos anarquistas e esquerdistas de plantão. Nem por isso deixei de cumprir meu papel na sociedade moderna.

Que coisa queremos esperar dos alunos que colarem grau sob o bafejo nauseante de tais teorias, ditas "libertárias", que pensam salvar o mundo, como novos iconoclastas, a destruir tudo o que nossos maiores levaram séculos para erigir e manter?

As informações que me chegam aos ouvidos, através de professores amigos, são preocupantes no que diz respeito ao futuro da Universidade e os artigos da revista em lide, o comprovam à sociedade. Poderia adentrar mais e mais, no terreno filosófico dessas idéias, que possuem o colorido do PT, mas seria demasiado prolixo, e, por certo, a lavagem cerebral é tão profunda, que eu perderia meu precioso tempo em terreno sáfaro e improdutivo.

Quanto ao artigo em si, sem dissecá-lo parágrafo por parágrafo, o que também seria fastidioso por demais, apenas quero externar minha indignação por ele ser tendencioso, e, ao invés de analisar a obra de Jarbas Passarinho, sob o título, "Um híbrido fértil", se limita a atacar um brasileiro em sua pessoa que, embora tenha sido circunstancialmente um colaborador do regime autoritário de 1964, por certo, fez menos mal, do que muitos inteligentes esquerdistas das correntes políticas nacionais, que ingenuamente pensam salvar o proletariado, sem trabalho, ou com menos trabalho, sem produção ou com menos produção, e sem um ideal maior, à luz da fé e dos bons costumes.

Que Deus preserve a V.Sa. do desastre futuro, que se prenuncia trágico, se não houver um retorno ao bom senso e aos verdadeiros valores da existência, bafejados pelo sopro da fé, da tradição católica e do ordenamento social.

Atenciosamente

Prof. Ampére M. Giordani

Em nome da diversidade

Resposta do Prof. Rampinelli para o Prof. Ampére

Prezado Senhor,
Prof. Ampére M. Giordani

Ao tempo em que o cumprimento cordialmente, respondo a suas considerações a respeito do artigo *Um golpista travestido de democrata*, de minha autoria e publicado na revista **Plural**, n. 8, ano 5, jul/dez 1996, p. 80-83.

Inicialmente gostaria de chamar a atenção para o nome da revista: **Plural**. Embora ela tenha uma linha editorial, está aberta às mais diversas formas de pensar, tanto que publicou a carta enviada por Vossa Senhoria. Como é visível, sua concepção política difere totalmente da minha. Portanto, seria de bom alvitre que Vossa Senhoria a explicitasse mais detalhadamente em um artigo, enviando-o ao Conselho Editorial da revista para posterior publicação. Na **pluralidade** poderemos discutir a **diversidade**. Fora dela não. Tanto que a ditadura militar de segurança nacional que "tomou conta" deste país por mais de 20 anos, além de eliminar fisicamente muitos brasileiros, usou a censura para impedir a livre manifestação das idéias. E o resultado o sentimos no cotidiano: uma juventude ainda muito despolitizada.

Quando Vossa Senhoria afirma que *não poderia conviver na Universidade com colegas que pensam desta forma*, expressa claramente o desejo de uma sociedade monolítica, onde o debate das idéias seja dela banido. Assim se portaram os ditadores da América Latina, como Trujillo na República Dominicana, Batista em Cuba, Somoza na Nicarágua, Pinochet no Chile, e tantos outros, cujos resultados imediatos foram a violação da liberdade e de todos os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU em 10 de dezembro de 1948. O próprio Estatuto da UFSC, em seu artigo 3º, explicita que uma das finalidades desta instituição é produzir a *reflexão crítica, na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa e democrática*.

Obviamente que o exercício da democracia sempre foi difícil, pois se trata de acatar a decisão da maioria, respeitando

igualmente a minoria. Daí a necessidade de reeducar-se constantemente para esta forma de gerir a sociedade. E sempre e quando se desrespeitou este princípio fundamental, mais cedo ou tarde, o edifício ruiu. Haja vista a desintegração da ex-União Soviética, já prevista na década de sessenta pelo Comandante Ernesto Che-Guevara, cujo trigésimo aniversário de morte é lembrado neste ano em todo o mundo.

Quanto ao artigo *Um golpista travestido de democrata*, gostaria de informar que reafirmo tudo o que ali escrevi. Parece-me que as pessoas, na medida em que avançam em idade, e cronologicamente a realidade da morte se avizinha, fazem uma catarse de toda a sua vida. E é natural que assim o seja. Porém, os que sujaram as mãos de sangue não podem simplesmente pedir perdão e aderir à estratégia do ponto final. Para as Mães da *não* haverá ponto final enquanto não encontrarem as ossadas de seus filhos e para os brasileiros que perderam amigos ou parentes não haverá um *de acordo*, enquanto o Estado não assumir a responsabilidade pelo seu desaparecimento.

O coronel Jarbas Passarinho não apenas apoiou integralmente a ditadura militar - ele mesmo o afirma - como também dela participou, ocupando funções de primeiro escalão. Não foi um *colaborador circunstancial*, como afirma Vossa Senhoria, mas sim um mentor destas duas décadas de exclusão política, econômica, social e violação dos direitos humanos. A história não permitirá que tais pessoas se eximam desta responsabilidade, mesmo escrevendo memórias para dizer o contrário. Portanto, o artigo em questão se baseia em fatos, que obviamente são interpretados politicamente pelo seu autor.

Agradeço a Vossa Senhoria a leitura do artigo e sua crítica. Que bom que possamos discutir tais idéias através da revista **Plural**, o que obviamente não seria possível fazê-lo em outros tempos e em outras revistas.

Atentamente,
Waldir José Rampinelli
Professor do Depto de História da UFSC

A realidade dos fatos

Prezada Prof^a Marli,

Como sou citado nominalmente no seu artigo "Luta e Resistência" publicado na revista "PLURAL" da APUFSC, devo esclarecer alguns pontos em que suas observações não correspondem à realidade dos fatos:

1- O desenvolvimento das engenharias na UFSC não decorreu de uma ação premeditada dos governos militares, mas de uma busca agressiva de recursos através de projetos bem elaborados e justificados, que representaram muitas horas de trabalho e dedicação, num esforço conjunto de colegas professores e funcionários, esforço que freqüentemente se estendeu a altas horas da noite e sacrificou muitos fins-de-semana, roubados à família e ao lazer. As solicitações da antiga Escola de Engenharia Industrial e depois do Centro Tecnológico, foram aprovados pelos órgãos federais em regime de forte competição com outras instituições do país. Nada veio sozinho ou caiu de Brasília e muito menos do céu. Como diretor da Engenharia fui buscar recursos para a biblioteca e laboratórios, investir no aprimoramento dos professores, no regime de tempo integral, na busca de bolsas para os alunos, tudo evidentemente limitado à área pela qual era responsável. Em inúmeras oportunidades ensinei o caminho a outros colegas diretores. Jamais fiz jogo escondido. A engenharia saiu da casinha de madeira dos fundos da Reitoria, na rua Bocaiúva, para um lugar de destaque ao nível nacional e mundial, pela dedicação de seus professores que fizeram seus mestrados e doutorados, e pelos recursos que foi possível obter de fontes nacionais e estrangeiras. Sempre foi mais fácil obter apoio para as áreas humanas, tanto ao nível nacional como internacional, do que nas áreas das engenharias. As outras universidades aproveitaram estas oportunidades e tem hoje destaque em edu-

cação, ciências básicas, ciências sociais e humanas. O CNPq concede mais bolsas nas áreas humanas (35%) do que nas áreas das engenharias (25%).

2- Como reitor, procurei ampliar para toda a universidade o que tinha realizado com sucesso na Engenharia. Ofereci a todos os professores oportunidade de trabalhar em regime de tempo integral, estimei a realização de cursos de pós-graduação, promovi a instalação, funcionamento e ampliação do acervo da Biblioteca Central, organizei a FAPEU para facilitar a busca de recursos externos e promover a cooperação com a comunidade em todos os departamentos da UFSC. As verbas centrais da Reitoria sempre foram distribuídas de forma equânime entre todos os Centros. A Engenharia, porque já tinha os caminhos abertos para outras fontes, freqüentemente foi prejudicada para favorecer outras áreas. Certamente o exemplo mais contundente é o da Engenharia Mecânica, que continuou no prédio velho, em local inadequado, sujeito a inundações, enquanto outros receberam um prédio novo. Aproveitar a malícia inerente à condição humana para me acusar de parcialidade é fácil. Os faladores não vêem ou não querem ver os fatos concretos que estão aí para mostrar que ajudei com dedicação e pertinácia a melhorar igualmente o ensino, a pesquisa, a extensão e as condições de trabalho em todos os Centros.

3- Fui inúmeras vezes ao Centro de Educação para tratar "in loco" dos seus problemas. Fiz várias reuniões com todos os professores para receber sugestões e estudar os meios de superar dificuldades. Fiz excelentes amizades com muitos professores do CED. Promovi a melhoria do espaço físico do Centro, assegurei os recursos para a construção do novo Colégio de Aplicação, foi construída e instalada a creche, oferecidas possibilidades de ensino desde o 1º ano primário aos filhos de nossos funcionários e colegas professores, apoiei encon-

tros de professores, estendi a todos a oportunidade do tempo integral, promovi convênios com órgãos públicos e comunitários, fui ao Conselho Federal de Educação para corrigir as distorções da licenciatura de 1º grau, etc.

4- Sou professor como a senhora, Marli Auras, e não posso admitir que me ofenda narrando fatos hipotéticos, só porque temos posições ideológicas distintas. A história dos alfinetes só posso creditar ao seu nervosismo na entrevista, em que deve ter embaralhado esclarecimentos do Reitor com sua fértil imaginação. A afirmação que me atribui não corresponde ao meu estilo de trabalho nem ao meu modo de pensar. Fui tantas vezes ao Centro de Educação e nunca percebi temor dos colegas e alunos, que sempre tratei com atenção e cordialidade.

5- Defendi o professor Marcos Cardoso e dei sempre todo apoio a seus

familiares. Falei a seu favor com os militares e fui visitá-lo na prisão, contrariando a recomendação de meus assessores. Considerei sempre o Prof. Cardoso como um dos grandes valores de nossa Universidade, pela sua inteligência e sua dedicação ao ensino e à pesquisa. Na época, muitos dos valentes de hoje mostraram temor (ou covardia) para defender o Marcos. Muito lamentei sua trágica morte.

6- A ASI- Assessoria de Segurança e Informações - hibernou em todo o meu reitorado. Não acabei com ela, porque a lei não permitia. Não publiquei o fato, mas todos os meus pró-reitores e diretores da época sabem disto e poderão testemunhar.

Atenciosamente,

Caspar Erich Stemmer

Prof. do Departamento de Engenharia Mecânica, Centro Tecnológico; UFSC

Reminiscências bem diferenciadas

Resposta da Profª Marli para o Prof. Caspar E. Stemmer

Caro Professor Stemmer,

Foi com surpresa que recebi sua carta, sem data, encaminhada ao Centro de Ciências da Educação - CED, poucas semanas após o lançamento da revista **Plural**, da APUFSC-SSIND, nº 8, jul/dez-1996, ocorrido em fins de outubro último, a propósito de um texto de minha modesta lavra nela publicado (p. 75-79).

Tal texto buscou resenhar, a pedido do Prof. Rampinelli (então Secretário Geral da APUFSC), o recém lançado livro **Luta e Resistência: APUFSC 20 Anos**, organizado pelos professores Eunice Sueli Nodari, Marcos Vinícios de A. Saul e Waldir José Rampinelli, publicado pela Editora da UFSC. Como está posto no Sumário da referida revista, "75 - Resenha - **Luta e Resistência: APUFSC 20 Anos** - Marli Auras, parte de suas próprias lembranças para falar sobre o livro que resgata momentos fundamentais da história da APU-

FSC" (p. 2), procurei dar vazão, sobretudo como professora há décadas desta Universidade e como membro da Associação de Professores, aos registros de minha memória, como uma contribuição testemunhal - dentre tantas outras possíveis, e certamente mais importantes - à história do cotidiano desta Instituição de Ensino Superior.

Minha resenha, portanto, teve o propósito de comentar o lançamento do livro sobre os vinte anos de nossa Associação (1975-1995) a partir de minha própria percepção, sobretudo do contexto em que ela, uma vez criada, viu-se transformada - pela iniciativa corajosa de um punhado de professores que ousaram fazer frente àqueles anos de chumbo! - em forte instrumento de luta "pela construção de uma Universidade livre, aberta e democrática", conforme anunciava o Boletim da entidade, em março de 1979, no início da gestão "Luta e Independência" do Prof. Osvaldo Maciel. A

referência ao seu nome, Prof. Stemmer, não poderia deixar de ocorrer, não enquanto o *Professor Stemmer* mas como o professor que - nomeado pela ditadura militar - estava à testa do "reitorado" (1977-1980), na expressão de sua carta, no tempo em que se deu a inflexão/ruptura política na definição dos rumos da APUFSC. Aliás, o conteúdo de sua carta é, a meu ver, também indicativo de que sua alegada presença mais aberta na condução da administração geral da UFSC ("Fui inúmeras vezes ao Centro de Educação para tratar 'in loco' dos seus problemas. Fiz várias reuniões com todos (sic) os professores para receber sugestões e estudar os meios de superar dificuldades.") deve-se, sem dúvida, ao espírito de luta e resistência advindo da ação crescentemente combativa da entidade dos docentes desta Universidade.

Abro meu escrito memorialístico à guisa de uma resenha, deixando claro que estive ausente da UFSC a partir de março de 1978, a fim de realizar o mestrado na PUC-SP, para ela retornando no início do segundo semestre letivo de 1980 (quando acabei por participar da chapa "Independência e Luta", então encabeçada pelo Prof. Maciel, que dirigiu a APUFSC no período out./1980-out./1982).

O teor de minha memória, Prof. Stemmer, é prerrogativa que diz respeito exclusivamente à minha pessoa. O nela registrado configura, dada a concepção de realidade no âmbito da qual trabalho, como os (intrincados) fatos do cotidiano ou do contexto são por mim e para mim significados e significantes. Certamente, Prof. Stemmer, suas reminiscências são muito diferentes das minhas, embora, com toda certeza, haja nelas elementos comuns (como, por exemplo, o fato de, dentro em pouco, estarmos na condição de sermos um homem e uma mulher do século - mais que isto, do milênio! - passado...). Neste sentido, é simplista e impertinente sua afirmação de que, a propósito do publicado na *Plural*, "não posso admitir que me ofenda narrando fatos hipotéticos só porque temos posições ideológicas distintas". O Senhor achou por

bem creditar a minha "fértil imaginação" à narração da "história dos alfinetes", registrando que: "A afirmação que me atribui não corresponde ao meu estilo de trabalho nem ao meu modo de pensar". Lamento, Prof. Stemmer, mas, dias atrás, comentando o ocorrido com uma professora que havia também integrado a comissão do CED que o procurou, enquanto Reitor, em 1977, levando-lhe uma demanda específica, esta professora lembrou-me que, a certa altura da (des)conversa, o Senhor verberou-nos algo assim: "professores para as áreas de vocês eu encontro/contrato no mercado público...". Será que minha memória está, de fato, "embaralhada", como o Senhor alegou em sua missiva? Em que sentido, Prof. Stemmer, o lembrado por esta outra testemunha daquele (des)encontro em seu gabinete de Reitor, nos idos de 1977, difere, fundamentalmente, da "história dos alfinetes"? Como se depreende, tal "história" não é expressão de um "fato hipotético" produzido por uma "fértil imaginação" - como quer sua carta. Ela é, com toda certeza, anedótica, mas, bem mais importante que isto, carrega um sentido profundamente emblemático.

Um dos maiores elogios de que tomei conhecimento, já há tempos, acerca da excelência da área das engenharias da UFSC, especialmente da Engenharia Mecânica, estabelece a relação do forte e rápido desenvolvimento industrial de Santa Catarina, ao longo das décadas de 1960 e 1970, "também ao labor e operosidade do Departamento de Engenharia Mecânica desta Universidade", como fiz questão de registrar em minha resenha. Evidentemente, Prof. Stemmer - sobretudo porque parto da compreensão da História como produto do trabalho humano -, tenho plena consciência de que "Nada veio sozinho ou caiu de Brasília e muito menos do céu", como registra seu escrito. Aliás, esta sua observação prima pela subestimação da capacidade de inteligência do interlocutor, sobretudo se lembrarmos que, no caso específico, ela está ocorrendo no interior da Academia. Há vida inteligente do lado de cá do rio, Prof. Stemmer! Nós, os "faladores",

segundo a acepção de sua carta, também produzimos, não obstante as precárias condições de trabalho que, histórica e notoriamente, caracterizam o campo das ciências humanas, especialmente o da educação, no âmbito deste país. Desculpe, Prof. Stemmer, mas sua genérica afirmação "Sempre foi mais fácil obter apoio para as áreas humanas, tanto ao nível nacional como internacional, do que nas áreas das engenharias" não corresponde "à realidade dos fatos". Basta atentar, por exemplo, ao caso específico de Santa Catarina, um estado que, nas últimas décadas e de modo acelerado, conseguiu mostrar pujança no desenvolvimento econômico-industrial - verdadeiros portentos econômicos foram construídos! -, sem mostrar igual desenvoltura na área social, especialmente na educação. O Senhor já se deu conta da precariedade da escola pública catariense? Este estado de coisas é resultado da falta de iniciativa, da escassa lucidez e da preguiça dos mestres dessas escolas? Não seria expressão do histórico e reincidente desmazelo das (bonapartistas) elites em geral e dos governantes em particular para com as políticas públicas? O Senhor afirma - para demonstrar como o campo das humanas é melhor aquinhoado - que o "CNPq concede mais bolsas nas áreas humanas (35%) do que nas áreas das engenharias (25%)". Mas, Prof. Stemmer, não há, proporcionalmente, muito mais cursos naquelas áreas Brasil afora (somente em Santa Catarina, por exemplo, há, hoje, mais de vinte cursos de Pedagogia)? Neste caso, os seus próprios números não são clara expressão da "realidade dos fatos" de que,

como afirmei em minha resenha, "Nas áreas consideradas nobres, como a das engenharias, havia recursos para a pesquisa, para a criação de conhecimentos novos. Do outro lado do rio, a investigação podia fazer parte da rotina acadêmica por resultar em produtos mensuráveis e utilizáveis para o avançar do desenvolvimento econômico-industrial"?

Não obstante os seus méritos e sua indiscutível alta competência profissional, sua carta apresenta-se transpassada pelo espírito bonapartista ("o Estado sou eu"): "Como reitor (...) ofereci a todos os professores oportunidade de trabalhar em regime de tempo integral, estimulei a realização de cursos de pós-graduação, promovi a instalação, funcionamento e ampliação do acervo da Biblioteca Central, organizei a FAPEU (...). Promovi a melhoria do espaço físico do Centro, assegurei os recursos para a construção do novo Colégio de Aplicação (...) apoiei encontros de professores, promovi convênios (...) fui ao Conselho Federal de Educação para corrigir as distorções da licenciatura de 1º grau". Mas, Prof. Stemmer, não obstante os seus méritos, repito - que, certamente, são muitos -, a "realidade dos fatos" não implica alargamento do horizonte analítico e de responsabilidades? Suas ações, enquanto Reitor, não eram também (e, em muitos casos, sobretudo) expressão de uma política mais ampla?

Respeitosamente,

Marli Auras

Profª Titular do Centro de Educação,
UFSC.

Corte de gastos

Proponho que a **Revista Plural** deixe de ser publicada pela APUFSC. As razões para esta proposta são, principalmente, o alto custo da revista e o baixo interesse da maioria dos docentes. A economia resultante da não publicação da revista, poderá servir para melhorar a infra-estrutura da sede ou até mesmo para reduzir o percentual de contribuição dos associados que, na minha opinião, é bastante elevado.

Profª. Elizena Stein
Centro Tecnológico - UFSC

Proponho que a **Revista Plural** deixe de ser publicada pela APUFSC. As razões para esta proposta são, principalmente, o alto custo da revista e o baixo interesse da maioria dos docentes. A economia resultante da não publicação da revista, poderá servir para melhorar a infra-estrutura da sede ou até mesmo para reduzir o percentual de contribuição dos associados que, na minha opinião, é bastante elevado.

Prof. Marciano Morozowski
Pós-graduação de Engenharia Elétrica - UFSC

Proponho que a **Revista Plural** deixe de ser publicada pela APUFSC. As razões para esta proposta são, principalmente, o alto custo da revista e o baixo interesse da maioria dos docentes. A economia resultante da não publicação da revista, poderá servir

para melhorar a infra-estrutura da sede ou até mesmo para reduzir o percentual de contribuição dos associados que, na minha opinião, é bastante elevado.

Edson R. De Pieri
UFSC/EEL

Proponho que a **Revista Plural** deixe de ser publicada pela APUFSC. As razões para esta proposta são, principalmente, o alto custo da revista e o baixo interesse da maioria dos docentes. A economia resultante da não publicação da revista, poderá servir para melhorar a infra-estrutura da sede ou até mesmo para reduzir o percentual de contribuição dos associados que, na minha opinião, é bastante elevado.

Prof. Márcio Cherem Schneider
Centro Tecnológico - UFSC

Proponho que a **Revista Plural** deixe de ser publicada pela APUFSC. As razões para esta proposta são, principalmente, o alto custo da revista e o baixo interesse da maioria dos docentes. A economia resultante da não publicação da revista, poderá servir para melhorar a infra-estrutura da sede ou até mesmo para reduzir o percentual de contribuição dos associados que, na minha opinião, é bastante elevado.

Prof. Alexandre Trofino Neto
Depto. de Engenharia Elétrica - UFSC

Elogiada e solicitada

Resposta da Diretoria da Apufsc

Reconhecemos que falta-nos uma cultura sobre a produção e veiculação de conhecimento pelos sindicatos. Impedir a livre manifestação de idéias e a opinião de qualquer cidadão é uma violência; seria pior entre nós, os professores. Neste caso, a tolerância é um bom remédio.

Plural recebe elogios sobre o seu con-

teúdo e qualidade. É solicitada para uso em sala de aula e constantemente recebe pedidos de assinaturas.

Não pagamos autoria sobre nenhum artigo. O custo da revista se resume à produção gráfica e industrial.

Diretoria da Apufsc-SSind

Índice remissivo por assunto e por autor

Números de 1 a 8 de PLURAL

ÍNDICE POR ASSUNTO:

A

- A APUFSC e os anos 90: já não somos mais o que éramos, o que seremos? ano 4, n.6, p.55, ago/dez de 1995
- A APUFSC na ditadura militar, ano 4, n.6, p.4, ago/dez de 1995
- A APUFSC na Nova República, ano 4, n.6, p.25, ago/dez de 1995
- A política externa da ditadura militar, ano 2, n.3, p.41, jul/dez de 1992
- Acerca da modernidade da instituição universitária, ano 2, n.2, p.56, jan/jun de 1992
- Administração de recursos humanos: uma perspectiva crítica, ano 2, n.3, p.15, jul/dez de 1992
- Alfred Weber - estilo de pensar através da sociologia, ano 3, n.4, p.57, jan/jul de 1993
- Apresentação do número 1, ano 1, n.1, p.3, jul/dez de 1991
- As causas da revolução cubana: uma análise historiográfica, ano 2, n.2, p.52, jan/jun de 1992
- As novas tecnologias, o trabalho e os desafios do sindicalismo: o trabalho e os seus prolongamentos cotidianos, ano 2, n.3, p.5, jul/dez de 1992
- Avaliação institucional da Universidade, ano 4, n.6, p.100, ago/dez de 1995

B

- Biodiversidade - ONG's e Direito Internacional, ano 2, n.2, p.42, jan/jun de 1992

C

- Concessão do título doutor honoris causa a Fidel Castro, ano 2, n.3, p.18, jul/dez de 1992
- Considerações acerca da reprodutibilidade técnica da obra de arte, ano 3, n.5, p.75, ago/dez de 1993

- Cultura política e cidadania, ano 3, n.5, p.57, ago/dez de 1993

D

- Da crise mexicana às políticas neoliberais na América Latina, ano 5, n.7, p. 29, jan/jun de 1996
- Da privatização à socialização do sonho, ano 1, n.1, p.37, jul/dez de 1991
- Do socialismo para onde?, ano 1, n.1, p.21, jul/dez de 1991

E

- Educação e informática, ano 3, n.4, p.42, jan/dez de 1993
- Educação: estratégia de intervenção política e ideológica, ano 2, n.2, p.25, jan/jun de 1992
- El conflicto de Chiapas: una prefiguración de América Latina en el siglo XXI, ano 5, n.7, p.38, jan/jun de 1996
- El fin das ideologias y la muerte de la Universidad, ano 5, n.8, p.63, jul/dez de 1996
- Entrevista de Armando Boito Júnior a Plural, ano 3, n.4, p.23, jan/jul de 1993
- Entrevista de Eric Hobsbawm a Plural, ano 2, n.3, p.26, jul/dez de 1992
- Entrevista de Moysés Nussenzveig a Plural - Integração entre a Universidade e Estado, ano 2, n.2, p.34/38, jan/jun de 1992
- Entrevista de Ricardo Antunes a Plural, ano 3, n.4, p.23, jan/jul de 1993
- Entrevista de Walquíria Domingues Leão Rêgo a Plural, ano 3, n.4, p.82, jan/jul de 1993
- Estética da utopia, ano 2, n.3, p.59, jul/dez de 1992
- Ética e política: o caso Collor, ano 2, n.3, p.37, jul/dez de 1992

F

- Fim do socialismo ou crise do estado burocrático?, ano 1, n.1, p.28, jul/dez de 1991.
 Flexibilização no direito do trabalho, ano 2, n.3, p.12, jul/dez de 1992
 Florestan Fernandes: conservadores mutilam o projeto de educação nacional- a extensão integrada com o ensino, ano 2, n.2, p.28/29, jan/jun de 1992

G

- Gramsci e a revolução que não houve, ano 2, n.2, p.10, jan/jun de 1992
 Gramsci e o direito: elementos para reflexão sobre novas jurisdições, ano 2, n.2, p.12, jan/jun de 1992
 Gramsci: educação e hegemonia, ano 2, n.2, p.5, jan/jun de 1992
 Guardem as estátuas de Lênin: Elas voltarão a seus antigos lugares, ano 4, n.6, p.112, ago/dez de 1995

I

- Interdisciplinaridade: meta ou mito?, ano 3, n.4, p.50, jan/jul de 1993
 Investimentos em ciência e tecnologia e mecanismos governamentais de apoio à pesquisa no Brasil, ano 2, n.2, p.64, jan/jun de 1992

L

- La comuna de Brasil: Fragmentos sobre el recuerdo y el delirio del olvido - los 25 anos de marzo del 68, ano 2, n.3, p.30 jul/dez de 1992
 Lei de Patentes, ano 3, n.4, p.62, jan/jul de 1993
 Literatura : Canção Eslava, ano 4, n.6, p.95, ago/dez de 1995
 Literatura : Puedo escribir los versos, ano 4, n.6, p.94, ago/dez de 1995
 Literatura: 4 cartas de escritores, ano 5, n.8, p.53, jul/dez de 1996
 Literatura: A carta, ano5, n.7, p.47, jan/jun de 1996
 Literatura: A tragédia da Literatura e das Ciências Sociais no Chile, ano5, n.7, p.51, jan/jun de 1996
 Literatura: Descoberta, ano5, n.7, p.46, jan/jun de 1996
 Literatura: Despropósito geral, ano 3, n.5, p.50, ago/dez de 1993

- Literatura: Dez encantos, ano5, n.7, p.48, jan/jun de 1996
 Literatura: Entreato febril, ano5, n.7, p.53, jan/jun de 1996
 Literatura: O dia em que morreu Getúlio, ano5, n.7, p.42, jan/jun de 1996
 Literatura: O que passou, passou?, ano 3, n.5, p.49, ago/dez de 1993
 Literatura: Ode ao burguês, ano 5, n.8, p.58, jul/dez de 1996
 Literatura: Pareça e desapareça, ano 3, n.5, p.50, ago/dez de 1993
 Literatura: Quadrilátero, ano 3, n.5, p.46, ago/dez de 1993
 Literatura: Românticas neuroses, ano 4, n.6, p.93, ago/dez de 1995
 Literatura: Rumo ao sumo, ano 3, n.5, p.50, ago/dez de 1993
 Literatura: Se você soubesse, ano 3, n.5, p.51, ago/dez de 1993
 Literatura: Treme bandeira trêmula, ano 3, n.5, p.53, ago/dez de 1993

M

- Mais crise, mais lucro: a condição não moderna do Brasil, ano 4, n.6, p.106, ago/dez de 1995
 Mercosul e as metamorfoses do mundo do trabalho, ano 3, n.5, p.5, ago/dez de 1993
 Mitos e realidades da revolta de Chiapas, ano 5, n.7 p.23, jan/jun de 1996

N

- Neoliberalismo: o estado máximo para o capital, ano 3, n.5, p.40, ago/dez de 1993

O

- O globo se alarga, se estreita e se afasta: a comunidade imaginária mundial, ano 5, n.8, p.3, jul/dez de 1996
 O lugar do "administrador" no conceito gramsciano de intelectual, ano 2, n.2, p.8, jan/jun de 1992
 O mundo do trabalho em debate, ano 3, n.4, p.13, jan/jul de 1993
 O pensamento vivo do marxista Antônio Gramsci, ano 2, n.2, p.6, jan/jun de 1992
 Os anos 90 vistos do sul: desafios e tendências, ano 2, n.3, p.48, jul/dez de 1992

Os intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas, ano 5, n.8, p.32, jul/dez de 1996

P

Pensamento libertário e/ou anarquista: história e atualidade, ano 2, n.2, p.21, jan/jun de 1992

Perspectivas de libertação: alternativas para o neoliberalismo na América Latina, ano 5, n.7, p.13, jan/jun de 1996

Poesia: memórias, ano 2, n.3, p.40, jul/dez de 1992

Porque Guerrilha no México em tempos de economia de mercado, ano 3, n.4, p.71, jan/jul de 1993

Pós modernidade, o vitalismo do "Chaos", ano 3, n.4, p.5, jan/jul de 1993

Posfácio - a Alemanha unida em um mundo dividido, ano 1, n.1, p.44, jul/dez de 1991

Primeira aventura tradutória, ano 2, n.2, p.18, jan/jun de 1992

Professor-reporter, ano 5, n.8, p.60, jul/dez de 1996

R

Reconstruindo uma utopia-concreta, ano 1, n.1, p.4, jul/dez de 1991

Reverendo a história, ano 4, n.6, p.3, ago/dez de 1995

S

Separatismo: tempo de ódio, tempo de repensar o Brasil, ano 3, n.4, p.75, jan/jul de 1993

Sobre a tirania, ano 3, n.4, p.55, jan/jul de 1997

Socialismo e globalização, ano 5, n.8, p.13, jul/dez de 1996

Socialismo: reforma ou extinção?, ano 1, n.1, p.9, jul/dez de 1991

Socialismo: uma exigência da realidade, ano 1, n.1, p.14, jul/dez de 1991

U

Um olhar retrospectivo, ano 4, n.6, p.80, ago/dez de 1995

Uma crítica ao "Estado Imperial" Norte-Americano e o declínio da esquerda na América Latina, ano 5, n.7, p.3, jan/jun de 1996

Uma onda conservadora para a América Latina, ano 3, n.5, p.62, ago/dez de 1993

Universidade e desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil, ano 3, n.4, p.27, jan/jul de 1993

ÍNDICE POR AUTOR:

A

Adolfo Goni, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfred Weber, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

Alfredo Stedile, ano 1, n.1, p.1, jul/dez de 1991

ÍNDICE POR AUTOR:

A

- Adolfo Boos Júnior, ano 3, n.5, p.46, ago/dez de 1993
Alcides Buss, ano 4, n.6, p.99, ago/dez de 1995
Alfred Weber, ano 2, n.3, p.45, jul/dez de 1992
Aluizio Batista de Amorim, ano 3, n.5, p.40, ago/dez de 1993
Amilcar Neves, ano 5, n.7, p.48, jan/jun de 1996
Analice Brancher, ano 2, n.2, p.18, jan/jun de 1992
Ana Lúcia Magela de Rezende, ano 3, n.4, p.5, jan/jul de 1993
Andréa Vieira Zanella, ano 3, n.5, p.75, ago/dez de 1993
Aníbal Quijano, ano 2, n.3, p.59, jul/dez de 1992
Armando Boito Júnior, ano 3, n.4, p.23, jan/jul de 1993
Armando de Melo Lisboa, ano 3, n.4, p.75, jan/jul de 1993
Arno Blass, ano 2, n.2, p.28, jan/jun de 1992

B

- Bautista Vidal, ano 3, n.4, p.62, jan/jul de 1993
Bernardete Aued, ano 4, n.6, p.64, ago/dez de 1995

C

- Carlos Loch, ano 2, n.2, p.34/38, jan/jun de 1992
Carlos Mazzeo, ano 3, n.5, p.5, ago/dez de 1993
Carmen Aidê Hermes, ano 4, n.6, p.80, ago/dez de 1995
César Gonzales Ochoa, ano 2, n.2, p.56, jan/jun de 1992
Cesare Giuseppe Galvan, ano 1, n.1, p.44, jul/dez de 1991
Christian G. Caubet, ano 2, n.2, p.42, jan/jun de 1992
Clóvis Raimundo Maliska, ano 2, n.2, p.28, jan/jun de 1992
Cruz e Souza, ano 5, n.8, p.53 e 54, jul/dez de 1996

D

- Denilson Luis Werle, ano 4, n.6, p.106, ago/dez de 1995
Domingos Pellegrini Júnior, ano 5, n.7, p.41, jan/jun de 1996

E

- Eça de Queiróz, ano 5, n.8, p.53 e 55, jul/dez de 1996

- Edison Puente, ano 4, n.6, p.80, ago/dez de 1995
Edmundo Lima de Arruda Jr., ano 1, n.1, p.4, jul/dez de 1991
Edmundo Lima de Arruda Jr., ano 2, n.2, p.12, jan/jun de 1992
Emanuel Medeiros Vieira, ano 3, n.5, p.46, ago/dez de 1993
Eric Hobsbawn, ano 2, n.3, p.26, jul/dez de 1992
Erni J. Seibel, ano 2, n.2, p.8, jan/jun de 1992
Erni J. Seibel, ano 3, n.5, p.57, ago/dez de 1993

F

- Fernando Ponte de Sousa, ano 4, n.6, p.100 e 106, ago/dez de 1995
Fernando Torkarski, ano 3, n.5, p.46, ago/dez de 1993
Frei Betto, ano 1, n.1, p.37, jul/dez de 1991

H

- Hamilton Abreu, ano 4, n.6, p.31, ago/dez de 1995
Hamilton Schaefer, ano 4, n.6, p.4, ago/dez de 1995
Hoyêdo Nunes Lins, ano 3, n.4, p.13, jan/jul de 1993
Hugo Coelho, ano 5, n.8, p.63, jul/dez de 1996

J

- James Petras, ano 5, n.7, p.3, 13 e 23, jan/jun de 1996
James Petras, ano 5, n.8, p.32, jul/dez de 1996
Joana Maria Pedro, ano 3, n.5, p.5, ago/dez de 1993
João Josué da Silva Filho, ano 3, n.4, p.42, jan/jul de 1993
Jorge Lorenzetti, ano 4, n.6, p.8, ago/dez de 1995
Jorge Silva, ano 2, n.2, p.21, jan/jun de 1992
José Maria Carvalho Ferreira, ano 2, n.3, p.5, jul/dez de 1992
José Paulo Neto, ano 3, n.5, p.5, ago/dez de 1993
Josecleto Costa de Almeida Pereira, ano 2, n.3, p.12, jul/dez de 1992

L

Laércio Barbosa Pereira, ano 4, n.6, p.106, ago/dez de 1995

Leda Scheibe, ano 2, n.2, p.5, jan/jun de 1992

Louise Lhullier, ano 2, n.3, p.15, jul/dez de 1992

Luciano Martins, ano 1, n.1, p.9, jul/dez de 1991

Luis Javier Garrido, ano 5, n.7, p.29 e 38, jan/jun de 1996

Luiz A. Warat, ano 2, n.3, p.30, jul/dez de 1992

Luiz Fernando Scheibe, ano 2, n.3, p.18, jul/dez de 1992

Luiz Henrique Verani, ano 4, n.6, p.34, ago/dez de 1995

Luiz Otávio Bandeira Gomes, ano 5, n.7, p.53, jan/jun de 1996

M

Márcia J. de Oliveira, ano 4, n.6, p.80, ago/dez de 1995

Marco Da Ros, ano 4, n.6, p.58, ago/dez de 1995

Maria Célia M. de Moraes, ano 2, n.2, p.25, jan/jun de 1992

Maria Odete Santos, ano 5, n.8, p.3, jul/dez de 1996

Maria Oly Pey, ano 2, n.2, p.21, jan/jun de 1992

Mariléa Caruso, ano 5, n.8, p.60, jul/dez de 1996

Mário César Coelho, ano 2, n.3, p.40, jul/dez de 1992

Mário de Andrade, ano 5, n.8, p. 58, jul/dez de 1996

Marli Auras, ano 2, n.2, p.6, jan/jun de 1992

Maurício Tragtemberg, ano 1, n.1, p.28, jul/dez de 1991

Milton Muniz, ano 4, n.6, p.55, ago/dez de 1995

N

Nilson Borges Filho, ano 2, n.2, p.10, jan/jun de 1992

Nilson Borges Filho, ano 2, n.3, p.37, jul/dez de 1992

Norberto Dallabrida, ano 2, n.2, p.52, jan/jun de 1992

O

Osni Jacó da Silva, ano 4, n.6, p.67, ago/dez de 1995

Oswaldo Coggiola, ano 5, n.8, p.13, jul/dez de 1996

P

Paulo Leminski, ano 3, n.5, p.46, ago/dez de 1993

R

Raimundo C. Caruso, ano 5, n.7, p.51, jan/jun de 1996

Raimundo C. Caruso, ano 5, n.8, p.60, jul/dez de 1996

Raimundo Caruso, ano 4, n.6, p.92, ago/dez de 1995

Raul Guenther, ano 4, n.6, p.25, ago/dez de 1995

Regina Carvalho Pacheco, ano 3, n.4, p.55, jan/jul de 1993

Reinaldo Matias Fleuri, ano 3, n.4, p.50, jan/jul de 1993

Ricardo Antunes, ano 3, n.4, p.23, jan/jul de 1993

Richard Brau, ano 3, n.4, p.57, jan/jul de 1993

Richard Dreyfuss, ano 2, n.3, p.48, jul/dez de 1992

Rita de Cássia Barbosa, ano 1, n.1, p.3, jul/dez de 1991

Rogério F. Guerra, ano 2, n.2, p.64, jan/jun de 1992

Rogério Ferreira Guerra, ano 3, n.4, p.27, jan/jul de 1993

Rogério Lustosa, ano 1, n.1, p.14, jul/dez de 1991

Ruy Espinheira Filho, ano 5, n.7, p.46, jan/jun de 1996

T

Tanira Piacentini, ano 4, n.6, p.80, ago/dez de 1995

U

Uwe Optenhögel, ano 1, n.1, p.21, jul/dez de 1991

W

Waldir José Rampinelli, ano 3, n.4, p.71, jan/jul de 1997

Waldir José Rampinelli, ano 3, n.5, p.62, ago/dez de 1993

Waldir Rampinelli, ano 2, n.3, p.41, jul/dez de 1992

Waldir Rampinelli, ano 4, n.6, p.106, ago/dez de 1995

Walquíria Domingues Leão Rêgo, ano 3, n.4, p.82, jan/jul de 1993

Wladimir Gregório Espíndola, ano 4, n.6, p.80, ago/dez de 1995

Aos colaboradores

Normas para o envio de artigos

1. Os textos devem conter, no máximo, dez laudas. Um texto ideal seria de 5 ou 6.

2. Na preparação dos trabalhos a serem enviados para a Revista, o Conselho Editorial recomenda que:

2.1. Se evite vocabulário especializado, glossários e frases com mais de 4 linhas;

2.2. Se evite títulos e sub-títulos acadêmicos como "Introdução", "Método de trabalho" e "Considerações finais", contudo sugere-se o uso de intertítulos sobre o conteúdo a ser desenvolvido a cada 30 linhas de textos aproximadamente;

2.3. Se produza textos com conteúdos atualizados e informativos, evitando a produção de textos herméticos, "empolados", desinteressantes, com informações já conhecidas, chavões político-partidários, etc.

2.4. Título e conteúdo sejam compatíveis, em que as expectativas geradas sejam efetivamente realizadas ao longo do texto.

3. O Conselho Editorial dará preferência a textos produzidos especificamente para a revista. Deve-se evitar a simples reprodução de palestras, monografias, etc. Quando o autor julgar relevante a publicação desse material, deverá adaptá-lo seguindo as normas de publicação.

4. As referências bibliográficas devem ser citadas de acordo com as normas da ABNT (por exemplo, usar como modelo a revista "Ciência Hoje").

5. Os artigos deverão ser encaminhados em disquetes, acompanhados de três cópias, com parágrafo duplo, no idioma português ou espanhol. Eles devem ser digitados nos programas Winword 2.0 (ou

6.0) for Windows ou nos programas Word 4.0, 5.0.

6. Os textos deverão conter uma abertura ("lead"), abordando as principais idéias do texto contendo, no máximo, 10 linhas (aproximadamente 80 palavras), acompanhada de uma breve descrição do autor (onde trabalha, o que faz atualmente, endereço para contatos, etc). Tais informações deverão ser escritas em duas línguas: português - inglês ou português-francês.

7. Recomenda-se que as ilustrações necessárias para os textos sejam providenciadas pelos autores, que deverão também sublinhar frases ou trechos que julgam ser convenientes para serem destacados em negrito dentro do artigo.

8. A devolução dos artigos revisados, juntamente com a cópia corrigida pelo revisor, deverá ocorrer no prazo máximo de uma semana.

Seções de Plural

Resenhas críticas: serão aceitas resenhas críticas de livros, artigos, periódicos e teses com informação completa de fonte resenhada. Tais resenhas deverão conter, no máximo 70 linhas (aproximadamente 2 laudas).

Espaço Plural: Esta seção de Plural é um espaço reservado à manifestação da opinião dos leitores. As correspondências devem ser enviadas para a APUFSC e ter no máximo 40 linhas de 90 toques

Fotos e Ilustrações: serão aceitas fotos e materiais de ilustração (bico de pena, desenhos, ilustrações, charges, etc) que poderão ser aproveitados para matérias específicas. Todo o material será recebido em arte final. Fotos e ilustrações de

verão se ater ao tamanho máximo da Revista, acompanhadas de informações sobre o autor.

Contos, Poemas e Poesias: serão aceitos desde que aprovados pelo Conselho Editorial.

Indicador de Leitura: sugestões de livros e revistas recentemente lançados no mercado editorial e que tenham relação com a linha editorial da revista e com as atividades propostas e desenvolvidas no Sindicato.

Professor-repórter: curtos relatos de experiências vivenciadas em outras instituições acadêmicas, tanto nacionais como do exterior, relacionadas à sobrevivência e vida acadêmica desenvolvidas nestes locais.

Intercâmbio Universitário: trocas de informações, experiências e outros aspectos relacionados às atividades da comunidade acadêmica, particularmente aspectos polêmicos (por exemplo, experiências com avaliação docente, papel das diferentes CPPDs, etc.).

PLURAL é distribuída gratuitamente para:

- todos os associados da Apufsc/SSIND
- todos os sindicatos do Estado de Santa Catarina
- todas as Universidades Federais Brasileiras
- todas as Universidades Federais do Estado de Santa Catarina
- os deputados da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
- os vereadores da Câmara Municipal da Cidade de Florianópolis

A Comissão Editorial

Plural / APUFSC / SSIND. - 1, n. 1
(jul. / dez. 1991) - . -
Florianópolis: APUFSC / SSIND, 1991
- v.; 30 cm.

Semestral.
INSS 0103-9717.

I. Associação dos Professores da
Universidade Federal de Santa
Catarina

Desejo fazer uma assinatura da Revista Plural por

() um ano ou duas edições () dois anos ou quatro edições

Nome _____

Endereço _____ apto. _____

CEP _____ Bairro _____ Cidade _____ Estado _____

Local e Data _____

Assinatura _____

Valor de assinatura; um ano (duas edições: R\$ 20,00; dois anos (4 edições): R\$ 40,00
Sob pedido sócios da APUFSC-SSind receberão a revista gratuitamente

AGNUS
EDITORA GRÁFICA

Indústria e Editora Gráfica Agnus
Fone/Fax: (048) 246-5335

foto: Sebastião Salgado



“Eles são homens da terra. Homens e mulheres que andam entre as cercas,
alumiados pela fogueira dos acampamentos, vigiados pela multidão de civis
e pelas armas do latifúndio;

Eles são homens e mulheres que se recusaram a disputar com os ratos
o lixo das grandes cidades, para matar a fome;

Eles dizem com seu gesto que neste país há lugar para todos.

Que terra ociosa é crime num país de milhões de migrantes...”

Trechos do Manifesto dos Artistas em apoio à Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça.